



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**ALEXSARA DE SOUZA MACIEL**

**DA INVISIBILIDADE À ASCENSÃO SOCIAL: história e memória de professores  
negros no Amapá – 1970-1988**

**UBERLÂNDIA  
2014**

**ALEXSARA DE SOUZA MACIEL**

**DA INVISIBILIDADE À ASCENSÃO SOCIAL: história e memória de professores  
negros no Amapá – 1970-1988**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador: Profº Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

Uberlândia  
2014

**ALEXSARA DE SOUZA MACIEL**

**DA INVISIBILIDADE À ASCENSÃO SOCIAL: história e memória de professores  
negros no Amapá – 1970-1988**

Tese aprovada para a obtenção do título de Doutora  
no Programa de Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela Banca  
Examinadora formada pelos seguintes professores:

Uberlândia, 29 de agosto de 2014.

---

Prof<sup>o</sup> Dr Humberto Aparecido de Oliveira Guido, UFU/MG  
Presidente

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zélia Amador de Deus, UFPA/PA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Rodrigues Müller, UFMT/MT

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena, UFU/MG

---

Prof. Dr Márcio Danelon, UFU/MG

*In memoriam*

*Lauro Miranda Maciel, meu pai;*

*Maristela D'Albuquerque Santos, a Teteca do Cedenpa;*

*Maria Luiza do Rosário Almeida, do Imena.*

*Há muito tempo, um tempão... Um padre do Pime perguntou a uma criança negra como era o seu nome, a menininha respondeu singelamente: “Maria da Luz”. Ele retrucou: “deveria ser Maria treva, porque você é negra como a treva da noite!” A menina se fez moça; de moça se fez mulher, mãe e professora, carregou para sempre na lembrança a fala do professor padre: treva, homônimo de seus poemas encrustados de melancolia, amor, saudade e o silêncio da diferença racial. Este trabalho é dedicado a esta importante mulher que jamais foi treva e sim um sol brilhante, como é a força de seu nome, à minha mãe: MARIA DA LUZ! E ao meu querido filho ANDRÉ, que todos os dias me ensina que é preciso ter coragem para fazer grandes travessias na vida!*

## AGRADECIMENTOS

Escrever esta página que parece que remete a um final, e ter a certeza que é somente uma etapa que encerra e o início de outra bem mais leve e linear. Foram muitas as pessoas que contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado. Entretanto nada seria possível sem a colaboração dos professores entrevistados, que com um gesto raro de confiabilidade, generosidade se dispuseram a dividir as suas memórias, suas lembranças para comigo. Meu muito obrigada aos senhores professores Francisco Lino da Silva, Eurídice Silva Silveira, Sebastião Tavares de Araújo, Celestina da Silva Ramos, Manoel sobral de Souza e Luiza Vitor dos santos.

Ao Prof. Dr. Humberto Guido, que me escolheu para ser sua orientanda, suas reflexões sobre o “ser”, o “ver” e “aprender” presentes em nosso interminável processo de formação como seres humanos, alunos e profissionais da educação. Em sua travessia para Macapá a “turma Dinter” atribuiu vários adjetivos a sua pessoa que foram: guia (referência ao seu nome), sensibilidade, gentileza, humildade, amigo, tranquilidade, conhecimento, agregação, união, poesia, responsabilidade, amizade e celebração. A mim meu orientador deixa a lição de continuar acreditando que na academia cabe solidariedade. Espero ter correspondido a sua escolha.

A todos os professores do doutorado interinstitucional que se deslocaram até Macapá para efetivar este curso. Em especial a Profa. Dra. Silvana Malusá, Prof. Dr. Carlos Lucena e Prof. Dra. Mara Rúbia Alves Marques. Agradeço o imenso apoio do Prof. Dr. Carlos Henrique Carvalho ao me ajudar a resolver sérios problemas de saúde de meu filho durante nossa permanência em Uberlândia.

À Profa. Dra. Maria Lúcia Rodrigues Muller pelo carinho de sempre e principalmente pela honra de ter sua presença na banca de defesa deste trabalho.

À querida Profa. Dra. Zélia Amador de Deus, que acompanha minha trajetória de estudante e de militante no movimento negro, desde os idos de Belém do Pará, a professora Zélia é a divindade na celebração da vida e da aguerrida luta contra o racismo no norte do Brasil. Esteve presente em minha simples festinha de formatura

na graduação de Ciências Sociais e continua junto no fechamento de mais um caminho percorrido em minha vida acadêmica.

Agradeço aos colegas do Dinter, principalmente os que estiveram junto de nós em Uberlândia. Cecília amizade de longas datas, Marluçilena e seu "socorro" imediato na saúde. Alexandre, Silvana, Florinaldo, Antônia e Rinaldo, Eliana.

À Arthane Menezes Figueirêdo fica-me a lembrança da generosidade, a partilha com seu afeto e amizade. Em todos os momentos esteve por perto de nós e juntamente com seu esposo Patrick cuidaram de meu filho com o mesmo carinho e proteção com que cuida de seus próprios filhos. Compartilhou os meus últimos suspiros da construção do texto.

Agradeço o apoio inestimável dos amigos Arthur Leandro pelas fotos, Socorro Patelo, Humberto Mauro Cruz com seu carinho, Lady Selma Albernaz sempre atenta aos meus chamados, e na torcida.

À família: minha mãe Daluz, meus irmãos Alexandre e Alexnara, no apoio logístico familiar e ao meu amado filho André que todos os dias repetia: "quanta atividade para casa este teu professor manda fazer! Vai terminar quando?" Enfim, a atividade chega ao ponto final.

E o povo negro entendeu  
Que o grande vencedor  
Se ergue além da dor  
Tudo chegou  
Sobrevivente num navio  
Quem descobriu o Brasil?  
Foi o negro que viu  
A crueldade bem de frente  
E ainda produziu  
Milagres de fé  
No extremo ocidente

*Caetano Veloso, in "Milagres do povo"*



## RESUMO

Essa pesquisa discute e analisa a trajetória de vida de professores negros do ensino fundamental e médio na década de 1970 a 1988, que nasceram, foram alfabetizados e se formaram professores no Território Federal do Amapá; nesse período construíram uma carreira docente lecionando em diversas escolas da cidade, e solidificaram o reconhecimento de seu ofício de professor, através do reconhecimento social que os mesmos possuem até os dias de hoje na sociedade amapaense. O trabalho foi construído na perspectiva da história oral, lançando mão de entrevistas feitas com professores negros que trabalharam nas décadas de 1970 e 1980 em diversas escolas da cidade de Macapá. O objetivo foi contribuir para a ampliação dos estudos sobre educação do negro no Amapá e dar voz a estas pessoas que ajudaram a construir a educação no Amapá, enfatizando a percepção da segregação racial nesse estado e a singularidade da ascensão social que os entrevistados alcançaram em razão do exercício da docência. Ao (re) construir suas histórias de vida encontramos significados que muitas vezes são ignorados pelos que estão de fora do processo, tendo em vista a singularidade e as experiências vivenciadas na região. A pesquisa demonstrou aspectos da desigualdade entre os negros que levam a maiores dificuldades em alcançar a ascensão social pela educação, que são demonstradas pelas narrativas.

**Palavras-chave:** Relações raciais. Discriminação racial. Educação. História.

## **ABSTRACT**

This research discusses and analyzes the life way of black teachers in basic school and high school in the 1970s up to 1988, who were born, alphabetized and became teachers in Amapá Federal Territory; within this period, they built up a teaching carrier working in different city schools and consolidated the acknowledgement of their teaching job through the social acknowledgement they achieved and keep up to nowadays in Amapá social means. The paper was built upon an oral history approach, using interviews with black teachers who worked during the 1970s and 1980s in many schools in Macapá city. Our goal was to contribute to widening studies on education of black people in Amapá and to give these people who helped to make up education in Amapá voice, emphasizing the perception of race segregation in this State and the uniqueness of the social rising achieved by the interviewees due to their teaching job. When (re)building the history of their lives, we met meanings which are often ignored by those who are out of the process, considering the singularity and the experiences lived in the region. The research showed aspects of inequality among black people that point to greater difficulties in achieving social rise through education, what is indicated by the narratives.

**Key-words:** Race Relations. Race discrimination. Education. History.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 Professora Celestina da Silva Ramos.....	012
FOTO 2 Professor Francisco Lino da Silva.....	021
FOTO 3 Professora Luiza Vítor dos Santos.....	034
FOTO 4 Professor Manoel Sobral de Souza.....	067
FOTO 5 Professora Eurídice Silva Silveira.....	088
FOTO 6 Manifestação anti-cotas na USP, em 2012.....	135
FOTO 7 Manifestação anti-cotas em Brasília, em 2012.....	136
FOTO 8 Professor Manoel Sobral no orfanato.....	143
FOTO 9 Professor Manoel Sobral na primeira banda na Escola Industrial.....	143
FOTO 10 Professor Manoel Sobral na formatura no curso técnico em contabilidade.....	144
FOTO 11 Professor Manoel Sobral no festival de música – 1981.....	144
FOTO 12 Professor Manoel Sobral e Fernando Canto (amigos há 53 anos) – 1981....	145
FOTO 13 Professor Manoel Sobral_ cartaz do show comemorativo aos 50 anos de carreira musical.....	145
FOTO 14 Professor Manoel Sobral show de 50 anos de carreira musical.....	146
FOTO 15 Professora Eurídice Silveira em família – 1950 (2ª à esquerda) .....	146
FOTO 16 Pai da Professora Eurídice Silveira (nome de rodovia em Macapá) .....	147
FOTO 17 Professor Lino com 20 anos de idade.....	147
FOTO 18 Professor Lino na escola de samba “Boêmios do Laguinho” .....	148

FOTO 19 Professor Lino na escola de samba “Boêmios do Laguinho” sendo homenageado como fundador – 02_01_2014 .....	148
FOTO 20 Professora Luiza Vítor em frente da igreja São José – 1956 .....	149
FOTO 21 Professora Luiza Vítor no Colégio Amapaense – 1956.....	149
FOTO 22 Professora Luiza Vítor no Ginásio de Macapá como professora – 1975.....	150

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 TRILHAS METODOLÓGICAS: HISTÓRIA ORAL DE VIDA</b> .....	22
2.1 Por uma concepção de história oral .....	22
2.2 A pesquisa em história oral: elementos para um diálogo .....	23
2.3 Trilhas metodológicas da pesquisa: História e memória de professores negros em Macapá .....	26
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL</b> .....	34
3.1 Primeiras LEIS de emancipação jurídica da população negra brasileira .....	34
3.2 Leis de emancipação da população escravizada .....	36
3.2.1 Lei “Eusébio de Queiroz” .....	36
3.2.2 Lei do Ventre Livre .....	37
3.2.3 Lei dos Sexagenários .....	41
3.3 Racismo no Brasil, uma construção histórico social .....	51
3.4 A Educação e a presença negra na escola sutilmente negada .....	57
3.5 Cidadania e invisibilidade .....	63
<b>4 O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ</b> .....	66
4.1 A criação do Território Federal do Amapá .....	66
4.2 A Implantação da política Educacional no Território Federal do Amapá .....	71
4.3 O ambiente histórico da ditadura militar .....	76
4.3.1 O Brasil .....	76
4.4 O Amapá .....	79
<b>5 UM OLHAR SOBRE AS NARRATIVAS</b> .....	87
5.1 Percepções sobre os processos discriminatórios da escola e seus reflexos .....	87
5.2 O racismo na profissão docente .....	91
5.3 A importância da docência .....	96
5.4 Duas Histórias .....	98
5.4.1 Professor Manoel Sobral de Souza .....	99
5.4.2 Professor Francisco Lino da Silva .....	119
<b>(IN) CONCLUSÕES</b> .....	129
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	139
<b>ANEXOS</b> .....	143
<b>ANEXO I FOTOGRAFIAS CEDIDAS PELOS ENTREVISTADOS E PESQUISADAS</b> .....	143



FOTO 1 Professora Celestina da Silva Ramos

Fonte: Autoria da pesquisadora, feita especificamente para este trabalho.

## 1 INTRODUÇÃO

*“A liberdade é muito preciosa para ser enterrada em livros. O homem deve tê-la a sua frente todos os dias e dizer: sou livre para pensar e falar. Meus antepassados não podiam, mas eu posso e meus filhos poderão!”<sup>1</sup>*

Em 1987 fui aprovada no vestibular do curso de Ciências Sociais na Faculdade integrada Colégio Moderno (FICOM) em Belém do Pará. Dois anos depois do meu ingresso nesta faculdade ocorreu uma unificação com outra instituição particular de ensino e desta unificação surgiu a União das Escolas Superiores do Pará (UNESPA), esta junção foi de suma importância, pois fortaleceu bastante o ensino superior privado paraense, onde a UNESPA passou a ter um caráter mais universitário com o tão exigido (até os dias atuais) tripé: ensino, pesquisa e extensão.

O curso de Ciências Sociais foi minha segunda opção, tinha como pretensão e sonho, cursar na Universidade federal do Pará (UFPA) a graduação em História, como não passei no vestibular da federal fiquei onde fui aprovada. Entretanto, me identifiquei bastante com o curso e logo no meu primeiro ano fui considerada pelos professores uma aluna muito participativa e reflexiva, principalmente pelos professores de sociologia e antropologia. Participava ativamente dos encontros e seminários da faculdade e também do centro acadêmico.

Em 1988, especificamente em novembro, ocorreu na faculdade uma mesa de discussão sobre racismo e os 100 anos de abolição da escravatura no Brasil, os convidados palestrantes eram militantes do movimento negro paraense – O Centro de Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), a acalorada discussão deste debate com os professores e os militantes na mesa me chamou bastante a atenção, porque os professores que participavam do referido debate insistiam com os palestrantes convidados da não existência do racismo no Brasil e principalmente no Pará, pela

---

<sup>1</sup> Fala do personagem Jefferson Smith no filme Mr. Smith to Washington - A Mulher faz o Homem - de 1939, sob direção de Frank Capra.

extrema miscigenação e democracia racial. No mesmo mês ingressei no movimento negro!

Considero um marco de divisor de águas meu ingresso no movimento negro, porque a partir do meu encontro com o povo do movimento negro muitas e importantes transformações ocorreram, não somente em minha vida pessoal, fui construindo uma nova identidade, a de cidadã e estudante de sociologia negra!

Passei a estudar com afinco as teorias apresentadas no curso, principalmente a teoria marxista, onde tentava compreender a complexidade da desigualdade no mundo. Fui me transformando em um novo ser social, extremamente estimulada por uma professora, Elisabeth Lucena (até os dias atuais, considero a “melhor” professora de minha graduação), onde em muitas conversas informais e às vezes em sala de aula explicava significados e conceitos de valores culturais, identidade étnica, diferenças sociais, cidadania e feminismo.

No final da década de 1980 quando cursei a graduação, não fazia parte do conteúdo programático temas raciais, gênero (pelo menos na faculdade que cursei) e esta professora sempre que podia, abordava em suas aulas tais temas. Estas conversas fora e dentro da sala de aula foram de suma importância, porque avancei em muitas leituras com o suporte acadêmico da professora.

Em 1990, fui selecionada para participar de um grupo de pesquisa na área de antropologia da faculdade, este grupo era coordenado por um professor de antropologia Antônio Maria Santos, outro importante professor na minha carreira, além de docente era também antropólogo do Museu paraense Emílio Goeldi. Ganhamos uma pequena bolsa de iniciação científica ligada ao museu.

Este foi um período gratificante, meus primeiros passos na pesquisa, fui uma aluna mais que dedicada! Na época a faculdade possuía dois mecanismos de produção de trabalho de conclusão de curso (TCC): 1) construir a monografia normalmente como em todas as instituições de ensino superior ou fazer parte de um grupo de pesquisa, apresentar um texto de pesquisa trabalhada no grupo, transformar em artigo e publicar.

Desenvolvi com orientação do professor Antônio Maria o tema: “Negritude, dancing e relações raciais”, onde analisei a música negra da Amazônia. Foi meu primeiro trabalho publicado. A publicação se deu no jornal da Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDDH) em janeiro de 1991. Com este trabalho, um projeto mais elaborado, carta de apresentação do professor Antônio Maria e claro prova oral, fui



aprovada para o curso de especialização em Teoria Antropológica na Universidade federal do Pará (UFPA). Para um aluno de faculdade particular passar em cursos de especialização na federal, na época era muito importante!

Cursei a especialização durante o ano de 1992 até meados de 1993, quando prestei o concurso para professor substituto da Universidade federal do Amapá (UNIFAP) em Macapá, fui aprovada e chamada para assumir turmas no início de 1994. Optei pela carreira de professora universitária e tive que mudar de Belém para Macapá, minha cidade natal.

Vale ressaltar que minha família mudou para Belém do Pará especificamente para a continuação de nossos estudos, pois em Macapá não havia universidades. A Unifap foi criada em 1993, onde ocorreu o primeiro concurso para professores efetivos e substitutos. Em novembro de 1994, fiz o concurso para professor efetivo (o segundo concurso na instituição) na matéria Sociologia Geral, obtendo o primeiro lugar. A matéria foi Sociologia Geral, desmembrando-se em quatro disciplinas: Introdução à sociologia, Ciência Política, História das Ideias Políticas e Sociais e Sociologia Jurídica. De certa forma, minha carreira de docente confunde-se com a Unifap, continuamos crescendo juntas.

Em 1999, a Unifap juntamente com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), promoveu os dois primeiros mestrados interinstitucionais (em História Social e linguística Aplicada), foi um mestrado voltado para a qualificação dos professores da instituição. Prestei a seleção para História Social e fui aprovada. O curso de mestrado foi um grande aprendizado, outro universo, o encontro verdadeiramente com a pesquisa. Analisei a história e a trajetória do primeiro movimento negro em Macapá. Particularmente gosto demais do texto que produzi no curso de mestrado. A pesquisa me levou a um bom entendimento da complicada “teia” das relações raciais no Brasil e especificamente no Amapá.

A pesquisa no mestrado mostrou o quadro histórico peculiar da criação do Território federal do Amapá, criado em 1943, com os acontecimentos políticos nacionais de grande importância voltados para a questão racial já há bastante tempo consolidados e Macapá ainda era uma cidade sem o mínimo de desenvolvimento, e de certa forma isolada geograficamente na extensa Amazônia.

Enquanto Macapá recebia seu primeiro governante, a mobilização dos negros no Brasil estava consolidada com a chamada imprensa negra, que é considerada como marco de mobilização. Conforme Miriam Ferrara (1986, p. 25), estes jornais

foram produzidos por negros e para negros, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, em um período relativamente longo, entre 1915 a 1963, e que tinham a finalidade de reivindicar direitos para alcançar a integração e a participação do negro em sociedade. Tais reivindicações buscavam a redução das desigualdades raciais, mas, sobretudo combater os preconceitos, conscientizar o negro e valorizar a educação e a instrução.

Com a fundação da Frente Negra brasileira, em 1931 na cidade de São Paulo, consolidou-se a necessidade da comunidade negra se unir contra o preconceito racial que alijava o negro da economia industrializada. A Frente negra Brasileira foi um marco na política afro-brasileira da época, oferecendo a essa população marginalizada possibilidades de organização, educação e ajuda no combate á discriminação racial. Incentivou a conquista de posições dentro da sociedade e a aquisição de bens pelos negros. A trajetória deste movimento é um capítulo importante da história do povo negro brasileiro. Sua extinção ocorreu em 1937, com o decreto de Getúlio Vargas que colocou na ilegalidade todos os partidos políticos. A Frente Negra havia sido registrada como partido político em 1936.

Neste mesmo período histórico o referido presidente estabeleceu o Estado novo, que expunha critérios para uma autonomia territorial, criando assim novos territórios federais, em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei n 5.812 (SANTOS, 1999, p. 24) foram criados os Territórios Federais de Rio Branco, desmembrado do Estado do Amazonas; o de Guaporé, desmembrado dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso; o de Iguazú, desmembrado dos Estados do Paraná e Santa Catarina e o Amapá, desmembrado do estado do Pará.

Em dezembro do mesmo ano foi nomeado no Rio de Janeiro o primeiro governador-interventor do então Território Federal do Amapá, sua chegada em terras amazônicas do Amapá aconteceu em 24 de janeiro de 1944. A escolha do governador foi efetuada por Getúlio Vargas, onde o governante priorizava oficiais da ativa do exército, onde a escolha recaiu ao jovem capitão do Exército de 31 anos: Janary Gentil Nunes. Neste mesmo ano foi fundado por Abdias Nascimento o Teatro Experimental do Negro (TEN), que dava continuidade ao trabalho do protesto negro organizado<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> Segundo Abdias Nascimento, o Teatro Experimental do Negro reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Assumia e trabalhava a sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade.

contestando a discriminação, ao mesmo tempo em que formava atores e dramaturgos afro-brasileiros.

O TEN também reivindicava o reconhecimento civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Assumia e trabalhava a sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade. O discurso do TEN trabalhava com o lema da “negritude” e além, disso foi outro importante movimento que reivindicava a educação e instrução para a população negra brasileira.

Estas considerações iniciais são de suma importância para a compreensão da historiografia do Amapá no que concerne a organização política, social, econômica e educacional. Afinal, enquanto o restante do país já tinha consolidado muitas reivindicações de emancipação da população negra, o Amapá era constituído Território Federal e o caminho de mudanças significativas para a população amapaense negra e não negra somente estava começando.

Ao aportar na cidade de Macapá em 25 de janeiro de 1944 o então governador deparou-se com um núcleo urbano de 1.286 habitantes, (onde a maioria dessa população era negra e analfabeta). Enfim, um vilarejo decadente sem condições mínimas de atendimentos imprescindíveis em uma cidade. De imediato o governador Janary Nunes definiu seu programa de governo, estabelecendo a tríade “sanear, educar, povoar”, e difundindo um mito de que Macapá era uma comunidade “unida e integrada”, vivendo de forma amistosa e tolerante.

A presença do negro no Amapá é extremamente forte, entretanto esta população sofreu por muitos anos silenciosamente a discriminação racial do poder público e da sociedade local, este mito de união e integração dos munícipes amapaenses tenta justificar a ausência de racismo em Macapá. A administração de Janary Nunes como governador de Macapá irá perdurar por 14 anos, mais sua presença política permaneceu por 27 anos (de 1943 a 1970), tempo suficiente para solidificar sua forma autocrática de governar e suas posições ideológicas.

Este trabalho é fruto de uma inquietação muito particular, quando conheci durante minha pesquisa de mestrado um número muito grande de professores negros (já velhos), que nasceram, cresceram, estudaram e construíram suas carreiras docentes no período pós- governo de Janary, em meados da década de 1970. Quando os mesmos relataram em conversas informais que sua condição racial era um dado agravante em sala de aula. Sofreram silenciosamente as mais diversas formas de discriminação racial no ambiente escolar e que mesmo com suas vivências

diferenciadas e conflitivas os mesmos conseguiram alcançar ascensão social em Macapá com a educação.

Dessa forma algumas questões me chamaram a atenção: Como foi estabelecida a política educacional no Amapá na década de 1970? Quem foram esses professores? Qual sua origem familiar e social? O que os levou a escolher o magistério como profissão? Quais eram suas aspirações? Como ocorreu o ingresso destes professores na carreira docente do ex-Território Federal?

Neste estudo analiso a trajetória de vida de professores negros do ensino fundamental e médio na década de 1970 a 1988, que nasceram, foram alfabetizados e se formaram professores no Território Federal do Amapá. Construíram uma carreira docente lecionando em diversas escolas desta cidade, e solidificaram o reconhecimento de seu ofício de professor, através do reconhecimento social que os mesmos possuem até os dias de hoje na sociedade amapaense. O objetivo da pesquisa é de contribuir para a ampliação dos estudos sobre educação do negro no Amapá e, dar voz a estas importantes pessoas que ajudaram a construir a educação no Amapá e que ao (re) construir suas histórias de vida encontrei significados que muitas vezes são ignorados pelos que estão de fora do processo de suas histórias de vida, tendo em vista a singularidade e as experiências vivenciadas por eles.

Tem sido de grande importância a preocupação dos pesquisadores que se dedicam a pesquisa sobre a questão das relações raciais no Brasil. Essas pesquisas vem contribuindo para que melhor se possa compreender os mecanismos sociais e culturais que vão formando uma cadeia de relações que tem como resultado mostrar os aspectos desiguais da sociedade brasileira, principalmente com a população negra. Neste trabalho tentaremos mostrar que mesmo diante de tanta desigualdade econômica, política e social para com a população negra, ocorreram conquistas alcançadas por pessoas negras com a educação. Segundo Maria Lúcia Müller (2006, p. 161):

Infelizmente ainda são poucos os estudos que procuram recuperar historicamente as trajetórias e as ideias de professores brasileiros negros. Contudo, este é um campo de pesquisa que apresenta múltiplas possibilidades apesar das dificuldades metodológicas e da dificuldade na obtenção de fontes documentais. (MÜLLER, 2006, P. 161).

Assim, para a coleta de dados, utilizei a história oral que é uma técnica que pode assumir diferentes perspectivas. Neste trabalho optamos especificamente pela história oral de vida, pois permite apreender eficientemente a subjetividade do entrevistado, sujeito primordial da pesquisa, dando-lhe liberdade para se expressar o mais livremente possível sobre sua trajetória de vida nas várias dimensões. Entrevistamos e registramos as narrativas de seis professores, todos negros (homens e mulheres) e que fizeram parte do processo educativo analisado. Elaborei um roteiro de perguntas que serviu apenas como “guia”, foram entrevistas semiestruturadas para facilitar o diálogo. Além das entrevistas, coletei artigos de jornais relativos a história do Amapá, relatórios de órgãos responsáveis pela política educacional do Território. Procurando resgatar os mecanismos que possibilitaram a ascensão social destes professores.

Estruturei este trabalho em quatro seções: a primeira intitulada: **“Trilhas Metodológicas: história oral de vida”** apresenta a metodologia da pesquisa, voltada para a história oral e sua sustentação teórica. Na segunda seção, denominada **“Contextualização histórica da questão racial no Brasil”**, destaco aspectos da história de desigualdade na trajetória escolar do negro na educação brasileira e amapaense, que dificultaram a ascensão social dessa população, refletindo num processo excludente onde a ascensão social ficou atrelada exclusivamente ao esforço pessoal do cidadão negro, solidificada pela legislação pertinente e a invisibilidade do negro como uma forma de não existência no sentido social que reforça a discriminação e segregação. Na seção seguinte, definida como **“O Território Federal do Amapá”**, abordo a historiografia do Amapá, desde sua criação como Território Federal e os desdobramentos para seu desenvolvimento, especificamente a política educacional implantada no território. Na outra seção, **“Um olhar sobre as Narrativas”** apresento a história de vida dos participantes envolvidos no estudo, destacando suas recordações sobre o exercício do magistério na década de 1970, suas percepções sobre o racismo em suas vidas e as impressões pessoais sobre a velhice na busca de seus objetivos. Finalmente, a seção que sintetiza minhas reflexões, que denominei de **“(In) conclusões”**, porque percebo que estudos sobre a questão racial no Brasil não permitem considerações finais, ainda há muito para ser estudado e modificado sobre os signos de inferioridade que esta sociedade construiu e aprisionou durante toda sua evolução histórica com a população negra brasileira.



FOTO 2 Professor Francisco Lino da Silva  
Fonte: Aatoria de Arthur Leandro, feita especificamente para este trabalho.

## 2 TRILHAS METODOLÓGICAS: HISTÓRIA ORAL DE VIDA

*“O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo.”*

*Walter Benjamim (1985, p.221)*

### 2.1 Por uma concepção de história oral

O historiador, no ponto de partida do seu trabalho, quando toma o documento, a fonte, o faz conforme uma determinada concepção de história, seja em sua dimensão epistemológica, seja em sua dimensão realística, parte de uma determinada concepção de objeto, método e valor da história.

É a partir dessas premissas que a amplitude e a noção de documento ganham cristalinidade e identidade, é a partir da própria historiografia que a noção de documento se apresenta, ou de outro modo se transforma a concepção de história e sua própria produção, altera-se a concepção de documento como comprovação do fato histórico.

Michel de Certeau (1976) destaca o papel do historiador e a importância das fontes no processo de produção de conhecimentos históricos. Enquanto sujeito da pesquisa, o historiador transforma objetos em fontes históricas, reorganiza instrumentos a partir de novas demandas sociais e faz a história ou refaz uma nova história. Por outro lado, as fontes selecionadas influenciarão diretamente o conhecimento que se produz. Conforme afirmação do autor:

Colecionar foi durante longo tempo fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar. E com os objetos por ele multiplicados, o colecionador torna-se um ator num encadeamento de uma história a ser feita (ou refeita) segundo novas pertinências intelectuais e sociais. Dessa forma, a coleção, ao produzir uma subversão dos instrumentos de trabalho, redistribui as coisas, redefine as unidades do saber, instaura um lugar de recomeço ao construir uma ‘gigantesca máquina’ (Pierre Chaunu) que tornará possível uma nova história (CERTEAU, 1976, p. 31).

Assim, podemos afirmar que se torna possível compreendermos que há um caráter histórico nas próprias narrativas históricas. O estudo das relações que se estabelecem em um determinado tempo são temas que originarão narrativas

históricas e pode possibilitar que se identifique o lugar que o historiador ocupa na sua função de fazer história, produzir fontes e levantar problematizações.

Clandini e Connely (2011, p. 48) afirmam que:

Devemos dizer que se entendemos o mundo de forma narrativa. Para nós, a vida – como ela é para nós e para os outros – é preenchida de fragmentos narrativos, decretados em momentos históricos de tempo e de espaço, e refletidos e entendidos em termos de unidades narrativas e descontinuidades. (CLANDINI; CONNELLY, 2011, p. 48).

Considerando que as fontes históricas, a exemplo dos documentos submetidos a análises, são de extrema importância no processo de construção de uma narrativa histórica. A conservação das fontes ao longo do tempo, por um determinado grupo, pode dizer mais sobre a participação desse grupo nas narrativas históricas de um povo, do que de outros sobre quais as fontes não foram conservadas, organizadas e consultadas. Esse pode ser um dos aspectos que fazem pensar que alguns povos sejam mais sujeitos históricos que outros. Segundo Meihy (1996, p. 25):

Até pouco tempo, não existiam muitos registros sobre o papel dos negros na sociedade. Passada a fase da escravidão, nota-se um silêncio no registro deles, que passavam a ser excluídos de processos de reconhecimento histórico. Em casos como esse, o recurso da história oral é essencial para recompor aspectos do quadro social. Na mesma medida serve para avaliar o caráter da historiografia que se absteve de tais registros. (MEIHY, 1996, p. 25).

A análise do autor nos permite afirmar que a problemática das abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil nos mostra que não são os povos que não têm história, mas há povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas foram destruídas nos processos de dominação (Meihy, 1996, p.24). Esta estratégia de dominação leva ao aniquilamento do outro de seus registros, de sua memória.

## **2.2 A pesquisa em história oral: elementos para um diálogo**

Diante das problemáticas anunciadas na introdução deste texto, é conveniente questionar: como ter acesso aos sujeitos sociais em uma pesquisa historiográfica e educacional? Várias vertentes metodológicas podem ser trabalhadas, estudo de



caso, etnologia, observação participante. Mas faz-se necessário atentar para um método de pesquisa que contemple pessoas diretamente os sujeitos ligados ao processo histórico envolvido.

Ao utilizar a história oral, como método de pesquisa historiográfica, estabelecemos as possíveis contribuições para a pesquisa em história da educação, onde nos permite compreender através da narrativa dos entrevistados, suas vivências, suas experiências e a significação de suas posições como agentes sociais da educação. Dessa forma, Paul Thompson (2002, p. 10) define seu entendimento de história oral:

Entendo por “história oral” a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências. Não creio que se possa avançar muito tentando definir história oral de modo estreito, como um processo de habilidades fixas, ou como uma sub disciplina separada. (THOMPSON, 2002, p. 10).

Por meio das narrativas de suas experiências, as pessoas comuns podem fornecer bases necessárias para uma elaboração historiográfica. Para Clandinin e Connelly (2011, p. 48)

Narrativa é o melhor modo de representar e entender a experiência. Experiência é o que estudamos, e estudamos a experiência de forma narrativa porque o pensamento narrativo é uma forma-chave e um modo-chave de escrever e pensar sobre ela. Cabe dizer que o método narrativo é uma parte ou aspecto do fenômeno narrativo. Assim, dizemos que o método narrativo é o fenômeno e também o método das ciências sociais. (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 48).

Nessa perspectiva, o encanto da voz que rompe o silêncio... O fascínio da narrativa, a poética da oralidade das experiências vivenciadas faz com que os sujeitos sociais comuns contemplem sua própria história como participante do contexto estudado. A memória é o grande material da vida, tem força, poder. As histórias de vida têm contorno, tempo, valor e consistência. São elementos de subjetividade, mais que possuem uma objetividade. Entretanto, um pesquisador ao trabalhar com memória deve evidenciar a posição em que se encontra quando observa os fenômenos, bem como os conceitos que utiliza. Goldmann evidencia:

Uma das mais importantes tarefas de qualquer investigador sério nos parece consistir no esforço para conhecer e tornar conhecidas pelos outros as suas valorizações, indicando-as explicitamente, esforço que o ajudará a alcançar o máximo de objetividade subjetivamente acessível no momento em que escreve e, sobretudo, que facilitará a outros investigadores trabalhando numa perspectiva mais avançada e que permite uma melhor compreensão da realidade, a utilização e a ultrapassagem dos seus próprios trabalhos (GOLDMANN, 1984, p. 15).

Da interdisciplinaridade entre história, sociologia e antropologia, surge o trabalho com história oral de Paul Thompson. Assim, foi transcendendo tais fronteiras que, a partir da década de 1960 a 1970, que uma história social, enquanto especialidade tendeu a se constituir como uma nova postura investigativa. Não apenas em História, mas e a Sociologia? E a antropologia? A problemática dessa nova história social como especialidade seria o estudo dos grupos sociais, das classes, das categorias sócio- profissionais e suas relações, como constituidoras das estruturas sociais. O intercâmbio com a antropologia permitiu transformar mitos, rituais e imagens em fontes históricas. (THOMPSON, 2002. P.11). Dessa forma, a história oral:

é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar, um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos e historiadores, estudantes de literatura e cultura, e assim por diante. De fato, ao longo de minha vida de pesquisador, sempre observei como determinadas disciplinas podem ser transformadas por novos modos de pesquisa, e vejo como uma força crucial da história oral que ela permaneça como uma forma fundamental de interação humana que transcende essas fronteiras disciplinares (THOMPSON, 2002, p. 10).

Aqui cabe evidenciar que a influência da antropologia de Clifford Geertz tem inspirado diversas abordagens. Geertz elaborou a noção de cultura percebida como inerente à natureza humana e que engloba e informa toda ação social. Toda a ação humana é culturalmente informada, e não apenas os hábitos e costumes, só assim faz sentido num determinado contexto social. É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e da inteligibilidade aos comportamentos sociais.

É preciso dizer que, não apenas as representações, mas também as ações sociais são textos passíveis de serem culturalmente interpretados. A técnica conhecida descrição densa permite o enfrentamento de um problema central da pesquisa histórica: o da capacidade do pesquisador em compreender o

comportamento, opções e atitudes de pessoas culturalmente diferentes de si próprias sem cair no anacronismo. (GEERTZ, 2008, p.7)

### **2.3 Trilhas metodológicas da pesquisa: História e memória de professores negros em Macapá.**

A pesquisa tem como fundamentação metodológica a história oral, que registra a experiência vivida de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade. Thompson (1992) destaca como mérito principal o fato de possibilitar recriar uma multiplicidade original de pontos de vista, tendo em vista que a realidade é complexa e multifacetada, e ainda através dessa metodologia temos acesso às vozes dos agentes pesquisados. A história oral tem possibilitado o registro de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes.

Thompson (2002) aponta quatro potencialidades especiais de pesquisa e história oral: ter acesso às vozes ocultas, esferas ocultas, tradições orais, e as conexões através da vida. O autor explica sobre as vozes ocultas:

Todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito podemos compreender a partir dos poderosos e privilegiados – proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros, etc. Mas a história oral tem o poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres; mais existem outras, tais como os trabalhadores que não estão organizados em sindicatos, os muito pobres, os deficientes, os sem-teto ou grupos marginalizados. No Brasil isso inclui particularmente os povos indígenas, as comunidades rurais de ex-escravos que viviam nos quilombos, e acima de tudo, as famílias das favelas das grandes cidades (THOMPSON, 2002, p. 16 e 17).

Pelo exposto, percebo que a História oral possibilita uma interlocução com o passado e o presente, tendo como contexto o cotidiano que o indivíduo vivenciou, na condição de sujeito participativo, e muito dessas vivências, por mais simples que sejam, estão intimamente relacionadas com a história, e com o papel social do sujeito pesquisado. O estudo visa refletir sobre a história da participação de professores negros na educação, seus caminhos trilhados no ofício de professor, suas percepções sobre o racismo na sociedade amapaense, suas conquistas, suas experiências, e que

de certa forma ficaram “esquecidos” pelo tempo na importância que tiveram na construção da formação educacional de muitos macapaenses. Estas pessoas são os pioneiros da história da educação do Amapá. A segunda potencialidade em história oral para Thompson são as esferas ocultas. O autor diz:

[...] são os aspectos da vida da maioria das pessoas que raramente são bem representados nos arquivos históricos. Talvez a esfera mais importante de todas as relações familiares, incluindo as diferentes experiências da infância em todos os estratos sociais, dos privilegiados com serviços domésticos até crianças de rua das cidades. Mas há também um descuido por parte dos historiadores orais e também pelos outros – da experiência do envelhecimento. A velhice é uma experiência surpreendentemente ocultada (THOMPSON, 2002, p. 17).

Enfatizo que sempre dirigi um suave “olhar” para a condição do velho em nossa sociedade, a vivência da velhice e seus mecanismos sociais peculiares, como a discriminação por não possuir mais a força física, a beleza, a agilidade da juventude. Não percebo a velhice como uma fase da vida desvalorizada, mas como fonte instigante de um passado vivido. À medida que as lembranças de meus entrevistados foram sendo narradas, fui percebendo que suas memórias os levavam não a um passado, mas a muitas vidas vividas. Marilena Chauí (1994, p. 21) afirma que:

A lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão, ela seria uma fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja um repetição do estado antigo, mas uma reparação. [...] Mas o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função, para qual está maduro, a religiosa função de unir o começo e o fim de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens [...] O vínculo com a outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância. (CHAUÍ, 1994, p. 21).

Vale ressaltar que todos meus entrevistados são idosos, com idade entre 68 a 79 anos. Analisei suas histórias de vida, suas experiências como docentes e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivas e sociais. Especificamente professores negros e suas trajetórias na docência, diante da peculiar história do negro no Brasil. Professores estes que atuaram em diversas escolas macapaenses e também nas escolas consideradas

“tradicionais” de primeiro e segundo graus, hoje ensino fundamental e médio, em Macapá no período de 1970 a 1988.

Em suas narrativas pude perceber a força de seus relatos sobre a infância, seus percalços com o racismo presente no trabalho docente e uma alteridade por ter vivido tantas histórias, alcançado ascensão social e reconhecimento pelo seu ofício de professor e integrados na dimensão da experiência, vivenciando outra fase da vida, um novo tempo, outra idade, outro corpo, novo andar, outro sentido de viver. Em todos os encontros com estes senhores e senhoras percebia a força da análise de Deleuze e Guattari (1997, p. 70), quando nos remetem a refletir que:

Saber envelhecer não é permanecer jovem, é extrair de sua idade as partículas, as velocidades e lentidões, os fluxos que constituem a juventude desta idade. Saber amar não é permanecer homem ou mulher, é extrair de seu sexo as partículas, as velocidades e lentidões, os fluxos, os n sexos que constituem a moça dessa sexualidade. (DELEUZE; GUATARI, 1997, p. 70)

A pesquisa procurou registrar por meio da oralidade, a historicidade do cotidiano desses professores e os mecanismos que possibilitaram a sua ascensão social como profissional da educação. Esse registro é possibilitado, segundo Thompson (1992, p. 41), porque a História oral:

Trata de vidas individuais e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muita mais exigente e restritiva [...] a história é registrada em palavras faladas, por isso o uso da voz humana, viva, pessoal, peculiar, faz o passado surgir no presente de maneira extraordinariamente imediata. As palavras podem ser emitidas de maneira idiossincráticas, mas por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história. (THOMPSON, 2002, p. 41).

A História Oral pode assumir diferentes perspectivas. Optamos pela História Oral de Vida, pois permite aprender eficientemente a subjetividade do depoente, sujeito primordial da pesquisa, dando-lhe liberdade para se expressar o mais livremente possível sobre a sua trajetória de vida nas várias dimensões. Sobre as potencialidades da história oral de Vida como metodologia de pesquisa, Becker afirma que o pesquisador, ao trabalhar com história de vida:

Cumpra etapas para garantir que ela abranja tudo o que se quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente (BECKER, 1993, p. 102).

Busquei, por meio das histórias de vida individuais, alcançar o coletivo, do qual os sujeitos pesquisados fizeram parte. Conforme Ecléa Bosi (1994, p.15), as memórias lembradas trazem tanto a marca da história pessoal de cada entrevistado, como também do contexto social no qual estão inseridos. Percebemos que a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social, presente a questão da memória individual e da memória coletiva. Conforme Fonseca, (FONSECA, 1997, p. 39).

[...] as narrativas orais não são apenas fontes de informações para o esclarecimento de problemas do passado, ou um recurso para preencher lacunas da documentação escrita. Aqui, ganham relevância as vivências e as representações individuais. As experiências dos homens, constitutivas de suas trajetórias, são lembradas, reconstruídas e registradas a partir do encontro de dois sujeitos: narrador e pesquisador. A história oral de vida constitui uma possibilidade de transmissão da experiência via narrativas. (FONSECA, 1997, p. 39).

Concebo memória como um processo que ultrapassa uma simples lembrança, a memória mantém atavicamente o vínculo entre o ser e seu contexto, entre o que ele é e o que faz, entre a existência e a história, entre a vivência e a atualização da vida. A memória não tem motivos. Tem vínculos. Tem antecedentes. O motivo da memória é o tempo. A importância da memória é a de re-criação da vida. Com a memória se revisita um lugar, um evento, momentos significativos que marcaram significativamente a sua história. Valemo-nos aqui das considerações de Halbwachs (1990, p. 143):

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado se ele não se conservasse, com efeito, no material que nos cerca. (HALBWACHS, 1990, p. 143).

No que concerne aos procedimentos metodológicos empregados entrevistei professores e professoras negros que efetivamente participaram da educação em

Macapá no período de 1970 a 1988. A escolha desse período se deve ao fato de que o mesmo concretiza a política iniciada pelo primeiro governador Janary Nunes, cuja administração foi muito marcante, pela sua longa permanência no Território Federal do Amapá. Exatos durou exatos 27 anos, de 1943 a 1970, como também pelas implementações políticas no Amapá em seu governo, onde se inclui a política educacional. Por tudo isso, sua presença política foi considerada muito forte (SANTOS, 1998, p. 21).

Quanto à escolha dos professores colaboradores, selecionei um grupo de 12 professores, todos negros e idosos (homens e mulheres) e que fizeram parte do processo educativo do período analisado. Descrevia a pesquisa e os objetivos em linhas gerais para os mesmos e os convidava para a entrevista. Em 2011, obtive resposta positiva para a entrevista de oito (8) professores, que não somente efetivaram o aceite de participação na pesquisa como demonstraram muita alegria em colaborar com a mesma. Assim, deste primeiro grupo (ainda no ano de 2011), iniciei com os três (03) professores o encontro e o processo de entrevistas, somente uma entrevista não foi concluída a pedido do mesmo que alegava “muitos compromissos” sempre que nos encontrávamos. Passei a telefonar para este entrevistado e depois de muitos recuos da parte dele, decidi não mais insistir em meu pedido, considerava esta pessoa bastante importante para a pesquisa, é um professor muito reconhecido no meio social da educação e muito articulado nas questões raciais de Macapá.

Tempos depois o encontro casualmente e o mesmo sempre gentil perguntou pela pesquisa e seu andamento, respondi que estava bem encaminhada que sentia falta de sua fabulosa história de vida. Obtive como resposta, que meu trabalho “abriu em seu coração velhas lembranças de discriminação que ainda lhe eram doloridas, e que muita emoção mexe com a razão.” Com esta resposta tão pontual, resolvi deixar bem claro a todos os demais entrevistados que aceitaram participar do trabalho que faria uma abordagem sobre o racismo em suas vidas.

Vale ressaltar que após esta negativa, as outras duas (2) entrevistas prontas e textualizadas me foram negadas por parte dos entrevistados de usá-las. Após a textualização da entrevista gravada, retornava até o entrevistado com texto para que eles pudessem ler o que falaram e retirar o que não achavam conveniente publicar. Para minha surpresa estas duas entrevistas não foram autorizadas pelos professores. Um deles achou pouco relevante o que gravou, e o outro afirmou que citou nomes de pessoas que atualmente fazem parte de sua vida como bons amigos, mesmo que no

passado tais pessoas citadas tiveram abertas atitudes de preconceito racial. Corroborando com Thomson, Frisch e Hamilton (2006, pg. 60) ao afirmarem:

Métodos como esses impõe dilemas éticos que constituem verdadeiros desafios para os historiadores orais. As entrevistas que exploram os meios empregados por uma pessoa, para se recordar de seu passado podem ser gratificantes para o entrevistador, mas também podem ser perturbadoras ou até prejudiciais para o entrevistado, ao contrário do terapeuta, os historiadores orais podem não estar por perto para juntar os pedaços da memória que foi desmantelada e que já não é mais segura. Mesmo quando feita com grande cautela e sensibilidade, e partem da regra fundamental de que o bem estar do entrevistado sempre prevalece sobre os interesses da pesquisa. (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006, p. 60).

Diante dos primeiros percalços com o método empregado, resolvi ter uma conversa bem informal com os entrevistados antecipadamente, como um ensaio antes de efetivar a “ligação do gravador,” procurei ouvi-los com calma, e o que sentia como aspectos difíceis de narrar, anotava em um caderno de campo, para posteriormente não abordar, a ideia era obter a narrativa de suas experiências vividas e jamais causar qualquer sofrimento ou constrangimento ao fazer discorrem suas vidas e memórias.

Assim tornei-me uma “visita” em suas casas e entre cafezinhos, sucos e muita conversa sobre a pesquisa, passei a me sentir uma “pescadora de igarapé” em uma canoa, remando bem devagar em busca dessas histórias, dessas vivências. Da primeira seleção cinco (5) professores permaneceram. O meu sexto colaborador foi indicado por um dos entrevistados ao longo do processo de abordagem e sua entrevista. E foi uma participação muito especial desse professor. Em nosso primeiro encontro gravamos a entrevista, pousou para as fotos. Com muito entusiasmo nos recebeu e discorreu sua infância, sua vivência de professor, no final de todo o processo e gravador desligado, nos informou que iria viajar naquele dia e não sabia quando voltava. Iria fazer exames cardiológicos em outro estado e eu agora tinha “um pouco de sua história gravada para a posteridade.”

É o entrevistado mais velho em idade, 79 anos. Assim, seis professores fazem parte desta pesquisa. Quatro entrevistados, além de narrarem suas trajetórias de vida, abriram seus álbuns de fotos. Assim os visualizei crianças, jovens, na escola, na formatura, sorridentes e felizes, bem como as fotos que apresento no trabalho foram posadas e permitidas pelos mesmos o seu uso público. Suas vidas discorridas em suas vozes e na memória visual de suas fotos.



Todos os encontros que tive com estas pessoas foram previamente marcados por eles, o mês, os dias e horários. Com um deles tive a ideia da utilização de suas fotos no corpo do trabalho. Afirmou que seria uma honra participar do trabalho, mas que gostaria que seu nome fosse citado, segundo ele: “não quero participar de uma pesquisa onde eu sou A, B, ou uma demanda. Minha história, minha vida, meu nome”, afirmou. E quando perguntei sobre fotografá-lo foi enfático ao repetir: “minha história, minha vida, meu nome e minha imagem!” Acrescentando: “tenho poucas fotos de décadas atrás. Eram caras demais! E assim, tudo o que tenho de 20, 30 anos atrás está na minha lembrança, os momentos belos de minha vida. E, hoje fotografo tudo. Amo fotos.”

As narrativas da pesquisa foram conduzidas dentro dos critérios da história de vida, elaborei um roteiro de perguntas que serviu apenas como “guia”, semiestruturado para facilitar o diálogo. Onde memorizei os eixos de perguntas para que não fosse necessário consultar nenhum material escrito no momento da escuta e gravação da entrevista, pois a intenção é que a mesma se transformasse em uma conversa bem tranquila para que o entrevistado fosse o mais espontâneo possível ao narrar suas memórias. Entre os meses de julho, agosto, outubro, novembro de 2013 e janeiro de 2014, as entrevistas foram realizadas. Assim que o texto ficava pronto levava para o entrevistado fazer a sua leitura, além da escuta de sua entrevista.

Este roteiro não foi fechado, na medida em que as entrevistas se desenrolaram, outras arguições foram acrescentadas. Sempre abordando as perguntas previamente elaboradas, a priori, a partir dos cinco eixos que considere importantes para análise: infância, vida familiar, vida escolar, escolha da profissão e aspectos de sua velhice.

Todas as entrevistas foram gravadas, bem como as fotos que são apresentadas no corpo do trabalho, foram feitas com a devida autorização prévia dos depoentes e depois transcritas na íntegra e textualizadas. Com o acesso a textualização das entrevistas, todos puderam ler e alterar algo que achassem necessário. Os dados coletados foram analisados a luz dos referenciais teóricos discutidos na tese.



FOTO 3 Professora Luiza Vitor dos Santos  
Fonte: Autoria de Arthur Leandro, feita especificamente para este trabalho.

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL**

#### **3.1 Primeiras LEIS de emancipação jurídica da população negra brasileira**

Não pretendemos abordar nesta seção, o longo processo da escravatura no Brasil, de maneira minuciosa. Um país construído com trabalho escravo já carrega uma significativa carga de implicações em sua evolução histórica. Afinal, a escravidão foi “a mais extrema das formas de opressão racial na história brasileira” (ANDREWS, 1991, pg. 40). E, também no campo das pesquisas acadêmicas, muitas aprofundadas análises sobre a história da escravidão foram construídas e bastante estudadas com propriedade por renomados historiadores, sociólogos e antropólogos.

Os estudos no campo das relações raciais adquiriram uma nova configuração com as pesquisas voltadas para o tema desde a década de 1950, com destaque para os trabalhos de Florestan Fernandes, Roger Bastide e Octávio Ianni em São Paulo, Luiz Aguiar Pinto no Rio de Janeiro e Thales de Azevedo em Salvador (CHOR, 1998, pg. 375). Nas décadas de 1970 e 1980 outro grande impulso foram as pesquisas de Carlos Hasenbalg (1979) e de Nelson Vale da Silva (1988) abordando sobre as desigualdades raciais no Brasil.

Na década de 90 as pesquisas do antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, Kabengele Munanga sobre população negra africana e afro-brasileira. O trabalho deste pesquisador vem contribuindo para um maior entendimento das relações raciais e seus conflitos atuais, as permanências e as mudanças significativas que a sociedade brasileira passou nas últimas duas décadas com a implantação de políticas afirmativas para a população negra. Os estudos da temática racial teve um papel fundamental nos novos percursos da historiografia brasileira, proporcionando uma efetiva mudança na concepção da história social do Brasil.

Entretanto, como é ser negro no Brasil hoje? Ou, melhorando a pergunta, como é ser visto, percebido como cidadão negro, cidadã negra na atual conjuntura brasileira? Infelizmente ser negro, negra neste país ainda é encontrar olhares enviesados, carregar a marca indelével da desigualdade. A discriminação racial ocorre cotidianamente, nos

transportes públicos, nos espaços de lazer, hospitais, escolas, universidades<sup>3</sup>. Florestan Fernandes em sua análise sobre as relações raciais, afirma que o racismo fez surgir no Brasil “uma espécie de preconceito reativo: o preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito” (1972, p. 42), isto é, “discrimina-se os negros, mas há resistência entre os brasileiros em reconhecer a discriminação racial que se pratica contra esse grupo social. (SANTOS, 2005, p.14).

Considerando o percurso da evolução histórica da sociedade brasileira, podemos afirmar que no Brasil se construiu uma hierarquia peculiar referente a etnia do povo brasileiro e, até nos dias atuais, a presença do negro no meio social perpassa pelo passado colonial escravocrata, pesando sobre maneira na estrutura político-social deste país. Uma herança terrível, que encontra eco nas palavras, de alguma maneira carregadas de romantismo, proferidas por Darcy Ribeiro (1999, p. 120)

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade predisposta a torturar, servir os pobres que lhes caem às mãos (RIBEIRO, 1999, p.120).

O reflexo dessa herança nefasta pode ser percebido na dinâmica da passagem do mundo tradicional para a modernização brasileira, onde as mudanças políticas e econômicas ocorreram, mas em compensação, a ideologia racista no país persistiu. Percebemos como de muita importância sintonizar um “olhar” no passado. Concordando com Caar quando diz que: “não é por acaso que o passado que um historiador estuda não é um passado morto, mas um passado que, em algum sentido está vivo no presente.” (CAAR, 1982, p.22).

O que nos interessa no momento é a analisar os aspectos fundamentais das primeiras leis de emancipação da população negra, implantadas ao longo do final do século XIX. Ainda em pleno regime escravocrata são criadas leis de “emancipação” para a população negra escravizada. Tais leis são parte da construção histórica desta população. Considero que estas leis nos permitem uma maior compreensão da hierarquia racial peculiar consolidada ao longo processo histórico e da complexa estrutura social e racial do Brasil.

---

<sup>3</sup> Casos de racismo são constantemente noticiados na mídia brasileira 126 anos após a Proclamação da abolição do regime escravocrata no Brasil; ver [geledes.org.br](http://geledes.org.br); [portalafricanas.com.br](http://portalafricanas.com.br); sites que cotidianamente atualizam os mais diversos casos de racismo contra a população negra.

### **3.2 Leis de emancipação da população escravizada**

Ainda em plena vigência do regime escravocrata décadas antes de ocorrer a abolição da escravatura, o Brasil já possuía um grande número de negros livres. A obtenção da liberdade pelo escravizado ocorria de várias maneiras, seja pela alforria concedida por “seus donos”, por conta própria do escravizado, onde esta compra de sua liberdade era resultado de seu trabalho de escravo de ganho, casamentos, falência do senhor de escravo e muitos escravizados, conseguiram sair da escravidão com as primeiras leis de emancipação implantadas no país. (AZEVEDO, 1987)

Ao adquirirem liberdade jurídica, os agora ex-escravizados encontraram enormes dificuldades para se incorporar à estrutura social multirracial (SKIDMORE, 1976, p. 55-56) brasileiro, precisamente no final do século XIX, estas leis foram criadas para a “emancipação” da população negra escravizada. Considero essas leis como parte importante da construção da história do negro no Brasil, e o conhecimento das mesmas nos permitem alcançar uma maior compreensão da complexa estrutura social de desigualdade, de exclusão sedimentada oficialmente pelo Estado brasileiro. O conhecimento histórico de um povo proporciona não somente compreender um determinado mecanismo político e seus fundamentos jurídicos, bem como, também nos permite desconstruir tais argumentos solidificados pela passagem do tempo como “verdades absolutas.”

#### **3.2.1 Lei “Eusébio de Queiroz”**

Segundo George R. Andrews, antes da culminância da abolição da escravatura no Brasil, o parlamento da Inglaterra promulgou em Março de 1845 a lei “Bill Aberden.” Esta lei concedia o almirantado inglês o pleno direito de aprisionar navios negreiros que viessem da África para as Américas. Com a apreensão de navios praticando o tráfico de negros africanos em águas territoriais brasileiras, foi gerado um imbróglio diplomático de soberania e independência nacional. O interesse maior da Inglaterra era a expansão de seu mercado após a revolução industrial. (Andrews, p.63, 1998). O Brasil então pressionado pela Inglaterra sancionou em 04 de Setembro de 1850 a “Lei Eusébio de Queiroz”. Em seu artigo 1 a lei estabelece:

“todas as embarcações brasileiras nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos cuja importação esta proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um (1831), ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadoras de escravos. Aquelas que não tiverem escravos a bordo, porém se encontrarem com os sinais de se empregarem no tráfico de escravos serão igualmente apreendidas e, consideradas em tentativa de importação de importação de escravos (Art. 1º).

Esta lei de repressão do tráfico de africanos para o Brasil não surtiu efeitos imediatos. O que a mesma causou foram muitas revoltas por parte dos cafeicultores e traficantes, intensificando o tráfico ilegal, a aquisição de escravos tornou-se muito cara, e nos anos seguintes é promovido um intenso tráfico interno na busca de escravos do nordeste economicamente estagnado, sobretudo para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Entre 1845 e 1850 o “tráfico de escravos atingiu seu ponto culminante, com uma média de 55 mil africanos chegando por ano ao país.” (ANDREWS, 1998, p. 63)

A lei Euzébio de Queiroz obteve pouco impacto, não cumpriu as determinações estabelecidas em coibir o tráfico de escravos. Ocorria o tráfico ilegal, desencadeou o tráfico negro interno no país, mantendo a permanência da compra e venda de africanos escravizados. Somente a partir de 1870, portanto vinte anos após sua promulgação, a Lei Euzébio de Queiroz passa a vigorar com uma maior fiscalização dos portos clandestinos que ainda insistiam no tráfico ilegal, produzindo assim uma escassez de mão-de-obra escrava forçando os escravagistas a procurarem outras modalidades de trabalhadores. Neste mesmo período irão iniciar as migrações dos europeus para o país.

### **3.2.2 Lei do Ventre Livre**

Após vinte e um anos da promulgação da Lei Euzébio de Querioz, em 28 de Setembro de 1871, o Brasil escravocrata sanciona a Lei do Ventre Livre. A Inglaterra continuava a pressionar o Brasil a abolir o trabalho escravo, o governo brasileiro alegava que não tinha condições econômicas de libertar todos os escravizados e decidiu fazer uma lenta e gradual transição do sistema de escravidão para a mão- de-

obra livre. Com esta nova lei seriam livres apenas as crianças nascidas de mulheres escravizadas, os demais permaneciam escravizados. Recuperar estes antecedentes históricos significa reconhecer que a história da escravidão, a despeito de todas as crueldades cometidas e a extrema violência imputada ao povo escravizado, ainda criaram leis mascaradas de emancipatórias que solidificavam uma exclusão permanente na estrutura da sociedade. (ANDREWS, 1998).

A lei do Ventre Livre apresentava-se absolutamente insuficiente para promover qualquer transformação da realidade social dos filhos de mães escravizadas. As crianças nascidas de mulheres escravizadas seriam “livres” no momento de seu nascimento com a legislação em vigor. Na prática existiam somente duas opções: as crianças que nascessem a partir da data de publicação da referente lei, ficariam sob a tutela de seus senhores até atingir a maioridade, com 21 anos! Ou entregues ao governo, onde estas crianças viveriam em instituições construídas especificamente para receber tais crianças, sob a tutela do governo que passaria a ser o responsável pelas mesmas. Ficando a criança obrigada a prestar serviços gratuitos à instituição até alcançar a sua maioridade. O trabalho escravo permanecia, esta lei também “garantia aos escravos o direito de comprar sua liberdade (um direito que há muito eles já tinham na prática, mas não garantidos por lei), libertava todos os escravos de propriedade do estado, e criava um fundo administrado pelo estado para comprar a liberdade de outros escravos não incluídos na legislação de 1871.” (ANDREWS, 1998, p. 64).

#### **LEI Nº 2040 de 28.09.1871 - LEI DO VENTRE LIVRE**

A Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Govêrno receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. [...]

§ 6.º - Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1.º. se por sentença do juízo criminal reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

Art. 2.º - O govêrno poderá entregar a associações, por êle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder dêstes em virtude do Art. 1.º- § 6.º.

§ 1.º - As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar êsses serviços, mas serão obrigadas:

- 1.º A criar e tratar os mesmos menores;
- 2.º A constituir para cada um dêles um pecúlio, consistente na quota que para êste fim fôr reservada nos respectivos estatutos;
- 3.º A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação.

§ 2.º - A disposição dêste artigo é aplicável às Casas dos Expostos, e às pessoas a quem os juizes de órfãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim.

Art. 3.º - Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação.

Art. 4.º - É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O govêrno providenciará nos regulamentos sôbre a colocação e segurança do mesmo pecúlio [...]

Art. 6.º - Serão declarados libertos:

§ 1.º - Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o govêrno a ocupação que julgar conveniente.

§ 2.º - Os escravos dados em usufruto

§ 4.º - Os escravos abandonados por seus senhores. Se êstes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.

§ 5.º - Em geral, os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante 5 anos sob a inspeção do govêrno. Êles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho, sempre que o liberto exigir contrato de serviço. [...]

Art. 8.º - O Govêrno mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes do Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida.[...]



§ 5.º - Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro do nascimento e óbitos dos filhos de escravos, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000. [...]

Art. 10º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Manda, portanto, a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 28 de setembro de 1871, 50.º da Independência e do Império

Princesa Imperial Regente - Teodoro Machado Freire Pereira da Silva<sup>4</sup>.

Esta lei garantia ao nascituro a liberdade jurídica em sua documentação. Portanto, nasciam livres, mas permaneciam sob a custódia de seu dono e sua família de origem (que permanecia escravizada) ou entregues ao estado. Na prática, o cativo continuava, porque a regra geral dessa lei era que as crianças permanecessem com seus donos e fossem beneficiárias do senhor de escravos, que as usariam como “mão-de obra livre” até os 21 anos de idade. Ao alcançar sua maioridade civil eram obrigados a permanecer com seu “beneficiário” até saldar as dívidas de estadia, alimentação e todas as suas necessidades básicas, que foram pagas pelo senhor beneficiário. Este “liberto” crescia já endividado com seu “patrão”, alcançando a maioridade e prestando serviço sem remuneração por muitos anos. A criança e o adolescente libertos continuaram realizando trabalho escravo.

A sociedade brasileira vivia uma contradição: uns apoiavam a nova lei; outros a combatiam porque estimulava a “vadiagem” e atrapalhavam o serviço da polícia, porque muitas crianças e adolescentes, cansados de sofrer com a “disciplina do trabalho”, ou com abusos, fugiam. E assim, crianças negras começaram a aparecer nas ruas, seja brincando, trabalhando, esmolando e em algumas situações, cometendo pequenos furtos, principalmente crianças que foram destinadas as instituições do estado.

---

<sup>4</sup> Fonte; <http://www.camaradosdeputadospublicações.gov.br>, consultada em 11.03.2014

### 3.2.3 Lei dos Sexagenários

Nova lei foi promulgada, Lei n.º 3.270 de 28 de setembro de 1885 (14 anos depois da Lei do Ventre Livre), ficando conhecida como “Lei dos Sexagenários”, ou “Lei Saraiva-Cotegipe”, porque no projeto inicial constava a libertação de escravos com 60 anos ou mais, porém parlamentares opositores, representantes dos senhores escravocratas, conseguiram elevar a idade da libertação para 65 anos.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos súditos que a Assembléia Geral Decretou e nós queremos a Lei seguinte:

#### DA MATRÍCULA

Art. 1º Proceder-se-á em todo o Império a nova matrícula dos escravos, com declaração do nome, nacionalidade, sexo, filiação, se for conhecida, ocupação ou serviço em que for empregado idade e valor calculado conforme a tabela do §3º.

§1º A inscrição para a nova matrícula far-se-á à vista das relações que serviram de base à matrícula especial ou averbação efetuada em virtude da Lei de 28 de setembro de 1871, ou à vista das certidões da mesma matrícula, ou da averbação, ou à vista do título do domínio quando nele estiver exarada a matrícula do escravo.

#### DAS ALFORRIAS E DOS LIBERTOS

Art. 3º Os escravos inscritos na matrícula serão libertados mediante indenização de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal.

§1 Do valor primitivo com que for matriculado o escravo se deduzirão:

No primeiro ano 2%;

No segundo 3%;

No terceiro 4%;

No quarto 5%;

No quinto 6%;

No sexto 7%;

No sétimo 8%;

No oitavo 9%;

No nono 10%;

No décimo 10%;

No undécimo 12%;

No décimo segundo 12%;

No décimo terceiro 12%.

Contar-se-á para esta dedução anual qualquer prazo decorrido, seja feita a libertação pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal.

§2. Não será libertado pelo fundo de emancipação o escravo inválido, considerado incapaz de qualquer serviço pela Junta classificadora, com recurso voluntário para o Juiz de Direito. O escravo assim considerado permanecerá na companhia de seu senhor.

§3. Os escravos empregados nos estabelecimentos agrícolas serão libertados pelo fundo de emancipação indicado no art. 2º, §4º, segunda parte, se seus senhores se propuserem a substituir nos mesmos estabelecimentos o trabalho escravo pelo trabalho livre, observadas as seguintes disposições:

- a) libertação de todos os escravos existentes nos mesmos estabelecimentos e obrigação de não admitir outros, sob pena de serem estes declarados libertos;
- b) indenização pelo Estado de metade do valor dos escravos assim libertados, em títulos de 5%, preferidos os senhores que reduzirem mais a indenização;
- c) usufruirão dos serviços dos libertos por tempo de cinco anos.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 28 de setembro de 1885, 64.º da Independência e do Império. Imperador com rubrica e guarda.

Antônio da Silva Prado

Carta de Lei, pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar o Decreto da Assembleia Geral, que houve por bem sancionar, regulando a extinção gradual do elemento servil, como nele se declara.

Para Vossa Majestade Imperial ver.

João Capistrano do Amaral a fez.

Chancelaria-mor do Império - Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

Transitou em 30 de setembro de 1885 - Antônio José Victorino de Barros - Registrada.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1º de outubro de 1885 - Amálio Olinda de Vasconcellos.<sup>5</sup>

A lei do Sexagenário concedia liberdade aos escravizados velhos, homens e mulheres com mais de 65 anos, nada mudando em relação aos senhores de escravos. Esta lei impunha na prática, as mesmas violentas condições do trabalho escravo, logo o pesado trabalho que eram submetidos dificilmente permitiam a um escravizado chegar aos 60 anos e, se e somente se, chegassem a idade estipulada na lei. Recebiam apenas o abandono, já que estavam desvalorizados por serem improdutivos. A Lei ainda estabelecia, mais 5 anos de trabalho pelo escravizado como “indenização pela sua alforria” (Art. 3º – 10) então somente aos 70 anos este cidadão

---

<sup>5</sup> Camaradosdeputadospublicações.gov.br. Consultado em 11.03.2014

negro poderia ser considerado livre. Igual a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários de pouco valia e mantinha o *status quo* estabelecido da ordem política escravagista. Magda Ricci afirma:

[...] libertar idosos aos 60 aos 60 anos de idade, impondo-lhe ainda mais período de 5 anos sob tutela senhorial, em um regime de liberdade condicional, parecia fora de lugar e tempo. Desta forma, a lei de 1885 significava uma ultrapassada fórmula de emancipação lenta e gradual, que só fazia sentido dentro de uma desesperada tentativa escravocrata e senhorial de continuar a sustentar um regime social que tinha, em princípio, os dias contados dentro da lógica capitalista que se estabelecia. Assim, a lei de 1885 pôde ser menosprezada por muito tempo. (RICCI, 2000, P. 1).

Estas primeiras leis deixam bem claro as restrições impostas como uma maneira de impedir a desorganização da lavoura e a manutenção da ordem social vigente, ocorria também o um temor da sociedade escravocrata de uma futura reação dos libertos contra aqueles que os havia mantido em cativeiro (AZEVEDO, 1987, p.68). De uma forma ou de outra estas leis foram um processo gradual para o fim da escravidão no país. Conforme afirma Mendonça (MENDONÇA, 2008, p. 46):

Reconhecer que a escravidão era “uma causa perdida” não significava reconhecer que fosse uma causa resolvida. Retomando uma metáfora muito apreciada na época, a escravidão podia ser comparada a um “cancro a corroer a sociedade.” A “extirpação desse cancro”, entretanto requeria a maior prudência “para que não viesse o doente a falecer da cura.” (MENDONÇA, 2008, p. 46).

Três anos depois, ainda sob pressão da Inglaterra, enfim é promulgada a Lei Áurea - Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888). É a lei mais concisa que o Brasil já teve. O texto normativo:

A Princesa Imperial Regente, em nome de sua majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º; É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2; Revogam-se as disposições em contrário.  
Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888. 67 da  
Independência do Império.  
Princesa Imperial Regente. Rodrigo Augusto da Silva<sup>6</sup>

Esta Lei libertou os escravos e uma multidão de libertos descalços, que passaram a vagar por todos os lados do país, sem ter onde viver, onde ir, sem moradia, sem trabalho e vistos como pessoas embrutecidas, sem higiene e desocupados. Muitos se abrigavam em precárias moradias das áreas degradadas dos arredores da cidade, onde não havia regulamentação fundiária, nem a menor infraestrutura.

Para as mulheres negras, a única saída de trabalho era o de continuar o trabalho de antes, serviços domésticos nas casas de seus “patrões”, eram consideradas “sujas” e “portadoras de doenças”, Geralmente assediadas pelos homens da casa e sofriam perseguições pelas mulheres brancas. Ficando muito difícil conseguir trabalho, e inserção social neste novo universo social com a chegada da liberdade civil. (SCHUMAHER; VITAL BRASIL, 2007).

Eram considerados “preguiçosos” e somente trabalhavam se forçados a fazê-lo. A sociedade passou a julgá-los como se, agora que estavam “livres”, se orientassem para viver na vadiagem. Homens e mulheres libertos eram quase todos analfabetos, com pouquíssimas exceções, e com limitadas oportunidades de trabalho. A transição do trabalho escravo para o trabalho para mão livre e remunerado oferecia resistência social. O mercado de trabalho formal desprezava-os, portanto não alcançava a população negra. Assim, muitos negros libertos passaram ao mercado informal, vendendo tudo que podiam produzir nos espaços que moravam ou qualquer outra atividade de trabalho desqualificada. Muitos libertos que não conseguiam trabalho, ou não se sujeitavam mais as humilhações às humilhações que lhes eram infligidas, passaram a mendigar, perambular pelas ruas, o que reforçava o preconceito de “vadios” ou preguiçosos” (SKIDMORE, 1976).

O Brasil desde o momento do descobrimento, colonização passa dois séculos e meio (250 anos) para iniciar projetos de emancipação para a população escravizada, após a Lei Euzébio de Queiroz irão passar trinta e oito (38) anos para que a liberdade

---

<sup>6</sup> Camaradosdeputadospublicacoes.gov.br. Consultado em 11.03.2014

civil dessa população ocorra. Esta longa temporalidade vai trazer as graves consequências sociais na inserção social da população negra brasileira, e os reflexos dessas dificuldades podem ser percebidos até os dias atuais.

O fato é que a “ociosidade” dos negros libertos passou a incomodar a sociedade, uma vez que os negros “libertos da disciplina” dos senhores estavam “indisciplinados”, “desregrados” e apontados “por toda sorte de excessos” e como a causa dos crimes sociais. Assim, os parlamentares passaram a propor projetos de lei que os reprimissem, que se afastassem as ameaças de desordem que os libertos eram acusados. (AZEVEDO, 1987).

Antes mesmo da libertação dos escravos, o Código Criminal de 1830, já estipulava a repressão à ociosidade, como forma de disciplinar a mão-de-obra trabalhadora, perseguindo “vadios” e “bêbados” sem trabalho que perambulassem pelas cidades.

Na verdade, a Abolição foi preparada com base na legalidade monárquica e escravocrata. Foi discutida e decidida pelo Parlamento, em negociações acirradas entre o Estado e os grandes agricultores (cafeicultores). A questão discutida não era a reforma social, mas a economia, o custo de manutenção da mão de obra escrava, especialmente com o advento de mão de obra assalariada dos imigrantes que chegavam e que saíria mais em conta. A escravidão tornara-se um empecilho ao desenvolvimento econômico. O Brasil estava em plena transformação econômica. (ANDREWS, 1988, p.)

Assim, a ordem de libertação veio de cima para baixo e os escravos não tiveram nenhuma participação, nem poderiam modificar a ordem econômica pré-estabelecida fundada nos latifúndios, nem engendrar movimentos populares, sob pena de desobediência civil. Por isso, a ordem se resumiu a libertar os negros: sem qualquer medida que garantisse acesso ao trabalho, saúde, moradia, educação, terras para agricultura, Os negros foram abandonados à própria sorte.

A Lei Áurea libertara os escravos, mas isso não significava cidadania, eles não tinham trabalho e eram considerados “vadios” e “perigosos”, que precisavam ser afastados da sociedade e novas formas de repressão política e jurídica foram criadas. (AZEVEDO, 1987).

O fato é que, alguns dias depois da aprovação da Lei Áurea, o Ministro da Justiça do Império, Antônio Ferreira Viana, não aceitando a substituição dos escravos pelos libertos “vadios”, apresenta à Câmara dos Deputados, projeto de lei, o “Projeto

de Repressão da Ociosidade” – que recebeu na Câmara dos Deputados o n.º 33, sob a justificativa de corrigir as lacunas do Código Criminal imperial e reprimir a vadiagem dos libertos, condenando-os a trabalhar, sobretudo nas propriedades agrícolas, como forma correcional<sup>7</sup>.

O art. 1º desse projeto determinava a criação de estabelecimentos correcionais em ilhas marítimas, ou em outros pontos que o Governo julgasse mais conveniente. Haveria dois tipos de estabelecimentos: um para réus primários e outro para reincidentes, que seriam alojados nas províncias fronteiriças. As penalidades impostas nesse projeto eram extremamente rigorosas.

O projeto abarcava todas as pessoas consideradas não produtivas, desde os condenados por “vadiagem” até os menores de 17 anos infratores (criando estabelecimentos disciplinares) e, ainda, os velhos e inválidos que não possuíssem meios de subsistência, afastando-os do convívio social (criando asilos).

No art. 7º, determinava que as penas não fossem fixas (fixadas em lei) porque se tratava de penas disciplinares e; a pena poderia ser extinta na hipótese de se provar a aquisição de renda suficiente para subsistência; ou se prestar fiança idônea; ou se tratar de incapaz para o trabalho, seja por velhice ou enfermidade física ou intelectual. Alguns poucos deputados se opuseram observando que a criação de tais estabelecimentos no imenso território demandaria necessariamente enormes despesas que o governo não tinha condições financeiras para arcar.

No entanto, o projeto do Ministro da Justiça não chegou a ser aprovado porque, em junho de 1889, a Câmara dos Deputados foi dissolvida e, em novembro foi Proclamada a República.

A base de sustentação política da monarquia era o sistema escravocrata e, com a libertação dos escravos, a monarquia perdera sua base. Os grandes agricultores da época (cafeicultores), não foram indenizados pela perda de sua mão de obra e tinham condições de suprir trabalhadores assalariados para suas lavouras. Nem o governo se preocupou em impor medidas ou programas políticos de ações que acompanhassem as novas condições de vida dos escravos libertos. Os libertos que

---

<sup>7</sup> ver Anais da Câmara dos Deputados, 1888. Discussão do Projeto de lei sobre repressão à ociosidade; Atas das sessões da Câmara dos Deputados, em que o projeto foi debatido. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes> >

voltaram para seus antigos senhores se submeteram à mesma vida que tinham antes da Abolição.

De fato, após dois anos (2) a Proclamação da República, em 1890, por iniciativa do Ministro da Justiça do Governo Provisório da República, Manoel Ferraz de Campos Salles, foi decretado o Código Penal (Decreto n.º 647, de 11 de outubro de 1890), que normatiza:

### CAPÍTULO XIII

#### DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 110. São prohibidos os ajuntamentos de escravos, filhos de família, famulos ou creados, nas lojas, tabernas, açougues, ruas e praças, sob pena de dez mil réis de multa cada um [...]

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes.

Pena – de prisão celllular por quinze a trinta dias

§ 1º. Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, sera elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados documprimento da pena.

§ 2º. Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes.

Parapho unico. Si o infractor for estrangeiro será deportado.

Art. 401. A pena imposta aos infractores, a que se referem os artigos precedentes, ficará extincta, si o condemnado provar superveniente acquisição de renda bastante para sua subsistencia; e suspensa, si apresentar fiador idoneo que por elle se obrigue.

Parapho unico. A sentença que, a requerimento do fiador, julgar quebrada a fiança, tornará effectiva a condemnação suspensa por virtude della.



Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão cellualar por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circunstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art.403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a penado art. 400.

Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas comminadas para taes crimes.<sup>8</sup>

A partir do Código Penal de 1890, os “ociosos” se tornaram criminosos e seriam punidos por violarem a lei do trabalho “honesto”. Da mesma forma que o projeto do Ministro Antônio Ferreira Viana, se a pessoa não comprovasse trabalho, seria considerado “perigoso” ao meio social, na presunção de que recorreria a meios ilícitos para sobreviver. Assim, todo pobre era “perigoso” e “desordeiro”.

Os escravos libertos passaram a ser marginalizados, considerados os principais suspeitos de vadiagem, apesar de trabalharem duramente no mercado informal para subsistirem. Os negros, em geral, não poderiam comprovar trabalho formal e eram perseguidos por múltiplas formas de controle social, que variavam desde cumprimentos de penas em cadeias até Colônias Correcionais. A nova ideologia do trabalho capitalista não permitia a inserção dos negros e marginalizava-os e condenava-os à correção.

Mais: esse Código Penal de 1890, regulamentou a idade da imputabilidade penal em 9 (nove) anos, o que levou inúmeras crianças e adolescentes a serem

---

<sup>88</sup> Camaradosdeputadospublicações.gov.br; consultada em 10.03.2014

detidos nas casas de detenção depois dos 10 (dez) anos, idade em que estaria apta para o trabalho infantil, o que deixou crianças e adolescentes fora de qualquer instrução escolar.

Durante a escravidão o castigo físico de chicotadas em troncos e grilhões, garantia a ordem no cativeiro. Mas, o controle senhorial sobre os ex-escravos permaneceu sob novas formas de castigos para que os negros trabalhassem submetidos a uma baixa remuneração: a lei de repressão à ociosidade e, em seguida, o Código Penal que criminalizava o negro como “ocioso” (desempregado), sem oferecer qualquer condição de trabalho e instrução, aumentando as desigualdades e os problemas sociais.

A bandeira da República e sua inscrição positivista de “Ordem e Progresso” seria o pressuposto do estímulo ao trabalho, segundo a ordem social pré e já estabelecida, um mecanismo de controle e de propaganda de uma “sociedade livre e democrática”, mas policialesca sobre os negros considerados “embrutecidos”. (AZEVEDO, 1987).

Meio século depois a sutil ideologia racista permanecia, como se pode observar no estudo das relações raciais no Brasil de Florestan Fernandes, em sua obra “*A integração do negro na sociedade de classes*”, sustenta que a abolição da escravidão brasileira negou aos libertos sua inserção no mercado de trabalho, abandonando-os à própria sorte, o que os levou a permanecerem nos antigos locais de cativeiro, ou se dirigiram às cidades, onde a única solução foi à criminalidade, a “saída realmente brilhante ou sedutora de carreiras rápidas, compensadoras e satisfatórias” (Fernandes, 1978, p. 146).

Para Fernandes, a responsabilidade da inadaptação do negro no mercado de trabalho foi a escravidão, que os colocou, como homens livres, em estado de *anomia social*, isto é, sem regras sociais, sem lei, impossibilitando-os de viver em sociedade, o que os impediu de enfrentar o mercado de trabalho livre. Para a sociedade, o negro liberto apresentava “deformações” introduzidas em sua pessoa pela escravidão. Na verdade, o negro foi liberto, mas a sociedade lhe negou cidadania. Os libertos não foram vistos como cidadãos livres, mas como perigosos marginais passíveis de enquadramento social de “vadiagem”, segundo a legislação do trabalho, cuja liberdade era policiada.

Na verdade, a abolição foi preparada com base na legalidade monárquica e escravocrata, discutida e decidida pelo Parlamento, em negociações acirradas entre

o estado e os grandes latifundiários. A grande questão discutida não era a reforma social do país, mas a economia, o custo da manutenção da mão de obra escrava, especialmente com o advento da mão de obra assalariada dos imigrantes que chegavam e que saíria mais em conta. A escravidão tornara-se um empecilho ao desenvolvimento econômico.

Assim a ordem de libertação veio de cima para baixo e os escravos não tiveram nenhuma participação, nem poderiam modificar a ordem econômica pré-estabelecida fundada nos latifúndios, nem engendrar movimentos populares, sob pena de desobediência civil. Por isso, a ordem se resumiu a libertar os escravizados negros sem qualquer medida que garantisse acesso ao trabalho, educação, terras para agricultura, isto é, os mecanismos necessários para que um cidadão viva dignamente. (SKIDMORE, 1976). Assim, podemos afirmar que a população negra foi abandonada a própria sorte. Livres tornaram-se indesejados por sua origem, por sua cor, eram considerados embrutecidos, pobres e sem educação. "Havia a preocupação com um novo modo de produção e nenhum plano para o aproveitamento do negro no sistema de trabalho livre." (CHIAVENATO, 1999)

O único programa que complementou a libertação dos escravizados foi o financiamento do governo às imigrações de europeus, mão de obra baixíssima que beneficiaram os latifundiários das regiões sul e sudeste e que teve um desequilíbrio econômico terrível às demais regiões.

Além disso, ocorria uma simpatia dos intelectuais da época e homens do poder, às elaboradas teorias sobre a inferioridade do negro, já que viviam em um ambiente cada vez mais secularizado, A inspiração lhes vinha da ciência, em especial da teoria científica sobre raça, objeto de estudo dos cientistas das raças do século XIX (AZEVEDO, 1986). A suposta origem das diferenças entre os homens é objeto de estudo dos chamados cientistas da raça do século XIX, referendando a raça branca como superior e a raça negra inferior. Tais teorias referendavam um modelo de povo "ideal" discutidos nas políticas de imigração. Guimarães (1999, p. 49) tece a seguinte consideração:

[...] o pensamento racista brasileiro, àquela época, nada mais era que uma adaptação do chamado "racismo científico", cujas doutrinas pretendiam demonstrar a superioridade da raça branca. Se é verdade que cada racismo tem um a história particular, a ideia do "embranquecimento" é, com certeza, aquela que especifica o nosso pensamento racial. (GUIMARÃES, 1999, p. 49).

Esta proposta imigrantista teve um papel fundamental na formação futura da nacionalidade brasileira, propondo um modelo de povo ideal, de “raça” ideal brasileira, amplamente discutidos na política de imigração, este fato, juntamente com os desdobros das leis de emancipação da população negra, nos leva a afirmar que tal forma de pensar o país, sustenta o nefasto modelo de construção da discriminação racial disseminado e sedimentado em todo território nacional. Sobre esta questão Azevedo diz que:

[...] a força de atração destas propostas imigrantistas foi tão grande que em fins do século a antiga preocupação com o destino dos escravos e pobres livres foi praticamente sobrepujada pelo grande debate em torno do imigrante ideal mais adequado para purificar a “raça brasílica” e engendrar por fim uma identidade nacional (AZEVEDO, 1987, p. 37).

O país seguia com sua posição conservadora, solidificando cada vez mais a manutenção de seus valores, crenças cristãs e sua ordem social, mantidas por uma pequena minoria da população, detentora do domínio econômico, político e cultural. Uma estrutura social que influenciava sobremaneira o reconhecimento desta população. “Os negros livres já há muitas gerações mesmo miscigenados, frequentemente traziam impressas as suas origens, as marcas de seus antepassados escravos, e assim ficaram entregues à possibilidade de serem tratados com desprezo e violências.” (AZEVEDO, 1987).

### **3.3 Racismo no Brasil, uma construção histórico social**

Diante deste contexto histórico, podemos afirmar que todas as leis de emancipação para a população, incluindo a lei da abolição foram somente um compromisso formal da classe dominante em função de seus interesses, tranquilizando-se moralmente perante as demais nações e os abolicionistas, A população negra e seus descendentes agora “livres” passaram a viver à margem da mesma sociedade que os libertou e os negligenciou. Contudo, a população escrava sempre tentou subverter a ordem estabelecida, a subalternidade da escravidão imposta desde o processo de colonização do Brasil. Azevedo descreve que:

Garantias de que o Brasil seria diferente de outros países escravistas, uma espécie de país abençoado por Deus, não havia nenhuma, pois

aqui, assim como em toda a América, os quilombos, os assaltos às fazendas, as pequenas revoltas individuais ou coletivas e as tentativas de grandes insurreições sempre se sucederem desde o desembarque dos primeiros negros em meados de 1500 (AZEVEDO, 1987, p. 35).

Assim, após a proclamação da abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, a sociedade brasileira não possibilitou uma integração da população negra no seu processo de organização social. Homens e mulheres negros, agora ex-escravizados, assumiram sua liberdade jurídica e, mesmo que uma grande parcela desta população tivesse formação profissional, a preferência pelo trabalhador imigrante consolidou o mito de que o negro era bronco e vagabundo. Logo inadequado para inserção ao trabalho, à sociedade como um todo.

O Brasil, no final do século XIX, continuava crescendo e necessitando de mão-de-obra, os negros agora libertos, vítimas de um projeto político de extermínio e eugeniação pelo projeto imigrantista, não eram contratados e esta não integração do trabalhador negro na sociedade pós-abolição é evidenciada em forma de lei, um decreto da recém-nascida República brasileira, datado de 28 de junho de 1890, determinava que, apenas mediante autorização do Congresso Nacional, os africanos e asiáticos poderiam ser admitidos nos portos da República. (SILVA, 1996, p. 127). Vale ressaltar que esta mesma legislação foi reafirmada por Getúlio Vargas em 18/09/1943. Como descreve Silva:

Artigo 1 – Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil, desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Artigo 2 – Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional. (SILVA, 1996, p. 127)

Nesta perspectiva de análise apontada por Silva (1996) e Azevedo (1987), podemos afirmar que a discriminação racial brasileira não foi instituída na forma de lei previamente estabelecida, mas o resultado de um intrincado mecanismo em que se juntaram vários fatores, como a distinção de classes, a universalização dos costumes sociais vigentes e a miscigenação que sustentava a ideologia igualitária – a democracia racial. A figura do mestiço, o “mulato”, de certo modo é a imagem da confraternização entre as “raças” no Brasil, solidificando a tolerância e o pacifismo com o quesito cor e raça brasileira, e negando-se a existência de segregação racial.

Mas, a ideia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. De certo modo, ela constitui uma distorção criada no mundo colonial, como contraponto da inclusão dos mestiços no núcleo legal das grandes famílias (FERNANDES, 1971, p.26). São tantas elaborações ideológicas bem determinadas historicamente que se tornam num sentido cultural, fixas.

Azevedo afirma que o mito da democracia racial tem sido tema de diversos trabalhos acadêmicos nas últimas quatro décadas do século XX. E, estes para desvendá-los, partem geralmente dos estudos de Gilberto Freyre, a quem se atribui uma espécie de autoria intelectual do mito da democracia racial (AZEVEDO, 1996, p.152). Convém lembrar, que por de trás de todo mito muito se esconde sobre a realidade dos fatos, o mito não é uma fala qualquer. Segundo Sousa o mito é um discurso que:

Objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história e transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico-políticas-ideológicas e psíquicas. Enquanto produto econômico-político-ideológico, o mito é um conjunto de representações e oculta uma ordem de representações de bens de dominação e doutrinação (SOUSA, 1982, p. 25).

Logo, a democracia racial foi tão fortemente trabalhada ao longo do tempo, que retratou uma situação racial harmônica destacando o Brasil como um país privilegiado no que tange às chamadas “relações raciais”. Entretanto, esta democracia nunca permitiu uma igualdade no sentido econômico, político e social do chamado “povo de cor”. Constituiu-se, sim, em um mito cruel, supra valorizado pela “elite dominante” construtora e mantenedora do racismo.

A falsa democracia racial persistiu numa hierarquia peculiar, afinal, como afirma Fernandes:

O negro teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu se igualar ao branco, o problema era dele – não do branco. Sob a égide da ideia da democracia racial justificou-se, pois a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição (FERNANDES, 1971, p. 29).

De certa forma, a herança da escravidão e os desdobros da abolição da mesma, nos leva a tentar articular um entendimento da complicada teia de relações raciais contemporâneas.

O fenômeno do racismo perdura, o que significa que historicamente o Estado não viabilizou estratégias de integração da chamada “população de cor” no país. Ao contrário, a concretização da cidadania para a população negra foi prejudicada não somente por estar ligada ao antigo regime de escravidão, mas principalmente devido ao processo de industrialização combinado ao racismo, cujos impactos de concentração de renda sedimentaram as desigualdades econômicas. Ou seja, é a manutenção dos privilégios da classe dominante, que perfaz o chamado problema racial.

O presente explica as desigualdades raciais, pois afinal a discriminação racial de que são vítimas os negros e mestiços é bastante visível nas posições socioeconômicas inferiores que os mesmos ocupam na estrutura social. Hasenbalg afirma que:

Em certo sentido o Brasil criou o melhor dos mundos. Ao mesmo tempo que mantém a estrutura do privilégio branco e subordinação da população de cor, evita que a raça se constitua em princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial imperante se traduz no esvaziamento do conflito racial aberto e da articulação política da população de cor, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de apelo a um alto grau de coerção. (HASENBALG & SILVA, 1988, p. 116).

As considerações feitas até aqui permitem afirmar que o cidadão negro sempre viveu, de forma permanente, uma exclusão racial e social, significando reconhecer à continuidade do processo histórico nas relações raciais no Brasil. A manutenção dos estigmas existentes contra a chamada “população de cor” perpetua-se conforme afirmação de Fernandes: “a imagem do ‘negro de alma branca’ – o protótipo do negro leal, devotado ao seu senhor, à sua família, a própria ordem social existente” (1971, p. 27) ou lascivo, preguiçoso e tantos outros estereótipos generalizados sobre a população negra. De acordo com Cisnero:

O racismo muito frequentemente conduz a discriminação e a segregação de indivíduos e grupos pelo simples fato de pertencer a uma determinada categoria social, étnica ou racial. O racismo se

associa indissolavelmente à exclusão e a rejeição de alteridade. (...) o racismo representa um conjunto de doutrinas que no momento em que se incorporam ao espaço público se transformam em uma verdadeira ideologia (CISNERO, 2000, p. 2).

Logo, podemos admitir que racismo não se explica somente por um único ponto de vista. Racismo pode e deve ser analisado também por suas consequências. Se o país não fosse segregacionista não existiriam leis com especificidades raciais. Sessenta e três anos (63) depois da abolição da escravatura, o Brasil promulga a primeira lei brasileira sobre a questão racial, em 03 de Julho de 1951, a Lei Afonso Arinos. Esta lei transformou em contravenção a discriminação por preconceito de raça e cor Silva descreve os desdobramentos para a criação dessa lei:

O Brasil expôs-se a um vexame público mundial no ano de 1951, quando a bailarina afro-americana Katherine Dunham, contratada para um espetáculo em São Paulo foi barrada num luxuoso hotel da cidade, que não aceitava hóspedes negros. Fato extremamente embaraçoso para a diplomacia brasileira, imediatamente após este incidente, o Congresso Nacional aprovou uma proposta de lei apresentada pelo deputado Afonso Arinos, determinando punição para os que discriminassem pessoas em razão de sua raça. A lei Afonso Arinos teve de positivo o reconhecimento do racismo no país. Se existe uma lei para puni-lo é porque ele existe, não há como negá-lo. A legislação brasileira até então tinha ignorado o racismo e o preconceito. A constituição de 1946 fez somente uma breve referência à proibição da propaganda de preconceitos de raça e de classe (art, 141, parágrafo 5), pois a proposta de uma menção explícita, apresentada também por um deputado udenista, Hamilton Nogueira, havia sido derrotada. De acordo com Arinos, dois fatos levaram a apresentação do projeto em julho de 1950: o primeiro foi a discriminação recebida pelo seu motorista particular, negro, que era casado com uma catarinense de origem alemã e que não pode entrar em uma confeitaria, acompanhando a mulher e os filhos, devido a proibição imposta pelo proprietário e o segundo foi o grande escândalo nacional com a bailarina negra Katherine Dunham, que foi impedida de hospedar-se no hotel que onde tinha sido a feito a reserva por ser negra. Após a aprovação do projeto na câmara dos deputados, definido que constituía contravenção penal por preconceito de raça e de cor recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento do mesmo fim; recusar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau; obstar o acesso a qualquer cargo do funcionalismo público ou serviço em qualquer ramo das Forças armadas; recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esportes, bem como salões de beleza ou barbearias e negar emprego ou trabalho em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada. Além da punição pecuniária, as penalidades incluíam, conforme o caso, perda de cargo e prisão de três meses a um ano. (SILVA, 1996, p. 127-128)



Trinta e sete anos depois da Lei Afonso Arinos, na constituição de 1988 é que a prática de discriminação racial passa a ser reconhecido como crime inafiançável sujeito à reclusão. O racismo não se explica por um único ponto de vista. Os racismos são criadores de estruturas simbólicas e de ações responsáveis pela exclusão dos direitos da cidadania de um grupo social (CUNHA, Jr, 1996, p.148). Afinal, homens e mulheres negras de todos os níveis sociais continuam sofrendo as mais explícitas manifestações de racismo no Brasil. (Folha de São Paulo, 1995, p. 8-9).

Vale ressaltar os constantes constrangimentos que a população negra passa no seu cotidiano. São vários os relatos de negros que tiveram que sair de filas de banco com suspeita de roubo, convidados a subir pelo famoso elevador de serviço em prédios elegantes, artistas negros confundidos como manobristas de carros, professores confundidos com serventes nas escolas.<sup>9</sup> Este preconceito que permeia o cotidiano das relações sociais nos mostra toda a manutenção do processo ideológico do racismo no Brasil e que, pode ser explicado, segundo Fry pelo fato de que:

[...] a discriminação só é possível, porque existe anteriormente a ela, uma outra “ideologia” que contesta a ideologia da democracia racial. Essa “ideologia” hierarquiza os corpos de acordo com sua “aparência”. As desigualdades entre os mais claros e os mais escuros são o resultado de um “mercado de cores”, livre em princípio (a democracia racial), mas restrito na prática pela contra-ideologia da hierarquização das raças (o racismo) (FRY, 1996, p. 126)

A sustentação dessa ideologia ao longo do processo histórico no Brasil desumaniza e desqualifica a população afrodescendente, contribuindo fortemente na ausência de construção de uma identidade étnico-racial e óbvio para a autoestima dessa população. Assim fica fácil compreender as cento e três nuances de cor, usadas pelo brasileiro para se autoidentificar no recenseamento de 1980. Moura nos leva a refletir sobre a seriedade dessa situação social no Brasil; citaremos algumas delas:

No recenseamento de 1980, por exemplo, os não brancos brasileiros, ao serem inquiridos pelos pesquisadores do IBGE sobre sua cor,

---

<sup>9</sup> Ver [portalgeledes.org.br](http://portalgeledes.org.br)

responderam que ela era: acastanhada, agalegada, alva, alva escura, alvarenta, alva-rosada, alvinha, amarelada, amarela queimada, amarelosa, amorenada, avermelhada, azul-marinho, baiano, bem branca, bem clara, bem morena, branca avermelhada, branca melada, branca morena, branca pálida, branca sardenta, branca suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugresinha escura, burro-quando-foge, cabocla, cabo verde, café, café com leite, canela, canelada, carvão, castanha, castanha clara, cobre corada, cor de café, cor de canela, cor de cuia, cor de leite, cor de ouro, cor de rosa, cor firme, crioula, encerada, enxofrada, esbranquicento, escurinha, escurinha, fogoió, galega, galegada, jambo, laranja, lilás, loira, loira clara, loura, lourinha, malaia, marinheira, marrom, meio amarela, meio branca, meio morena, meio preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena bem chegada, morena bronzeada, morena canelada, morenada, morena escura, morena fechada, morenã, morena prata, morena roxa (...). O total de cento e trinta e seis cores bem demonstra como o brasileiro foge a sua realidade étnica, da sua identidade, procurando, através de simbolismos de fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior (MOURA, 1988, p. 63).

Diante deste quadro devastador, podemos afirmar que os estereótipos em relação ao negro brasileiro solidificaram-se, no meio social ficou estabelecido uma convivência harmônica entre brancos e negros, afinal a mestiçagem é a maior prova desta harmonia. Entretanto, este escamoteamento do quesito “cor”, analisado por Moura, nos mostra a tentativa de fuga do caráter inferior que a cor negra representa em nossa sociedade. Afetando significativamente o processo de criação de uma identidade positiva do negro no meio social.

### **3.4 A Educação e a presença negra na escola sutilmente negada**

De maneira geral, os comentários iniciais sobre a questão racial no Brasil e suas peculiaridades acabam dimensionando determinados aspectos importantes no desdobramento da educação no Brasil. Afinal as mudanças políticas e econômicas ocorreram, mas em compensação a ideologia racista brasileira solidificou-se. Entretanto, cabe uma pergunta: como foi efetivada a escolarização da população negra totalmente vilipendiada no meio social nas escolas oficiais no período pós-abolição? Considerando que um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento de um povo, de uma nação é a educação. Conforme Barros (2005, p. 79):

A população negra viveu dois movimentos que se opõem e se complementam em relação à educação. Chamamos essas vertentes

de ação branca e ação negra. De um lado, estava presente nos discursos das elites intelectuais e políticas a necessidade de essa camada ser escolarizada. Inseridos na população pobre, com o estigma da escravidão que os relegava a uma categoria 'inferior', os negros precisariam ser educados pra se transformarem em bons trabalhadores e bons cidadãos. Apesar disso, sua presença na escola era motivo de incômodo para o restante da população, sendo dificultada por vários mecanismos, desde matrícula até o cotidiano escolar. (BARROS, 2005, p. 79).

As referências quanto ao ingresso da população negra a escola oficial, não se fizeram de maneira explícita, a análise dos discursos que debateram profundamente a universalização da escola básica, não deixa dúvidas do caráter disciplinador e eugênico da escolarização. Onde o que se pretendia conseguir de evitar o atraso no país. Uma das preocupações mais constantes era o destino da nação após abolição da escravidão era: “o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo, presente em todas as dimensões da sociedade?” (AZEVEDO, 1987, p. 33).

Os discursos emancipacionistas primavam pela inserção dos libertos e dos trabalhadores livres como integrantes da nação, entretanto, as políticas e leis não apontavam para uma efetiva inserção na sociedade por esta camada da população. No discurso oficial aparecia esta inserção, mais os negros permaneciam “sujeitos a numerosas restrições legais ou simplesmente impregnados nos costumes de uma sociedade dominada por uma diminuta elite branca” (Idem, Ibidem) Conforme Müller:

Os primeiros anos da República foram, então um período de intensos debates sobre como deveriam ser os caminhos da modernidade e do progresso para o país. Aos poucos, a escola passa a ser o espaço preconizado para a criação do povo brasileiro, uma vez que essas mesmas elites pensavam que até então não tínhamos um povo e sim um aglomerado de população. (MÜLLER, 2003, p. 76)

O caráter universalizante da instrução pública, estava vinculada às enormes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. “A escola teve um papel fundamental de identidade e do sentimento nacional” (MÜLLER, 2003, p.76) Os debates acerca do ingresso nas escolas oficiais aos negros agora livres e seus descendentes, ganhou ampla repercussão. Entretanto, tal discussão não se efetivou em igualdade de acesso à escola para alunos brancos e negros nas escolas oficiais, no período entre o final do século XIX e início do XX. Barros contextualiza este momento histórico:

Falta de vestimentas adequadas, ausência de um adulto para realizar a matrícula, dificuldades para adquirir material escolar e merenda, por exemplo, eram empecilhos enfrentados por alunos dessa origem para acessar a escola. Ou seja, as dificuldades enfrentadas pelos alunos negros, presentes durante o século XIX, permaneceram nas próximas décadas do século XX; no mesmo período em que aconteciam os debates acerca da importância da disseminação da educação popular (BARROS, 2005, p. 85).

Diante desta análise podemos afirmar que o pensamento racista formulado desde o início do século se faz presente na realidade escolar. Além das dificuldades de ordem material, a presença de negros nas escolas era “motivo de incômodo para o restante da população” (BARROS, 2005, p. 79), afinal estas pessoas saíam do chicote como coerção e iniciavam uma nova vida com a chamada liberdade.

O discurso que já se apontava para uma política de educação para todos, o que leva a um entendimento de igualdade entre todos os brasileiros. Entretanto, “sutis mecanismos” categoricamente aplicados para o alijamento do negro nas escolas oficiais da época, se desencadeavam desde a matrícula, e o incômodo da presença de crianças negras na sala de aula. Entendemos que as dificuldades estabelecidas neste período, nos leva a afirmar a grande desigualdade entre brancos e negros no Brasil ao longo do processo histórico e maiores entraves para o desenvolvimento de mobilidade social pela população negra, logo de ascensão social com a educação, que de certa forma perdura até os dias atuais. Nesse sentido, conforme afirma Barros:

O acesso à escola era o elemento de manutenção do poder entre a camada branca da população. Isto é, a escola não era legalmente proibida aos negros, mas sua presença era vetada através de mecanismos sutis de discriminação. O acesso as letras seria um elemento de diferenciação entre os brancos (que se consideravam superiores) e negros (considerados inferiores). Assim, o contato com crianças consideradas inferiores era rejeitado pelas demais famílias (BARROS, 2005, p. 91).

Assim, a partir do momento que o estado define oficialmente o acesso à escola para os negros no final do século XIX, portanto logo após a abolição da escravidão, o discurso de uma sociedade igualitária é implantado no Brasil. Entretanto, a convivência social da criança negra na escola nesse período histórico é permeada com as mais diversas manifestações discriminatórias pela população branca. Que continuavam sendo praticadas, afinal estes alunos chegavam à escola, “com seus

hábitos indesejáveis, cheios de vícios, expressões torpes, e só estavam na escola para corromper os bons alunos” (BARROS, 2005, p. 91). Ou seja, os alunos não negros.

Iniciando assim, a preservação da legitimidade subjetiva da herança escravocrata. A igualdade trazida pelo fim do regime escravista não aponta para a construção de uma cidadania dos negros através da educação.

Por cerca de três séculos e meio o negro brasileiro foi escravizado, precisamente de 1534 à 1888 (SANTOS, 2000, p. 62), este longo período estigmatizou o negro (mesmo os já livres antes da lei da abolição) como sub pessoa, situado como alguém incapacitado para a plena cidadania. Os primeiros anos do século XX, a segregação informal nos restaurantes, bares, teatros, hotéis, escolas, enfim, em todos os espaços sociais o cidadão negro era alijado. Como esperar uma integração efetiva desta população que sempre foi considerada subalterna pela nação brasileira? Afinal, a abolição não significou integração, o negro continuava à margem da sociedade.

O processo de construção do desenvolvimento de uma mobilização por parte da população negra contra as todas as “sutis ações” discriminatórias praticadas no meio social e que de certa forma, impediam esta população à inclusão ao trabalho, a escolarização. Um dos primeiros momentos desta mobilização é a chamada imprensa negra. Conforme Miriam Ferrara, foram jornais produzidos por negros e para negros, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, e Rio Grande do Sul, em um período relativamente longo entre 1915 e 1963 (1986, p. 25).

A pesquisa de Ferrara é a mais completa no que concerne a utilização dos jornais da imprensa negra como fonte de estudos. A autora voltou sua atenção à forma e o conteúdo dessa imprensa, demarcando os discursos políticos que aparecem nos jornais desse período. Nos mostra que essa imprensa, nos seus 48 anos de existência, lutou especificamente contra os preconceitos raciais para conscientizar o negro de sua posição na sociedade brasileira e valorizar a educação e a instrução. Diz que, pelos jornais, podemos perceber as aspirações e lutas desses grupos, assim como suas atividades culturais. (1986, p.39). A educação e a conscientização do negro são partes do conteúdo básico dos jornais. Exaltando os discursos de valorização dos negros, o de união, de solidariedade, preconceito e participação política. (idem, ibidem, p. 45).

Outra importante mobilização da população negra, especificamente a população negra paulista, ocorreu com a fundação do Frente Negra Brasileira na

cidade de São Paulo em 1931. A Frente Negra foi um movimento de protesto contra a discriminação racial que alijava o negro da economia industrializada, fazendo-se sentir em diversas cidades do país. Segundo Barbosa (1998, p.12), este movimento negro foi combativo em denunciar as condições de trabalho degradantes das mulheres negras empregadas domésticas e também de outros ofícios realizados pelos negros.

A Frente Negra Brasileira foi um marco na política afro brasileira da época, oferecendo a esta população marginalizada socialmente possibilidades de organização, educação e ajuda no combate a discriminação racial. Incentivou a conquistas de posições dentro da sociedade e a aquisição de bens pelos negros. Vale ressaltar, que este movimento possuía uma escola voltada à alfabetização de crianças da comunidade onde funcionava sede do movimento e filhos dos militantes da Frente Negra. As professoras do movimento eram conhecidas como “Rosas Negras” e a maioria eram esposas dos fundadores do Frente Negra. (BARBOSA, 1998, p. 29).

Segundo Nascimento, a trajetória deste movimento é um capítulo importante da história do povo afro-brasileiro. Sua extinção ocorreu em 1937, com o decreto do presidente Getúlio Vargas que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos. Em 1936, a Frente Negra havia sido registrada como partido político. (2000, p. 205).

Outro grande movimento que também voltou sua atenção à educação do negro no Brasil foi o Teatro Experimental do Negro (TEN). Criado em 13 de outubro de 1944 na cidade do Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento. Este movimento deu continuidade ao trabalho do protesto negro organizado, contestando a discriminação, ao mesmo tempo em que formava atores e dramaturgos afro-brasileiros. Assumia e trabalhava sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade. O discurso do TEN trabalhava com o lema da “negritude” (NASCIMENTO, 2000, p. 217).

A participação da população negra nos movimentos alarga-se cada vez mais com a atuação do TEN, que produziu muitos espetáculos teatrais, concursos de beleza negra e de artes plásticas. Além de todos esses eventos sócio-políticos, patrocinou e organizou a Convenção Nacional do Negro em 1945, em São Paulo. Em 1945, houve ainda um Fórum de Gente Negra, para tratar de suas necessidades sócio-econômicas emergentes.

O TEN reafirmou sua força mobilizadora com a realização de um curso de alfabetização de adultos. Com o apoio de artistas da época e autorização da União dos Estudantes para usar suas dependências, este espaço era dedicado aos ensaios

das peças teatrais e à noite funcionava como sala de aula para alfabetização de adultos negros. Estes alunos adultos eram “operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão, modestos funcionários públicos e- ofereciam-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava a ver, enxergar o espaço que ocupava o afro-brasileiro” (NASCIMENTO, 1996, p. 230).

Assim, o TEN estabelece várias mudanças significativas para muitos negros com a implantação do curso de alfabetização, especificamente voltado para pessoas negras adultas, sem nenhuma escolarização, portanto com muito mais dificuldades de inclusão no mundo do trabalho. Segundo Jeruse Romão:

A educação no Teatro Experimental do Negro não encontra relação simplesmente com a escolarização. A educação do Teatro Negro incorporou ao projeto: a perspectiva emancipatória do negro no seu percurso político e consciente de inserção no mercado de trabalho (na medida que pretendia formar profissionais no campo artístico do teatro); na dimensão política, um vez que o sentido de ser negro foi colocado na perspectiva da negação da suposta inferioridade natural dos negros ou da superioridade do brasileiro. (2005, p. 119).

Portanto, todas estas análises históricas feitas até aqui, nos permitem afirmar que estes importantes movimentos negros das primeiras décadas do século XX, desde 1915 até 1940, foram preocupados com educação. Esta preocupação não fica somente expressa nos apelos educativos dos jornais da imprensa negra. Esses movimentos do passado foram realizadores de soluções, intervenções arrojadas e importantes no campo da educação, com a implantação de escolas e cursos de alfabetização voltados para a população negra. Estas montagens estratégicas políticas de combate ao racismo, levou o país a finalmente pensar em alternativas de construção de um novo caminho para uma identidade negra livre das limitações e imposições de racismos.

Assim, diante das árduas lutas dos movimentos negros, hoje o país inteiro discute uma política de inclusão social e educação para a população negra. O ponto principal desta discussão são as políticas afirmativas, que chamam a atenção da sociedade para a necessidade de propor ações de inclusão no ensino superior brasileiro com o sistema de cotas. Obviamente, que tal proposta suscita (ou) muitas discórdias, afinal depois de séculos o negro brasileiro deixa de certa forma de ser invisível para a sociedade brasileira. Invisibilidade esta que não significa uma

ausência no sentido físico, mas uma não existência no sentido social do processo histórico institucionalizado.

### 3.5 Cidadania e invisibilidade

Predominantemente, quando nos remetemos a palavra cidadania e seu sentido subjetivo, compreende-se a condição do ser social como participante de certa sociedade firmada através um pacto que torna o sujeito de direitos e de deveres. A noção de cidadania não perpassa somente por uma conscientização do cidadão de seus “direitos e deveres”, essa noção simplista de direitos e deveres nos leva a uma visão funcionalista dos indivíduos em sociedade, considerados exclusivamente em razão do cumprimento desses deveres e o usufruto desses direitos. Ser e estar incluso em uma sociedade, implica em assumir e participar de sua identidade coletiva. (GATTI, JR., 2010).

Como podemos observar o Brasil conseguiu permanecer com suas práticas de exclusão de sua população negra, mesmo com a modernização política, econômica e social, os direitos sociais contidos nos documentos legais brasileiros submetem os indivíduos às leis comuns, regras comuns a todos de vivência em sociedade. A exclusão e seus efeitos perversos ainda persistem e traduzem a dimensão da desigualdade entre brancos e negros no Brasil, e os contínuos horrores e arbítrios pelo qual o cidadão negro brasileiro é acometido<sup>10</sup>, com resquícios do tempo em que seres humanos eram legitimamente tratados como coisas. E mesmo inseridos em uma sociedade de direitos, esta sociedade de certa forma impulsiona a sensação de não pertencimento social, corroborando com a análise de Araújo quando afirma:

[...] a cidadania percebida em sua dimensão subjetiva, funcionará como instrumento que possibilita o pertencimento social, o sentimento de estar “dentro”, de ser considerado como “igual”. Obviamente, nessa perspectiva, o diferente, o “outro” moral, identitário, cultural, aquele que não adere a essa identidade, passa a funcionar como referência

---

<sup>10</sup> Caso do ator Vinícius Romão, ator, psicólogo, negro, ficou detido foi preso injustamente por acusação de roubo em 17.02.2014. A suposta vítima descreveu o acusado como: “preto de cabelo black, de bermudas e sem camisa”. O rapaz acusado e preso estava de calça comprida e blusa preta, somente o cabelo era no estilo black. O caso obteve uma grande repercussão da mídia como uma prisão baseada no racismo. Folha de São Paulo, (online) 17.02.2014.



de não pertencimento, de não “estar dentro”, de estar excluído do corpo social. (ARAÚJO, 2006, p. 89).

O “não pertencimento” leva a compreender a subjetividade da invisibilidade social, é como se o “outro” tivesse pouca importância, como um mecanismo de manutenção da exclusão, e esta exclusão faz com que a sociedade perceba o cidadão negro como um cidadão de “última categoria” na ordem social. Santos enfatiza:

No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada, enquanto que no sistema de exclusão e pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão se assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio de exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora. Estes dois sistemas de hierarquização social, assim formulados, são tipos ideais, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas. [...] Se a desigualdade é um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de verdade, cria o interdito e o rejeita. (SANTOS, 1995, p. 2).

Em sociedade excludente, como é a brasileira, a população negra mesmo com as mudanças de paradigmas no moderno sistema social, ainda encontra-se em desvantagem no processo competitivo da mobilidade social, “[...] a mobilidade no Brasil procura examinar os impactos dos movimentos individuais e grupais, dedicando especial atenção à questão da diminuição e expansão das diversas camadas sociais” (PASTORE, 1979, p. 3), e são maiores as dificuldades para o alcance da ascensão social. O alcance da ascensão social pela educação, que é um dos principais instrumentos capazes de promover na dimensão vertical promoção social, e “tornar visível o sucesso e a ascensão do negro numa sociedade que o discrimina e exclui, possivelmente é uma estratégia de encorajamento e estímulo aos negros que estão ou vão entrar no processo da busca de sua ascensão social (AZEVEDO, 2007, p. 31). O acesso a educação como política pública e de uma sociedade de direitos seja efetivamente uma “premissa histórica da conquista da condição humana de ser gente, de converter-se em cidadãos de fato e de direito.” (FERNANDES, 1989, p. 27).



FOTO 4 Professor Manoel Sobral de Souza  
Fonte: Autoria de Arthur Leandro, feita especificamente para este trabalho.

## **4 O TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ**

### **4.1 A criação do Território Federal do Amapá**

A presença de negros no espaço que hoje compreende o Estado do Amapá data desde o período colonial, mais especificamente na segunda metade do século XVIII, quando é implantada a política pombalina para a ocupação da Amazônia (MORAIS & ROSÁRIO, 1999, p.39). Apenas no século XX o Amapá passou a ser unidade da federação, em 1943, quando Gétúlio Vargas separa uma parte do estado do Pará para criar o então Território Federal do Amapá, como medida política do Estado Novo para a defesa das fronteiras brasileiras. O modelo de preservação territorial implantado primava pela ocupação militar da fronteira.

A justificativa para a criação do Território Federal do Amapá pelo Governo Federal alegava a falta de segurança das fronteiras em função da segunda guerra mundial e da ameaça socialista; incapacidade financeira dos estados de promover seu desenvolvimento; falta de povoamento ou vazio demográfico; falta de uma economia de mercado e grande extensão física do litoral. A criação dos territórios federais foram medidas utilizadas pelo governo federal de resguardar o espaço brasileiro de quaisquer problemas fronteiriços com países vizinhos. Segundo Morais e Rosário vale ressaltar que:

A Carta Magna de 1934, postulava sobre a criação de novos territórios federais (já existia o Território do Acre desde 1904) ou estados mediante lei complementar, porém, a instituição de territórios federais ocorreu com a vigência da Constituição outorgada de 1937, que categoricamente foi mais rigorosa que a anterior no que concerne a Segurança Nacional, constituindo-se mecanismo legal para que o governo intervisse nos Estados que apresentassem déficit orçamentário por três anos consecutivos, transformando-os em Territórios ou desmembrando suas áreas para prover o desenvolvimento econômico (MORAIS; ROSÁRIO, 1999, p.70).

Assim a partir de 1 de outubro de 1943 entraram em vigência duas leis: a primeira que efetivamente criava os territórios federais de Guaporé, Rio Branco, Ponta-Porã, Iguazú e Amapá e a segunda lei que estabeleceu suas capitais, divisão municipal e administração destes. A prioridade para administração destes territórios recaiu sobre oficiais da ativa do Exército de patente superior ou intermediária. Tais

administradores-interventores foram de livre nomeação do presidente da República, na época, Getúlio Vargas.

Dois paraenses manifestaram-se para o cargo de governador do Amapá, os capitães Emanuel de Almeida Moraes e Janary Gentil Nunes. Sendo o último o escolhido pelo então presidente. Esta escolha priorizou os méritos militares de Janary Nunes. Na época Nunes, era um jovem capitão do Exército de 31 anos. Sua posse ocorreu em 29 de dezembro de 1943 na cidade do Rio de Janeiro e sua chegada à cidade de Macapá aconteceu em 25 de janeiro de 1944. Onde o governador deparou-se, segundo Santos:

Com um núcleo urbano de 1.286 habitantes, sem luz elétrica, esgoto e água encanada. uma cidade isolada e dependente tanto geográfica quanto política e economicamente do governo paraense, mas uma comunidade unida e integrada. Diante do aspecto desolador da cidade, uma série de modificações estruturais ocorreram rapidamente, entre as quais a urbanização de Macapá (SANTOS, 1998, p. 29).

Portanto, uma cidade totalmente desprovida de serviços e atendimentos imprescindíveis à população. Além destes problemas de ordem funcional, o governo instalou-se com total indiferença da população local. Esta indiferença ao poder público que chegava a cidade, vinha do fato do descaso que o governo paraense relegou a região, quando esta pertencia ao Pará, Macapá era considerada uma “zona de castigo”, onde eram transferidos compulsoriamente, servidores públicos que caíam no desagrado do governador do Pará. (SANTOS, 1998, p. 29)

Com a tríade, “Sanear, Educar e Povoar”, definida como programa de desenvolvimento e organização para todos os territórios federais, o governador iniciou suas metas de trabalho, consolidar seu poder e principalmente conquistar o povo amapaense. A relevância do “janarismo”<sup>11</sup> no Amapá vem da sua forma autocrática de governar. A segregação racial sempre existiu em Macapá, como no restante do país, mesmo com o número populacional reduzido na época. E, esta segregação fará parte das políticas públicas implementadas pelo governador.

---

<sup>11</sup> Termo criado pela população amapaense para designar o longo período de permanência do Janary Nunes como governador interventor do então Território Federal e, na sequência, a ocupação do cargo de Deputado Federal, em mandatos consecutivos, no período de 1958 a 1970.

A divisão espacial dos bairros neste período, já apresentava um caráter segregacionista, as conhecidas “famílias tradicionais amapaenses”, descendentes diretos de antigos colonos portugueses das Ilhas de Açores, os negros da Mazagão Africana e nordestinos que começaram a migrar para a região a partir da segunda metade do século XIX. Santos, descreve a divisão destes e suas especificidades raciais:

Os brancos e brancarões, na parte central; os mamelucos, nas áreas denominadas Elesbão, Igarapé das Mulheres, Trem e Beiro; os negros, em áreas situadas por trás da Igreja São José (‘Beco do Formigueiro’) e no Largo São João (SANTOS, 1998, p. 36).

Diante do aspecto desolador da cidade, as primeiras modificações estruturais ocorreram imediatamente, sendo que uma das principais metas foi a urbanização de Macapá. E assim, o governador inicia sua forma peculiar de governar, através da cooptação de moradores mais velhos: os senhores patriarcais de famílias tradicionais e os líderes da festa religiosa e negra, muito popular em Macapá: o Marabaixo. Usando de máxima cordialidade o governante conseguiu persuadir tais líderes e iniciou um grande remanejamento da população para áreas urbanas mais afastadas.

Vale ressaltar que este remanejamento ocorreu exatamente com a população negra da cidade. Os bairros “Beco do formigueiro” e Largo de São João ficavam situados em uma área urbana que o governador considerou como “área nobre” da cidade, o centro da cidade. Com a conivência dos líderes negros mantenedores do Marabaixo, Julião Thomaz Ramos e Gertrudes Saturnino Loureiro, que, tornaram-se partidários do “janarismo” e de bom grado aceitaram a sugestão do governador o deslocamento para áreas escolhidas pelo interventor (CANTO, 1998, p. 28).

Considero como marco oficial dessa segregação o remanejamento de famílias negras que moravam e eram proprietários dos terrenos no primeiro plano da cidade (núcleo urbano), na frente da cidade com vistas para o rio Amazonas, foi o lugar escolhido para a construção da residência oficial do governador (mantido até os dias atuais). Caracterizo tal ação como “limpeza étnica”, ou seja, o remanejamento destas famílias.

A criação de bairros majoritariamente de população negra e pobre, é assinalada nas mais diversas cidades brasileiras. No caso da cidade de Macapá não foi diferente. O governador transfere esta população para áreas afastadas do centro da cidade, e

assim, dois bairros de população negra são construídos em Macapá: a favela (hoje Santa Rita) e o Laguinho, este último é reconhecido até os dias atuais como um bairro de negros, a maioria da população é negra e as pessoas formadoras dessa comunidade são descendentes diretos de escravos. (MACIEL, 2001, p.30)

A força de identidade negra do bairro do Laguinho ocorreu em detrimento de uma maioria das famílias negras remanejadas, já cultivavam roças de mandioca ao redor de um lago (o nome do bairro foi criado em função deste lago) e um poço de água potável, conhecido como “poço do mato” e também a extrema devoção e manutenção do Marabaixo. O bairro é conhecido de “Nação Negra” por seus moradores por quem nele mora<sup>12</sup>.

Entendemos que para o governador não era nada interessante manter a população negra na frente da cidade, onde foi constituído (e mantido até os dias de hoje) o cartão de visita de Macapá.

O discurso do governante era o de uma integração perfeita entre os municípios, principalmente de uma comunidade “unida e integrada”, necessário para a manutenção de sua soberania e para o desenvolvimento do Amapá. Santos afirma, que no governo de Janary Nunes:

a incorporação de amapaenses ao serviço público, que igualmente fazia parte do conjunto de ações governamentais para desarticular núcleos de reação ao progresso e à autoridade geralmente as pessoas brancas ou com predominância desse tipo étnico, ocupariam cargos e funções relevantes. Os mestiços bem evidentes, quase sempre desempenhariam atividades de caráter intermediário. Já os negros atuavam nos serviços gerais, principalmente e na capital trabalhavam na prefeitura, na limpeza pública (SANTOS, 1998, p. 35).

Janary Nunes promoveu a segregação espacial, com o remanejamento da população negra do centro da cidade e uma explícita divisão racial do trabalho, mas a miscigenação, o parentesco por consanguinidade e a adoção de sobrenome transformaram a população de Macapá numa espécie de grande família e, por esse motivo, “não configurava como discriminação racial como se processava essa integração (p. 36)” Principalmente pela difusão do mito desenvolvido desde o início de

---

<sup>12</sup> Professor Francisco Lino reforça como o bairro é reconhecido e chamado por seus moradores, bairro da “nação Negra.”

seu governo em 1944, de uma comunidade “unida e integrada” vivendo de forma amistosa e tolerante e sem opositores a sua forma autocrática de governar.

Ao remanejar a população negra, titular estes terrenos doados e ainda autorizar retirada de madeira para as construções das novas casas, nos novos bairros, das estâncias do governo, como benfeitoria. Além, de incorporar um número razoável dessa população no serviço público, como merendeiras, serventes, lavadeiras de roupa (no caso das mulheres) e na limpeza pública, construção civil (os homens) todos estes fatos, somados ao prestígio que o governador possuía entre os negros, mitificou a ausência de racismo em Macapá. (MACIEL, 2001, p.36)

O domínio político de Janary Nunes foi de 1943 a 1970, portanto, vinte e sete anos. Permaneceu no cargo de governador do Amapá, de 1944 a 1956 (doze anos), e foi ainda deputado federal eleito pelo povo de 1958 a 1970. Seus irmãos também ocuparam cargos políticos no Amapá. Pauxy Nunes governou o território e Coaracy Nunes foi deputado federal em duas legislaturas.

Tempo suficiente para solidificar seu poder, sua forma de governar, sua ideologia partidária, introjetar a explícita “divisão étnica” como algo natural e principalmente solidificar o quadro hegemônico do Amapá, sendo traduzido pela orientação carismática do governante a sua política de favores e apadrinhamentos. A ditadura política do Amapá durou quarenta e nove anos, quase meio século.

Da era Vargas ao governo Collor todos os governadores do Território Federal do Amapá ou foram militares ou diretamente conduzidos ao cargo pelo Presidente da República que administrava o Brasil na época dessa condução. Na primeira eleição para o governo do agora Estado do Amapá (a Constituição de 1988, transformou os Territórios Federais de Roraima e Amapá em estados da federação), em 1990, o vencedor foi um ex-governador do Território, Comandante Aníbal Barcelos. O primeiro governante civil eleito pelo povo em toda a História do Amapá, foi João Alberto Capiberibe em 1994 (MACIEL,2001).

De certa forma, o poder político no Amapá se confundiu com o poder das patentes no quartel. Esse fato explica o tipo de política que foi praticada ali, a importância do apadrinhamento, o paternalismo, a relevância das indicações e a obediência da população semelhante à subserviência dos soldados aos postos de comando.

A situação geográfica do Amapá foi o argumento aplicado para querer justificar o isolamento cultural, político, intelectual e social que essa região sofreu em relação

ao restante do Brasil. Considero irrelevante esta justificativa, contudo, foi amplamente difundida e aceita pela população local (MACIEL, 2001, p.36).

Vale ressaltar, que órgãos de comunicação de massa, como as rádios, foram dirigidas pelo estado ou pela igreja (a rádio Difusora de Macapá foi criada em 1945 por Janary Nunes) e em 1968 a prelazia de Macapá fundou a Rádio Educadora São José, comandada pelos padres italianos do Pontifício Instituto das missões Estrangeiras (PIME), e as emissoras de televisão só foram implantadas a partir de 1972, vinte cinco anos de atraso depois de implantada a televisão no Brasil. Salas de cinema eram precárias e somente a partir de 1995 passaram a ter uma programação regular. De certa forma, ocorreu em Macapá por um longo tempo, uma censura velada, um filtro estatal e religioso que transmitia à população apenas as notícias que lhes interessava.

#### **4.2 A Implantação da política Educacional no Território Federal do Amapá**

De maneira geral todos esses comentários iniciais acabam dimensionando aspectos decisivos para compreendermos o desenvolvimento da educação no Território Federal do Amapá. Conforme descreve Santos:

O ensino nas terras amapaenses, apesar de oficialmente ser instituído em 15 de abril de 1799 pelo governador do Grão Pará D. Francisco de Souza Coutinho, quando Janary Nunes aqui chegou em 1944, as escolas ensinavam somente até o terceiro ano primário, através de um currículo anacrônico, com os alunos aprendendo tão somente elementares conhecimentos de leitura, escrita e matemática, o que era muito pouco para uma sociedade em estruturação e que precisava de pessoas capacitadas e motivadas para levar a termo este propósito. O governo territorial, diante desse caótico quadro educacional, ainda, em 1944 começava a dinamizar o ensino, tanto e quanto aos pressupostos pedagógicos e ao atendimento. Fez funcionar 31 escolas para uma frequência média de 742 alunos e 33 professores e estendeu o ensino até o quinto ano, nos três turnos. Ainda nesse ano, instalava a Cooperativa Agrícola Escolar e iniciava ações para implantar o curso ginasial, que ocorreria em 25 de janeiro de 1947 e passava a funcionar o Ginásio Amapaense (SANTOS, 1998, p. 40).

A educação foi tornando-se abrangente no Território. Não somente na construção de escolas, o ensino em terras amapaenses estendeu-se à alfabetização dos adultos, a maioria da população adulta da cidade de Macapá na década de 1940



era formada basicamente de analfabetos. Organizou um quadro de professores improvisados, basicamente recrutados entre os servidores públicos locais de níveis médio e superior e iniciou a imigração de professores do Pará e nordeste do país, atraídos pelos salários superiores aos que recebiam nos seus estados de origem e também à posição social atribuída a estes professores.

Entretanto, no quadro de professores existiram amapaenses, que entraram no magistério da época como professores leigos, outros diplomados na capital paraense. Posteriormente, os primeiros professores amapaenses serão diplomados em Macapá na Escola Normal, que começou a funcionar em 1949. O andamento da educação foi solidificando-se e junto o reforço propagandista das benfeitorias da administração local na luta de seus interesses políticos, tentando com seu discurso de considerar suas realizações administrativas como bênçãos do que obrigações de governante. Sobre este fato, Santos faz uma boa análise:

A aprendizagem tornando-se abrangente, no entanto, como no restante do país, dificultava a formação de uma consciência crítica por continuar muito mais voltado em valorizar e exaltar as realizações e decisões governamentais, com o agravante dos estudantes serem massificados com o esdrúxulo e anacrônico entendimento que quaisquer contestação ao governo representava 3anti-patriotismo e causava dificuldades ao desenvolvimento regional (SANTOS, 1998, p. 40).

A importância desta reflexão mostra perfeitamente que o governante da época, tornava a educação um instrumento da cultura ideológica de sua ideologia política, procurando sempre manter os grupos sociais e as gerações dentro de certos condicionamentos mentais e sociais. E assim, dentro dos planejamentos locais e regionais, fossem eles a médio ou longo prazo, não foi prevista a implantação de um sistema de cursos superiores no Amapá. No entanto, a responsabilidade de iniciar este processo caberia ao interventor (governador) e este das decisões do poder central porque se vivia em um território federal, sob a tutela e jurisdição do poder central.

O Território Federal do Amapá, desde sua criação até o final da década de 1970, somente estabeleceu instrução primária, secundária, colegial de nível médio. Somente em 1969, com o estabelecimento de uma Lei Orgânica Federal do Ministério do Interior da época, ampliou-se o ensino para as escolas técnicas-profissionalizantes. O desenvolvimento intelectual da população da região desde o primeiro interventor e

pelos posteriores governos, nos leva a afirmar, que não parecia interessante viabilizar a conscientização das pessoas através da educação.

Em Macapá cursos superiores só foram oferecidos efetivamente em 1981. Mais de um século depois de ser fundada a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. A Universidade Federal do Pará implantou o Núcleo de Ensino em Macapá (NEM), oferecendo os cursos de Pedagogia, Letras, Matemática, Educação Artística, História e Geografia. Todos estes cursos eram de licenciatura. O NEM foi o embrião da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), implantada somente em 1993. Quarenta e nove anos depois da criação do território. (MACIEL, 2001, p. 38). Moraes & Rosário afirmam que:

A possibilidade de existirem indivíduos conscientes de seus direitos no Território Federal do Amapá foram negligenciados, ou melhor, totalmente cerceados pelo poder central, através de medidas etruscas, que coagiam os amapaenses em termos de evolução e desenvolvimento humano. A educação, a instrução e a cultura recebidas, procuravam inculcar no amapaense um estado psicossocial de docilidade, obediência, subserviência e principalmente, incapacidade de autocondução (MORAIS; ROSÁRIO, 1999, p. 99).

A ideia difundida de um povo “acomodado” reflete muito bem a conjuntura da época, onde ocorreram restrições à liberdade de pensamento, evitando a existência de atos considerados subversivos, preconceitos, incluindo a inexistência de discriminação racial e restrições quanto a moral e os bons costumes. Esta construção ideológica de povo “acomodado e unido”, ainda perdura de uma forma mais branda no meio social amapaense, o isolamento geográfico, população integrada é a justificativa dessa construção, incluindo a inexistência de racismo. O pesquisador Ivair Santos em sua obra “Direitos Humanos e as práticas de racismo”, apresenta um documento encontrado no acervo do Conselho Nacional de Combate à discriminação (CNCD), de 17 de Julho de 2007 escrito por Desembargador amapaense onde o mesmo afirma a ausência de racismo em Macapá, concordando com o autor quando afirma: “ um dos que mais impressionam, [...] embora longo, sua importância exige a reprodução integral.” (SANTOS, 2013, p. 145).

No que tange ao Amapá levo ao conhecimento de Vossa Excelência pela preocupação da existência de racismo na Sociedade Brasileira, principalmente ao que se refere ao Sul do país.

No que tange o Amapá levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o estado tem uma formação étnica da mistura do índio, negro e branco, em que postos-chave do Estado, como por exemplo no Poder

Executivo e no Judiciário, além do Tribunal de Contas e Ministério Público, são ocupados por nativos, inclusive este subscritor que, honradamente, tem sangue indígena com português. No Parquet, tivemos a honra de ter como Procurador da República e o Reitor da Universidade Federal do Amapá são afrodescendentes, o segundo pós-doutorado pela universidade de Berlim, na Alemanha.

No poder Executivo Estadual contamos com a Secretaria Extraordinária de Políticas Afrodescendentes e Secretaria Extraordinária de Políticas dos Povos Indígenas, que entre outras atribuições desenvolvem projetos ligados à preservação da cultura africana e indígena.

Importante salientar que possuímos uma comunidade, localizada na área central da cidade, chamada Laguinho, cujo santo padroeiro do bairro é São Benedito, composta de famílias descendentes de africanos, além de várias comunidades Quilombolas, instaladas nos arredores da cidade de Macapá.

Com predominante cruzamento de negros e índios, o Amapá cultiva entre suas tradições o marabaixo, que é uma das mais vivas e belas manifestações da cultura herdada de nossos avós africanos. O batuque é comovente e cadenciado, seu canto lembra o lamento firme e a esperança dos negros de voltar para o continente africano.

Outra tradição folclórica é a festa de São Tiago, realizada às margens do Rio Mutuatá, vila formada em 1770 por famílias de colonos lusos vindos da Maurítânia, na Costa Africana, fugindo dos conflitos políticos e religiosos entre Portugueses e Muçulmanos travadas naquele Continente, é deveras emocionante, a tradição enfoca personagens como São Tiago, São Jorge, Rei Caldeira, Atalaia e outros, vividos pelos moradores da Vila do Mazagão Velho.

Destaca-se ainda o carimbo, dança de origem Tubinambá, no Pará, também muito praticada nas festas tradicionais do povo Amapaense. O contato dos negros com a cultura negar e indígena originou uma dança com batuque vibrante, muita sensualidade e movimentos que lembram as tradições da Corte Portuguesa. Pode-se dizer que o carimbó é o retrato da miscigenação das três raças principais que formam a cultura brasileira.

A mistura o índio com o negro nos lançou outros ritmos, como siriá e sirimbó oriundos do Pará, além da dança, considerada uma das mais sensuais da Amazônia, o lundum marajoara, muito apreciada pelo povo do Arquipélago Marajoara (que conta com mais de 2.000 ilhas, em torno de 62.000 hectares), Mesmo pertencente ao estado do Pará, parte do arquipélago está culturalmente ligado ao Amapá. A dança do lundum marajoara, em tempos atrás, era praticada após meia-noite, pois devido à sua sensualidade e beleza não era permitido ser visto pelas crianças.

Vale ressaltar que o Amapá é a porta de entrada da Amazônia, sendo influenciada pelos ritmos afros do Caribe e das Guianas, como o merengue e a salsa, além do zuqui love, cassicó, entre outras. Do primeiro ritmo a Amazônia realizou uma mistura com o carimbo e surgiu a nossa famosa lambada mundialmente conhecida. Outro ritmo caboco (escrito sem o l) é brega, já difundido no sul do Brasil.

Nhagatu era a língua falada pelo povo amazônico que habitava também o estado do Amapá, trata-se de uam mistura do Tipo Guarani com Português, nos legando vários termos, até hoje comuns em nossa linguagem regional.

A nossa culinária é a mais legítima do Brasil, regada de especialidades preparadas com o que há de mais saboroso e natural da fauna e flora amazônica. O uso de produtos nativos é uma herança dos primeiros habitantes da região: os índios e os negros. Esta herança nos legou pratos deliciosos, como: pato no tucupi, pescada de gurijiba, pescada amarela e filhote (peixes típicos da região), devidamente acompanhados do nosso pitu. Puxando a brasa para o nosso camarão, afirmamos que é o melhor camarão do mundo. Além desses, o tucunaré na brasa, o peixe muquiado, o pirarucu, o camarão regional, rosa e pitu ao bafo, maniçoba, o tacacá e ainda, o saboroso e internacionalmente apreciado, Açaí.

Sem contar, ainda, que a interação com a natureza nos permitiu manter este estado entre os mais preservados do país.

É mister ressaltar, a guisa de esclarecimentos, que a cultura marajoara, aruás e macacos também influenciaram com seus costumes, lendas e tradições.

Os saramacas de origem afro, vindos do Caribe e da Guiana, também legaram vários ensinamentos com sua filosofia de vida sobre nascimento e morte. No primeiro se chora porque não sabemos o que ocorrerá durante a vida, e no segundo fica-se alegre, compram-se bebidas e soltam foguetes, pois aquela pessoa já cumpriu sua missão na terra.

Ainda hoje várias pessoas procuram os nossos benzedores, curandeiros e puxadores (uma espécie de fisioterapia afro-indígena), tendo como destaque o nosso querido e amado crioulo branco um negro com mais de cem anos que continua prestando serviços a nossa comunidade.

Graças ao Criador, nosso estado não sofre preconceitos raciais. Até a presente data (17 de Julho de 2007), não registramos no Poder Judiciário, nenhum processo de discriminação ou preconceito racial. Afinal de contas, o povo amazonense, é orgulhosamente caboco (sem o l) mistura de negro. Índio, cafuso, mulato, curibocas e brancos.

É com alegria que aproveitamos esta oportunidade para convidar Vossa Excelência e equipe para visitar nosso estado e conhecer nosso povo, suas tradições culturais e culinária exótica que temos a oferecer. Evidentemente não possuímos luxuosos hotéis e grandes shoppings, o que é compensado pela beleza natural e calor humano de um povo originalmente mestiço.”””

Saudações amazônicas

Desembargador G P

Corregedor-Geral da Justiça

Esta descrição densa e a afirmação de que o estado do Amapá não sofre de preconceitos raciais chega a ser tenebrosa. O IBGE apresenta o índice populacional de Macapá no censo de 2010 de 669.526 mil habitantes, deste contingente populacional 76,05% se autodeclaram negros ou pardos. Logo, em um estado com um índice populacional em termos proporcionais, onde a maioria da população é negra ou parda auto declarada em mais de 50%, é óbvio, que a segregação sedimentada do preconceito racial ocorre, talvez a violência do racismo seja

considerada irrelevante para o Senhor Desembargador G P, esta “harmonia racial” apresentada por este jurista não condiz com a realidade vivenciada pelas pessoas negras em Macapá. Como comenta o Prof. Sebastião Araújo: “[...] a *discriminação é muito forte*.

Os desdobramentos com a situação política imposta pelo poder no antigo Território, irá refletir durante um longo período na conjuntura do Estado do Amapá. E todas as medidas de mudança serão estabelecidas com o desenvolvimento fundamental da educação no estado, sendo direcionada para a liberdade civil.

### **4.3 O ambiente histórico da ditadura militar**

#### **4.3.1 O Brasil**

Desde 1961, o Brasil passava por um período político interno conturbado: a renúncia de Jânio Quadros causou grande instabilidade e decepção aos milhões de eleitores e igualmente aos seus adversários, que pouco entenderam o que se passava.

Em todos os locais, nas ruas, nos quartéis, no Congresso Nacional, perguntavam-se quais seriam as tais forças ocultas que precipitaram a renúncia do então presidente. Em caso de renúncia, conforme a constituição vigente na época, automaticamente seria repassado o cargo ao então vice-presidente João Goulart, que na ocasião encontrava-se em Pequim, procurando estabelecer ou ao menos estudar as possibilidades de comércio com o mercado consumidor chinês.

Contudo, alguns generais dirigidos pelos próprios ministros de Jânio, general Odilo Denis, Almirante Sílvio Heck, Brigadeiro Grum Moss, com o pretexto de evitar que o país mergulhasse em guerra civil, tentam buscar apoio para impedir a posse de Jango. Na tentativa de conseguir apoio popular, lançam um manifesto à Nação, onde começam a produzir no imaginário popular o pavor ao comunismo. Neste momento, a guerra fria estava a pleno vapor, e a União Soviética – bloco que reunia todos os países socialistas do leste europeu – vinha ganhando destaque após sua bem sucedida atuação na 2ª guerra mundial. No citado manifesto, foi exposto que, em sua visita a China e a URSS, João Goulart tornou clara e patente sua contida admiração ao regime nestes países, exaltando o êxito das comunas populares, fato que, estando na Presidência da República, (regime que atribui grande poder a autoridade pessoal

do Chefe de Governo), João Goulart, sem dúvida alguma, constituir-se-ia no mais evidente incentivo a todos que desejavam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na guerra civil – estava expressa a posição dos militares, postura esta endossada pela política udenista e por alguns parlamentares.

O apoio não veio tal qual era esperado pelas forças de reação contra a nomeação do presidente. Os operários de algumas empresas declaram greve, houve ameaças à embaixada americana e boicote aos jornais que apoiavam os militares. Houve, ainda, uma tentativa de levante e insubordinação na Aeronáutica, em Brasília e em S. Paulo. Alguns portos pararam, mas a reação maior se verificou no Rio Grande do Sul, encabeçado pelo seu governador Leonel Brizola - filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro – (PTB), e cunhado de Jango.

Temendo o regresso do vice-presidente, o presidente em exercício, Ranieri Mazzili, inicia uma manobra no sentido de impedir os poderes pessoais do chefe de estado, enviando uma emenda constitucional para mudar o regime para o sistema parlamentarista, onde o presidente governaria com poderes limitados pelo Congresso Nacional. Em tempo recorde, a constituição foi modificada, no dia 7 de setembro e, assim, o presidente João Goulart toma posse perante o Poder Legislativo da Nação.

Com estas limitações, o governo João Goulart já começou enfrentando críticas dos udenistas, que se utilizavam dos aparelhos de mídia (televisão, rádio e jornais), para difamar a imagem do presidente, acusando-o de estar rodeado de comunistas, o que, naquele contexto, apresentava-se como uma acusação infamante. Era um eficaz discurso e a UDN trabalhava assim contra o presidente com todas as possibilidades de enfraquecê-lo.

A situação econômica era grave, pois havia antes de tudo a inflação, a desvalorização rápida da moeda, o encarecimento do custo de vida a devorar os salários. **“Só a crise surgida no mercado financeiro pela renúncia havia elevado o dólar de 250 para 800 cruzeiros”**. (BASBAUM, 1975 p.26.), havia a dívida externa, cujo vencimento se aproximava do seu governo, mergulhado em dificuldade, sem condições de saldar – desesperadamente, tentou renegociar o débito contraído sem conseguir.

Em dificuldades com a articulação social e política, o governo Jango começa uma manobra para trazer de volta o sistema presidencialista, convocando um plebiscito onde o povo escolheria entre o parlamentarismo ou presidencialismo. No dia 23 de setembro de 1963, o país voltava à Constituição de 1946, presidencialista.

Na tentativa de realizar um bom governo, o presidente João Goulart encarregou o economista Celso Furtado de organizar um plano de desenvolvimento para deter a inflação sem parar o desenvolvimento. Também realizou uma reforma na área agrícola, que encheu de insatisfação os seus adversários e estes ergueram uma onda de reação no intuito de defender os latifúndios. O objetivo principal dos partidos de oposição era evitar que o presidente tomasse medidas que lhe garantissem apoio popular.

Aos poucos, a querela entre o presidente e os partidos se intensificou, afastando até os partidos mais próximos do governo. Com a falta de apoio, João Goulart adotou medidas para satisfazer as massas, obrigando, como exemplo, os laboratórios farmacêuticos a vender remédios sem lucro, as fábricas de tecido e calçados a produzir produtos populares e criou a Superintendência da Reforma Agrária, com o objetivo de desapropriar áreas beneficiadas por estradas de ferro ou rodovias federais, a fim de revende-la aos camponeses ou trabalhadores do campo, por preços e condições de pagamento acessíveis.

Não conformados com as determinações presidenciais, iniciou-se novas ondas de calúnias, - acusações principais:

Uma política externa 'demasiado independente', pela qual procurava, com certa ingenuidade, substituir o predomínio do capital americano no país, pelo inglês ou pelo francês; reatamento das relações diplomáticas com os países do Leste europeu, as repúblicas democráticas populares da Romênia, da Hungria e União Soviética, e mesmo, se fosse possível, a Alemanha Oriental e a China Popular. Uma perigosa lei anti-truste e uma regulamentação de remessa de lucros...". "Acusavam-no, finalmente – o velho pretexto – de dá acesso à admissão 'comunistas notórios'... ( BASBAUM, 1975-76 p.13-14).

Estas acusações, contra o presidente, eram promovidas pela imprensa e dentro do Congresso. A oposição, que era encabeçada principalmente por dois jornalistas da UDN, Carlos Lacerda e Júlio Mesquita, temia que o presidente tentasse se perpetuar no poder através de um golpe como o de Vargas em 1937.

Antecipando-se a manobra do presidente, o exército se antecipa começa o que os dirigentes deste movimento autodenominaram de "revolução", baseada no dito de que o "Presidente da República pretendia torna-se chefe de um governo comunista e devia por isto ser afastado do poder". Pressionado por todos os lados e verificando que o dispositivo de defesa estava desmobilizado o Presidente João Goulart resolve

deixar Brasília e pedir asilo político no Uruguai, após uma rápida passagem por Porto Alegre.

Rapidamente, foi declarado vago o cargo de presidente e na madrugada do dia 2 de abril, assume o governo o deputado Ranieri Mazzilli, consolidando o golpe. Agora, sob a liderança dos militares, começa uma nova etapa na História do Brasil.

#### 4.4 O Amapá

No Amapá, a situação era de imponente predomínio do “janarismo” que, desde os anos 50, fazia-se influente na região. No início de 64, o Amapá estava no meio de uma luta pela influência política entre o Deputado Janary Nunes e o governador Terêncio Porto (nomeado governador do Território Federal do Amapá em 26 de novembro de 1962, permanecendo no cargo até Abril de 1964)

A repercussão da tomada do poder pelos militares, ao contrário do restante do país, (onde seguiram diversos protestos contra os golpistas), em Macapá, não ocorreram manifestações públicas contra ou a favor. Com a certeza de que os golpistas seriam neutralizados, o deputado Janary Nunes e o governador Terêncio Porto, no dia 30 de março de 64, solidarizaram-se com o presidente João Goulart, pois, neste momento, ainda não se tinha certeza do rumo dos acontecimentos.

No dia 1º de abril, quando se consolida o golpe, imediatamente Janary Nunes e Terêncio Porto mudam de lado visando, nada mais nada menos, do que as suas próprias sobrevivências políticas, naquele momento nas mãos dos novos dirigentes. Em seguida, o governador entra no caminho de perseguição aos comunistas: detém alguns sindicalistas acusando-os de subversão e de estarem de acordo com os ideais comunistas, com estas prisões buscando demonstrar aos militares a concordância do governo territorial com as novas diretrizes políticas do país.

A imprensa oficial amapaense, do dia 22 de abril de 1964, em inequívoca euforia, manifestou apoio à posse do novo presidente, o Marechal Humberto Castelo Branco (que prometeu ser “**escravo das leis do País**” e “**estar em vigília permanente para que todos as observassem com exação e zelo**”). No mesmo dia em Macapá, foi promovido pelo governo do Território e a Igreja Católica uma manifestação religiosa de apoio ao novo governo onde, segundo o Jornal do Amapá, houve uma:



Magnífica demonstração de fé cristã e acendrado amor cívico - patriótico teve lugar na tarde do dia 15 do corrente, em nossa capital, por ocasião da posse do Marechal Humberto Castelo Branco na Presidência da República, quando o povo amapaense, tendo a frente as mais altas autoridades da administração territorial e suas digníssimas famílias, reuniu-se na Praça Barão do Rio Branco, para render graças a Deus pelo êxito do movimento que libertou o nosso querido país da ameaça do comunismo... ”.( Jornal do Amapá 22-04-64).

A Igreja Oficial, neste momento, apoiava inteiramente o movimento de tomada do poder pelos militares. Na Praça Barão do Rio Branco, o que se ouviu foram discursos de irrestrito apoio ao presidente Castelo Branco e de expurgo ao comunismo - o “terror vermelho”. Neste momento, o horror ao comunismo se tornava a tônica do discurso dos líderes do movimento.

Apesar das tentativas de aproximação do governo do Território com o governo Central, o governador Terêncio Porto, cada vez mais sem sustentação política, encontrava-se em dificuldades e diante de várias denúncias contra sua administração, principalmente de desvio de verbas. Em seguida, ocorreu a insubordinação da Guarda Territorial, em virtude da perseguição aos jornalistas ligados a Igreja Católica e a Maçonaria:

[...] o tenente Uadir Charone, chefe do aparato policial do Território que, diante do clamor público contra a discriminação, mudava de posicionamento e, além da recusa de continuar cumprindo as determinações do governador, ainda passou a se confrontar com o mesmo, acusando-o de corrupto e traidor do movimento militar.” RODRIGUES, 1998, p. 151).

Obrigando-o a solicitar a 8ª Região Militar um regimento para controlar a situação, o que foi prontamente atendido, culminando com a intervenção militar no Amapá. Logo após 15 de maio, o General Luís Mendes da Silva assumia o governo do Território. Na solenidade de posse do novo governador, o deputado Janary compareceu como forma de ensaiar uma aproximação. No início de sua fala, o governador Luís Mendes da Silva:

[...] agradeceu ao povo amapaense os votos de boas-vindas que lhe haviam sido apresentados, dizendo que assumia o posto de Governador do Amapá por escolha exclusiva do Excelentíssimo Senhor Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da

República do Brasil que, como simples soldado, recebia aquela missão com humildade e confiança na proteção de Deus e na cooperação do bravo e brioso povo amapaense”. (Jornal do Amapá 20-04-64).

Mais adiante, o então governador dá impressão de que haveria entre os diversos segmentos políticos do Território uma harmonia e uma tranquilidade política, pois o governador do Território (assume a administração do Território em 12 de Abril de 1964 a 10 de abril de 1967) Luís Mendes da Silva:

[...] ressaltou a importância da cooperação de todas as correntes, a fim de que, reunidos, fosse possível coroar os objetivos da Revolução de março, que conseguiu, além de livrar o Brasil do caos para onde o conduziam os comunistas, afastar, também, pessoas que, conforme a lista de expurgo já feitas, não trastejavam em ajudar a onda vermelha, o que não aconteceu no Amapá, felizmente. (Jornal Amapá, 20.04.1964).

Chama-nos a atenção à posição das elites locais que seguiam, assim, de acordo as determinações do novo regime.

A repercussão da política do regime militar no Amapá se fez sentir efetivamente após a tomada de posse do novo governador Luís Mendes, que imediatamente exonera o Prefeito de Macapá, Mário Luiz e, em seguida, decreta sua prisão por improbidade administrativa e corrupção. (SANTOS, 2001)

O reordenamento do serviço público amapaense, a partir do mês de junho foi intensificado com transferências de servidores de uma instituição a outra suspensões, advertências e substituições no primeiro e segundo escalão. (Rodrigues, 1998 p.154)

Luís Mendes inicia no dia 13 de junho a promover uma série de denúncias contra o ex-governador, acusando-o de desvio de verbas, de beneficiar amigos, parentes e de práticas subversivas – Terêncio Porto nunca rebateu as acusações. As manobras de Luís Mendes da Silva começam, em seguida, a vislumbrar a cassação dos direitos políticos de Janary Nunes e seus correligionários. Contudo, em suas tentativas, não obteve êxito, pois o deputado gozava tanto de grande prestígio no planalto quanto já tinha estreitas ligações com o alto comando militar e a Mineradora ICOMI, que detinha grande influência política. (MORAIS, 2005)

[...] O Luís Mendes da Silva foi o primeiro governador do Amapá depois que os militares tomaram o poder em 64; aqui chegando, não entendia porque o Janary Nunes tinha escapado da cassação, uma vez que apoiara o João Goulart, nos momentos que antecederam o golpe, mais logo depois, faz uma reviravolta e escapa da cassação.

Então, um dos objetivos dele, foi retirar Janary Nunes do cenário político e para isso teceu severas críticas à sua pessoa. Só que nestas críticas ele acaba se perdendo, porque ele começa a falar demais, chegando ao ponto de fazer críticas ao projeto ICOMI, na ânsia de atingir Janary Nunes e desmascará-lo enquanto 'empreguista, dizia. Mas ele não tinha a leitura de que o golpe militar de 64, foi uma articulação das elites brasileiras econômicas. (MORAIS, 2005, p. 32)

O deputado Janary Nunes não tardou em reagir, e em outubro de 1964, começou uma série de acusações contra o governo do Território na tentativa de desestabilizá-lo. As denúncias diziam respeito a provável extinção da CEA e obras super faturadas, motivo suficiente para a substituição do governador – até uma rebelião da Guarda Territorial foi tramada:

Em março de 1965 tentava uma ação decisiva, tramando sedição da Guarda Territorial direcionada contra o prefeito Rene Limonche que vinha fazendo críticas ao aparato policial, acusando seus integrantes de despreparados para o desempenho das funções. A intenção do deputado era provocar o envio de tropas federais – conforme diretrizes emanadas aos adeptos – para que o general Luís Mendes, que considerava irritadiço e nervoso, se sentisse desprestigiado e se exonerasse – esta rebelião não se efetivou. O Janary sabia que o fato do Luís Mendes não ter conseguido atingi-lo, muito pelo contrário, seria um forte indício de que seria substituído, e não deu outra, o Janary até articulou um abaixo-assinado para mudança do governador, mas não foi por isso que ele foi substituído não...” (RODRIGUES, 1998, p. 158).

A imprensa amapaense era composta de três jornais editoriais e duas emissoras de rádios – Rádio Difusora e a Rádio Educadora – as quais eram favoráveis ao governo militar e repassavam as doutrinas e as ideologias de combate ao comunismo e ao ateísmo. Neste sentido e por influência do governo, estes veículos faziam diversas denúncias ao deputado Janary Nunes e partidários. Sabe-se que nem sempre estas manobras trouxeram resultados satisfatórios, pois ante a ânsia de prejudicar e denegrir a imagem do deputado, em muitas das vezes, o resultado era oposto, mesmo porque a maioria das denúncias não tinham provas concretas e a credibilidade dos denunciantes aos olhos da população, diminuía.

Luís Mendes da Silva se caracterizava pelo intervencionismo na sociedade civil organizada. Até liderança da União dos Estudantes (UECSA), que estavam ligadas

diretamente ao janarismo, sofreu a intervenção do governo e, aos poucos, a maioria dos jovens começaram a apoiar os militares. O governo, para isto, organizava palestras e eventos que repassavam as doutrinas e principalmente fomentavam o horror aos soviéticos. (SANTOS, 2001)

A despeito de Luís Mendes da Silva, ter encontrado o Território com uma grande falta de infra-estrutura, em todas as áreas, pouco fez neste aspecto. A exceção foi uma transformação na área educacional, com novas escolas sendo construídas, novos cursos implantados e os professores passando por cursos de capacitação, o que não significou um avanço qualitativo.

Com a edição da Ato institucional nº 2, foi implantado no Brasil o bipartidarismo que se resumiu a dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – as disputas seriam polarizadas entre estes.

No Amapá, houve no período das eleições de 15 de novembro 1966 para o cargo de deputado federal, uma situação atípica, pois os dois candidatos faziam parte do mesmo partido, a ARENA, tendo de um lado Janary Nunes e do outro, apoiado pelo governador, Alfredo de Oliveira. Neste momento, havia uma ausência de oposição – MDB – pois, para o governador, qualquer movimento de oposição era tido como subversão, ou seja, atividades comunistas.

Os dois candidatos, embora adversários nas urnas, não o eram no campo das ideias, pois ambos eram favoráveis ao regime militar, o acirramento ocorria internamente, onde o governador Luís Mendes da Silva:

[...] embora afirmasse estar cumprindo missão de reordenamento administrativo territorial era constatável que quase todas as suas ações e diretrizes, direcionavam se em defenestrar da vida pública amapaense o Coronel Janary Nunes que por sua vez, demonstrava querer retornar ao poder, tonando-se novamente governador ou influir nessa nomeação (RODRIGUES, 1998, p. 177).

A vitória de Janary Nunes, o fez revigorar-se politicamente, tanto que, em seguida, ele propôs a transformação do Território em Estado, com críticas a respeito da escolha dos governadores. Janary Nunes critica de forma incisiva o General Luís Mendes da Silva, acusando-o de arbitrário, inepto, caluniador e autoritário. Durante a campanha eleitoral, uma das promessas de Janary Nunes foi que, caso eleito, articularia a substituição do governador – coisa que estava além de suas forças.

O grande derrotado das eleições acabou sendo, sem dúvida, o general Luís Mendes da Silva que, com todas as condições de eleger seu candidato, não o fez. Mesmo assim, foi agraciado com um cargo no alto escalão do Ministério do Interior, sem ter conseguido desenvolver no Território políticas públicas de grande significado e repercussão social.

Em março de 1967, assumiu a Presidência da República o Marechal Artur Costa e Silva, um árduo representante da linha dura, que logo promoveu inúmeras mudanças, dentre elas a substituição do governador do território do Amapá. No dia 20 de abril de 1967, em Macapá, assume o comando do Território Federal do Amapá o General Ivanhoé Gonçalves Martins.

Quando olhamos em perspectiva a administração do governador Ivanhoé Martins, percebemos nitidamente os pilares de sua gestão: o desenvolvimento e a modernização que, no Amapá, refletiu-se em políticas voltadas à infraestrutura, e a urbanização, já que o Território carecia de políticas públicas desta ordem. Diante do quadro, deficiente que encontrou, o governador Ivanhoé Martins atuou e foi responsável pelas ações gerenciais que mudaram drasticamente a estrutura do Território. A administração desse governador destacou-se pela construção de várias obras públicas como: o Palácio do Setentrião; ampliação do sistema de abastecimento de água potável da capital; dinamização dos serviços de atendimento médico construindo o hospital de pediatria e mais postos médicos, além disso, impulsionou as atividades agropastoris; construiu a termoeletrica Costa e Silva, inaugurada em Agosto de 1968; inaugurou o ginásio coberto Paulo Conrado Bezerra; criou o Conselho Territorial, pavimentou a rodovia Macapá Santana e construiu novas escolas abrangendo um maior número de alunos nos bairros que cresciam junto com seus empreendimentos. (MORAIS, 2005).

Respaldado pela prescrição do Conselho Federal de Educação, o governador Ivanhoé Gonçalves Martins baixou o decreto n 16]72, de 4 de Outubro de 1972, criando o Conselho de educação do Território Federal do Amapá – CETA, que seria constituído inicialmente de cinco membros, cabendo-lhes tratar da organização do órgão colegiado, o primeiro a ser implantado em um Território Federal. Com a criação do Conselho de Educação Territorial, o Território Federal passa a ter uma maior autonomia. Todas as decisões da educação no Território eram diretamente decididas no Conselho Federal de Educação e qualquer norma educacional que o Território pretendesse colocar em prática precisavam serem encaminhadas a este órgão e

aguardar que que aquela instituição aprovasse. (CONSELHO Estadual de Educação, 2013, p. 40).

O poder público no Amapá, por um longo período de certa forma, se confundiu com o poder das patentes no quartel, em todo o processo de construção estrutural os interventores tinham total controle respaldado por lei (a lei orgânica dos Territórios Federais) que determinava “quando, onde e de que forma, os interventores poderiam implantar o desenvolvimento econômico.” ( SANTOS, 2001). No que diz respeito a intervenção do Governador Ivanhoé Martins e suas políticas de infra-estrutura e administração com viés claramente desenvolvimentista, em seu governo que ocorreu a instalação no Vale do rio Jari o projeto “Jari Florestal”, empresa do norte americano Daniel Ludwig e que produziu o maior contingente de miseráveis da história amapaense, é o princípio do fracasso dos territórios.

O Amapá sofreu intervenção direta dos militares, por sua posição geográfica estratégica e por ser área de fronteira. Por esses motivos, esta região, até o final do século passado, não tinha ainda gozado de autonomia política. Na Presidência de Fernando Collor de Mello é empossado o Tenente-coronel Doly Mendes Boucinha que permanece no cargo por exatos dois meses, de Abril a Maio de 1990, no processo de transição para de fato e de direito o Amapá se tornar uma unidade da federação com autonomia política. Foram 13 interventores, de 1944 até 1990, com a transformação do Território Federal em pela Constituição de 1988.

No final da década de 80 a educação no Amapá ocorreu um bom desenvolvimento, como o aumento de números de professores nos níveis de 1º e 2º graus, reformulação das escolas; ampliação; construção de escolas da rede estadual, tanto na capital como no interior, possibilitando a entrada de mais crianças e jovens na educação. A Secretaria de Educação criou vários departamentos de assistência ao estudante, atendendo com bolsa de estudos e de trabalho alunos do 1º e 2º graus.



FOTO 5 Professora Eurídice Silva Silveira  
Fonte: A autoria da pesquisadora, feita especificamente para este trabalho

## 5 UM OLHAR SOBRE AS NARRATIVAS

### 5.1 Percepções sobre os processos discriminatórios da escola e seus reflexos

Racismo não se analisa apenas por suas intenções explícitas, racismo pode e deve ser analisado também por suas consequências. “O preconceito é produto das culturas humanas, que, em algumas sociedades, transformou-se como arma ideológica, para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros.” (MUNANGA, 2008, 14), a discriminação racial é uma constante na vida de pessoas negras, e a vivência de práticas discriminatórias na infância deixam marcas para a vida toda. A criança negra sempre sofreu “direta e cotidianamente, maus tratos, agressões e injustiças, que afetam a sua infância” (CAVALLEIRO, 2003, p. 98) e o racismo escolar, além de impactante, dificilmente é esquecido por quem é vítima desse violento ato, principalmente no ambiente da escola, que é um lugar onde ocorre intensa socialização das pessoas; as experiências vividas nesse ambiente marcam profundamente as crianças, sejam positivas ou negativas; o racismo nesse momento da vida é profundamente sentido e permanece muitos anos, como afirma Cavalleiro (2003).

Percebemos que nossos entrevistados relatam situações dramáticas vivenciadas nas escolas que estudaram quando crianças e jovens ou quando atuaram como docentes. Destacamos na fala da professora Eurídice a forma ultrajante com que teve seus cabelos cortados pela diretora da primeira escola em que estudou, apenas por usá-los soltos, referendando a forma negativa de construção de identidade racial dessa criança. Tal fato permaneceu doloridamente em sua memória mesmo passados 65 anos do ocorrido:

*Estudar na escola, ir para a escola foi uma emoção muito grande. Lembro até hoje, todas as meninas querendo ir de lacinho na cabeça, de uniforme engomado, porque as saias eram todas pregueadas. A mamãe tinha um cuidado louco com a presença da gente. Eu tinha horror de amarrar meu cabelo, cabelão de negra né? E sempre que podia, eu soltava. Mas a minha mãe tinha um cuidado e comprava peças de fita branca porque não podia usar na escola outra cor pra fazer os pitozinhos que hoje chamamos de Maria Chiquinha de lacinho. Só que quando eu chegava próximo da escola eu tirava porque eu não suportava nada na minha cabeça. A diretora Graziela dizia: “eu vou cortar esse cabelo. A tua mãe não cuida, vou cuidar eu!” E, um dia, ela me mandou subir. Mandou a servente me levar para a diretoria e cortou meu cabelo todinho. E, hoje, eu digo: - “vai fazer isso*



*em uma escola”. Ela cortou o meu cabelo e quando eu cheguei em casa, muito desconfiada, chorando... no que a minha mãe me olhou, se espantou: - “quem fez isso no teu cabelo?” Eu disse: - “a professora Graziela”. Ela atravessou, porque era só atravessar a Praça Veiga Cabral para chegar no Barão do Rio Branco. Minha mãe ficou uma fera quando viu meu cabelo cortado. Chegando lá, minha mãe perguntou a diretora porque que ela tinha cortado meu cabelo, ela respondeu: “porque tu não cuidas do cabelo da sua filha.” E a minha mãe disse: “isso não é verdade!” Minha mãe foi encontrar a diretora com os rolinhos de fita, nas mãos, para mostrar a ela. A diretora, então, disse: - “então procure saber com a sua filha o porquê!”. Minha mãe foi olhar dentro da minha pastinha e quando ela olhou, estava cheia de fita. O que me custou isso? Perdi meus cabelos cacheados, de negra. Um cabelão que eu tinha. Eu peguei uma surra da minha mãe e isso ficou marcado. Hoje eu sinto este episódio como uma grande discriminação com meu cabelão de negra. Esta diretora era a professora Graziela Reis de Souza, hoje temos uma escola com o seu nome, uma homenagem dos macapaenses E depois que eu me tornei professora, todos os cursos que eu participava, principalmente, sobre os cuidados que tínhamos que ter com as crianças com relação à religião, etnia, pobreza, riqueza eu citava este acontecido comigo, porque marcou a minha vida. (Professora Eurídice).*

Entretanto, esta lembrança negativa por qual passou essa mulher negra foi motivo para que ela viesse a construir uma positividade em sua vida profissional, para que este tipo de situação não ocorresse em nenhuma instituição escolar que trabalhou, tanto que, em nosso diálogo, comentou que várias vezes contou essa história para seus interlocutores em palestras que proferiu, ao retratar os processos discriminatórios que ocorrem nas escolas. É importante ressaltar que a professora Eurídice, conforme seu relato, é originária de uma família nuclear, muito unida e amorosa; seus pais viveram juntos por mais de cinquenta anos e não permitiam vinculação em casa de representações negativas do negro entre eles. Podemos dizer que é uma mulher com uma imagem muito positiva de sua negritude que se afasta bastante dos estereótipos inferiorizantes sobre os negros na sociedade. Sobre essa postura, faz as seguintes afirmações:

*Em casa era falado bastante sobre a questão da nossa cor sabia? Porque nós tínhamos um irmãozinho que morreu com sete anos, e ele era pretinho, bem negro mesmo, e então o outro que era mais claro chamava de brincadeira: “é neguinho” e ele apelidava o irmão e a minha mãe dizia assim: “vocês são filhos do mesmo pai, educados pela mesma mãe e pai, então não tem disso não”, aqui ninguém vai chamar de neguinho pro outro. Porque o meu pai era um negro mais claro, mas tinha o cabelo bem afro, e minha mãe era cabocla do cabelo liso, mas era bem mais negra que meu pai, então a gente vivia assim*

*no meio, mas era uma coisa assim superficial, e a minha mãe corrigia logo na hora. (Professora Eurídice)*

A forma como a família da professora tratava a questão racial no ambiente familiar, como bem ressalta a entrevistada, foi determinante na construção de sua identidade racial, no fortalecimento de sua postura diante de situações preconceituosas existentes na sociedade, concordando que “se a pessoa acumula na sua memória as referências positivas de seu povo, é natural que venha à tona o sentimento de pertencimento como reforço à sua identidade racial”. (ANDRADE, 2008, p. 116). No caso específico da professora Eurídice, mesmo com essa firmiação, a memória permaneceu forte e angustiante, demonstrando o quão violento foi o ato praticado pela diretora pelo despreparo dos profissionais da educação à época em lidar com a presença do negro na sala de aula (CAVALLEIRO, 2003), portanto não ocorre uma resolução dos conflitos raciais construídos na infância, isto é, a discriminação racial é um fato que segundo essa autora permanece no cotidiano escolar com a introjeção dos valores racistas.

Outra situação conflituosa vivida pela professora Luiza Vítor manifestou-se de forma diferente, voltada para um distanciamento das colegas de sala de aula, pelo fato de serem brancas; mesmo afirmando que essa situação não a incomodava, demonstra que havia certa rejeição pelo fato de ser negra, que era de certa forma, compensada por ser aluna exemplar:

*A questão racial a gente sempre tem, sempre a pessoa de cor com a gente tem muito racismo, de colegas e desde muito jovem a gente sofre muito racismo, mas isso não me abateu muito eu sou mais de correr atrás do que eu quero e não me deixo abater por essas situações, mas sempre tem principalmente por parte das mocinhas mais branquinhas, agora quanto a professores não, eu sempre me destaquei em sala de aula e gostava de me destacar, eu não era muito estudiosa, mas eu era muito inteligente, quando eu estudava no colégio Amapaense a gente fazia provas em junho e em dezembro eram as provas semestrais e não se fazia avaliação de dois em dois meses, e quando chegava à época das provas os meus colegas diziam “vamos estudar Luiza” aí a gente se reunia na casa das colegas e eu dormia logo e eles estudavam, estudavam, e quando chegava no final eu tirava as médias melhores e eles reclamavam, nessa parte de coleguismo a minha vida foi muito boa a vida de estudante. (Professora Luiza Vítor).*

O professor Sebastião Araújo destacou em sua fala que o preconceito racial não ficava restrito ao ambiente escolar; segundo o entrevistado, a discriminação

propagada na sociedade amapaense durante sua juventude era tamanha que se estendia à questão política. Relata a história do remanejamento da população negra de Macapá como um marco com forte evidência de racismo para com a população negra; todo negro amapaense era tratado como quilombola, numa referência pejorativa dessa origem, independente de ser verdadeira; segundo o professor, o capitão Janary Gentil Nunes remanejou toda a população negra que morava no centro da cidade para dois bairros distantes e que passaram a ser conhecidos como bairros de negros: a favela e o laguinho. Atualmente o bairro da favela é conhecido como bairro Santa Rita e o bairro laguinho permanece com o mesmo nome e são ainda hoje reconhecidos como bairros de negros. (MACIEL, 2001).

*Tudo isso é muito ruim. Inclusive, o próprio capitão Janary Gentil Nunes, que dava a vida por esse território, quando chegaram os primeiros chefes na Praça Barão do Rio Branco, ele retirou os negros que lá moravam e os trouxe para os bairros hoje conhecidos como laguinho e favela, no Santa Rita. Ele achava que os negros deveriam morar aqui para as bandas do laguinho. Leonel Nascimento, Belarmino Paraense de Barros, que também eram negros e a serviço do branco, ajudaram na retirada dos negros do centro da cidade. Como o Curiaú era quilombo, todo negro era do Curiaú. (Professor Sebastião Araújo).*

O professor Sebastião referendou que construiu uma família de negros e nunca ocultou a questão racial em sua residência para que seus filhos crescessem “sabendo se defender” porque, de uma forma ou de outra, a pessoa negra sempre, no meio social irá passar pelo grave problema da discriminação racial e afirmou:

*A dimensão racial, em casa, não tem vez, porque somos todos negros. Mas na rua a situação é diferente. Em simples ocasiões, às vezes, somos tratados com indiferença. Se você vai a um comércio, por exemplo, e depois de você chegar, alguém bem vestido, de pele clara, geralmente os donos dos estabelecimentos comerciais deixam de dar atenção para você, que é negro e passam a atender a outra pessoa. O nome disso é discriminação. (Professor Sebastião Araújo).*

Com isso, percebemos que o preconceito racial sofrido pelos negros amapaenses nas escolas e fora dela é um retrato do racismo da própria sociedade e os negros sofreram e ainda sofrem todas as manifestações raciais, como no restante do Brasil.

## 5.2 O racismo na profissão docente

Na vida profissional, o professor Sebastião Araújo declarou que em muitos momentos nas escolas em que trabalhou foi tratado de forma discriminatória, enfatizando o racismo mesmo ocupando um cargo público em que se relacionava diretamente com o saber formal e estava habilitado para a função, o tratamento a ele dispensado por alguns colegas, pais de aluno e outras pessoas que se sentiam superiores, era recorrente, segundo o entrevistado não abrandou com o passar do tempo; ao contrário, ele aborda em sua narrativa vários aspectos sentidos e observados:

*Fui discriminado na escola, pela minha cor, pela gordura e por minha condição financeira. Isso se dava porque a maioria dos professores estava em trânsito. Havia, portanto, essa discriminação com o professor local, pois os de fora achavam que eram superiores a nós. Logo no início não foi tão difícil lidar com essa questão, mas quando a discriminação se propagou, as dificuldades aumentaram. Alguns momentos foram muito difíceis. Entretanto, tenho em mente meu ritmo de vida. Recordo-me de um padrinho, que também era negro, e dizia assim: - “no meu gogó ninguém vem, só gravata e paletó”. Ele queria dizer que se você estudar, se for um senhor, ninguém vem no teu gogó, ou seja, ninguém te pisa. Até hoje você vê que quem é negro, mas tem um poder aquisitivo, é doutor. Exemplo disso é o Pelé. Agora sim ele é formado, mas antes ele não era. Hoje ele faz o quê? Ele é um doutor. Todo o mundo faz a biografia dele. Todo o mundo faz filme com ele, etc. [...] sinto que a discriminação racial é muito forte e às vezes não é praticada pelos alunos e sim por pais de alunos que olham o professor negro com um olhar meio diferente e acabam perguntando: - “mas é esse que é o teu professor?” Não sei se é voluntaria ou involuntariamente, mas acontece muito. Na época do plantão pedagógico o aluno é convidado a levar os pais para fazer o relato do comportamento, do envolvimento, do rendimento dele. Nessa ocasião percebemos muito esse tipo de comportamento da família do aluno. (Professor Sebastião Araújo).*

Um caso apresentado no relato da professora Eurídice quando ela se tornou supervisora escolar chamou muito nossa atenção pelo fato de retratar uma violência física de uma professora contra uma criança negra da segunda série primária, no final da década de 80:

*Um dia eu estava dirigindo uma reunião na Secretaria de Educação para os técnicos, eu já era supervisora, isso na década de 80, então encontrei com uma supervisora do Pequeno Príncipe, que é até hoje uma escola de ensino fundamental. E a sala da segunda série era bem ao lado da sala da supervisão do Pequeno Príncipe, e minha colega*

supervisora me chamou e disse: -“Eurídice tu precisas dar mais um pouco de atenção para a turma de segundo ano que é quase ao lado da nossa sala lá da nossa escola” e eu disse: - “o quê que é que está acontecendo Clésia?” e ela responde: - “Eurídice tem uma professora que maltrata muito uma aluna negra” e eu disse: - “ não me diz, eu já sei quem é, é uma aluna que mora no quilombo e ela – “ pois presta atenção minha amiga que você vai ver”. Eu só entrava no turno da tarde a parti das três horas para ficar até as seis, e nesse dia eu resolvi fazer a entrada das crianças, a Esmeralda me ligou dizendo que não poderia fazer a entrada e perguntou se dava para eu fazer a entrada das crianças, disse que dava sim, e não falei nada a ela. Eu fui fiz a entrada coloquei as crianças, as professoras com as suas turmas na sala, andei de sala em sala dando boa tarde, e voltei para minha sala agoniada, deixei passar um tempo que era o tempo que o professor entrava e agasalhava todas as crianças em suas carteiras, e fui para a sala da criança e quando eu cheguei na sala dela realmente elas estava socando a menininha na cadeira, só conseguir disser: - “meu Deus!” e quase tive um troço, e olha a minha grande falha, eu falhei e até hoje eu tenho arrependimento de não ter feito nada na hora do flagra. Eu só falei: - “oi professora boa tarde!” ela tomou um susto comigo! Então eu dei meia volta e não fiz nada. Fui para a supervisão e chorei, e deixei passar. A Esmeralda chegou e eu participei a ela o acontecido, mandamos chamá-la a sala da supervisão eu disse para ela – Esta professora é esposa de um professor muito famoso e na época ele trabalhava no colégio amapaense, famoso no colégio amapaense e na cidade São brancos. Conteí a Esmeralda o que estava acontecendo e que a supervisora do Pequeno Príncipe tinha me contado, então como diretora da escola mandou chamá-la e eu disse: - “Professora hoje a senhora me decepcionou.” Porque eu tinha ela como uma excelente professora, porque era uma menina que conseguia fazer os alunos passar, todos lendo, escrevendo, fazendo as redações direitinho, e era uma professora que vivia assim buscando sempre aperfeiçoamento, e eu gostava muito dela, então eu conteí que tinha recebido uma queixa dela e fui confirmar, só que o meu espanto foi tamanho de tanta confiança que eu tinha nela, que eu não tive coragem de falar nada, e eu perguntei: “porque que tu fizestes isso com aquela criança? E ela: “porque ela é uma menina que vem fedendo de urina.” A menina tinha um problema de urina solta, e ela fazia xixi na calcinha e eu pedia sempre a mãe dela e a orientadora também para que ela mandasse sempre uma reserva de calcinha para ela, só que a pobreza era muita, ela era muito pobre mas queria que a filha estudasse. Eu fui conversei com ela e ela discutiu muito comigo insistindo que ela estava apenas mandando a criança sentar porque a aluna só queria estar de pé, e eu disse: “não tu estavas socando essa criança na carteira dela, e isso você faz quase que diariamente”. Conclusão da historia é que o marido dela preparou um baixo assinado e foi levar justamente no Pequeno Príncipe, mandar para que as professoras assinassem contra a minha pessoa. [...] Eu vejo o racismo como uma grande maldade, porque nós somos gente meu Deus! Sabe a cor da minha pele não fui eu que determinei, eu tenho um Deus e foi ele que me fez assim, e eu acho que as pessoas têm que me respeitar, não só eu, mas todas as pessoas negras, somos humanos! Agora tem os desumanos com essa maldade formada no coração, de pessoas mais claras – brancas, isso tem com certeza. **(Professora Eurídice).**

Como pudemos perceber pela história apresentada, a rejeição da professora pela criança negra evidencia que as práticas raciais discriminatórias nas relações interpessoais entre adultos e crianças estão presentes na escola de forma contínua, confirmando que “a escola [...] representa um espaço que não pertence, de fato, à criança negra, pois não há sequer um indício de sua inclusão, exceto a sua presença física” (CAVALLEIRO, 2003, p. 100). A escola, em muitos aspectos:

[...] pode ser considerada como um dos principais agentes desse processo. Todavia, se a escola não realiza um trabalho crítico e comprometido com os diversos segmentos raciais presentes no seu interior; se ela mesma não se preocupa e se interessa em realizar essa discussão continuará atuando como uma instituição que reforça e reproduz o racismo presente na sociedade. (GOMES, 1995, p. 30).

Em relação à professora Eurídice, frente à situação relatada, podemos inferir que sua postura, embora a princípio pareça ser de passividade e aceitação do fato como natural, logo após tomar consciência da gravidade do ato praticado pela professora com a criança na escola, atuou de forma militante: denunciou o fato, enfrentou as resistências e conseguiu defender a aluna de forma veemente e altiva, afastando a professora do convívio com todas as crianças dessa escola. Percebemos com isso que a professora Eurídice contribuiu de forma significativa para o fortalecimento da discussão racial na escola, caracterizando uma importante contribuição para o pertencimento das crianças negras na instituição, fazendo com que elas se sentissem protegidas no espaço escolar. Dessa forma:

A escola, enquanto parte da sociedade, não está neutra em relação a estes problemas [questões racial e de classe]. Antes, os educadores (embora nem sempre o reconheçam) são portadores de valores culturais e ideológicos através dos quais desenvolvem a sua prática social e pedagógica. Nesse sentido, a grande ênfase que se dá à discussão da classe social, enquanto causa única para os problemas da escola confirma cada vez mais o quanto esta não está atenta para a diversidade cultural daqueles que a frequentam, reproduzindo valores racistas e sexistas. (GOMES, 1995, p. 33).

Essa convivência é um tanto quanto difícil para a população negra, afinal o cotidiano de muitos negros no Brasil é permeado com atitudes discriminatórias pela maioria da população branca. Onde atos cruéis são praticados. Toda essa gama de

atos de discriminação acontece de forma extremamente sutil, no sentido de continuar preservando a legitimidade subjetiva da herança escravocrata.

Concordamos com Mário Cortella (2003) que a convivência social ocorre, mas há sempre a suposição de submissão dos negros, o que significa que existe um certo costume de imaginar os negros em funções subalternas e se é subalterno não disputa espaço. Entretanto, a luta dos movimentos negros em desconstruir todo esse processo histórico institucionalizado e de certa forma cristalizado, colocou em evidência um grave problema: a exclusão dos direitos da cidadania de um grupo social. Essa situação é percebida na narrativa da professora Luiza Vítor quando jovem, ao apresentar-se em uma nova escola para atuar como professora e depois ficou sabendo que a diretora pensava que ela seria servente:

*[...] Nos idos dos de 1968, eu fui levar minha carta de apresentação em uma determinada escola para iniciar o trabalho como professora nova na escola, era preciso a carta de apresentação. E nessa escola, depois alguém me contou que a diretora tinha falado assim: “Ontem se apresentou uma professora nova na escola e eu até pensei que ela fosse uma servente”. Eu soube isso, mas foi só essa frase e nem por isso eu me deixei abater, porque a gente sabe que a questão racial é muito forte em toda parte que você chega, mas eu fiz um bom trabalho, não faltava, não chegava atrasada e depois ela se tornou minha grande amiga. Mas eu notava muito o racismo, a gente nota muito até na sala de aula quando você vai dar aula pela sua cor o aluno pensa que você não tem a mesma capacidade que o outro tem, agente sente muito principalmente da parte feminina, as pessoas medem muito a pessoa pela aparência. Eu trabalhei em uma companhia de cosméticos, e eu cheguei até o cargo de líder de área, e eu tinha uma equipe muito grande, isso era fora do meu horário de trabalho, vender cosméticos, e agente fazia esse trabalho colocando as pessoas e tinha algumas pessoas que não cresciam na companhia só pra não querer ser como se diz: “menor de que um preto” com essa companhia eu viajei muito conheci muito esse Brasil a fora. Quando esta empresa completou 10 anos fez um lançamento, que quem apresentasse mais supervisoras na companhia ganhava um carro, e eu apresentei 56 supervisoras, eu ganhei esse carro, mas mesmo assim quando eu fui fazer o trabalho até lá na sede da empresa, fora daqui de Macapá, eu sentia o impacto da minha cor, as pessoas medem muito as pessoa de cor, porque lá nessa companhia nós andávamos todas de terno, paletó, bem vestido, mas mesmo assim a gente sente, mas a gente não deve se abater. Agora eu fico muito feliz quando eu vejo um negro bem de vida, em todas as profissões um negro de sucesso, quando um negro lá no esporte sendo o primeiro, pois pelo menos mostra que o negro tem valor, tem força de vontade. (Professora Luiza Vítor).*

O comentário da professora a respeito de sua satisfação quando vê uma pessoa negra bem sucedida demonstra que essa não é uma circunstância natural, comum; mesmo sendo negra e alcançado um bom nível financeiro, proporcionado pela docência que exerceu, sua narrativa traduz a condição vivenciada pela maioria dos negros brasileiros: a ocupação de posições socioeconômicas inferiores que os mesmos sempre ocuparam na estrutura social do Brasil. Na fala da professora Celestina, destacamos que ser negro é precisar se impor para obter um certo respeito e esta imposição ela sempre efetivou em seu local de trabalho:

*A gente percebia que tinha alguns colegas de trabalho, que eram um pouco racistas. Comigo nem tanto. Não sei se era pela minha maneira de ser, como eu tratava os colegas e como eles me tratavam. Eu sempre tive respeito por eles e eles por mim, até porque eu era um tipo de pessoa que não se calava diante de ofensas, procurava sempre me impor. Respeito para ser respeitada. Então, comigo nunca teve esse problema, nem com aluno. (Professora Celestina).*

Ressalta-se a aparência carismática da professora; ao mesmo tempo em que impõe respeito pela sua altura, é uma mulher alta com quase 1,80 de altura, onde destaca-se sua voz, que é grave e suave ao mesmo tempo, isto é, aparentemente, não precisava fazer muito esforço para se fazer respeitar em qualquer ambiente. É uma mulher muito amorosa no tratamento com as pessoas, ao dirigir sua fala sempre utiliza termos como “mana”, “meu coração”, “querida”, conversar com esta professora é como escutar histórias infantis de uma boa “contadora de histórias!”

Além disso, foi uma professora que trabalhou especificamente com educação especial, com crianças que apresentavam dificuldades na aprendizagem e alfabetizou pessoas com os mais variados problemas, como deficientes auditivos, visuais, limitações cognitivas e que se tornaram funcionários públicos, mesmo com suas limitações. Segundo a professora, alguns ainda hoje, com mais de quarenta anos de idade, ainda a visitam frequentemente, em sua residência, localizada numa área bela e distante da cidade: o quilombo do Curiaú. Esta professora é quilombola e se diz orgulhosa dessa condição.

A professora destaca ainda que, nesse momento de sua vida, em que já se encontra há mais de vinte anos aposentada, faz parte de uma família que é responsável tradicionalmente por uma festividade do quilombo – a Festa de São Tomé



- e que prepara anualmente nesta festa, um almoço para todas as crianças que participam deste grandioso evento. E comenta:

*Inclusive, agora nós somos responsáveis pela festa de São Tomé e, para mim, é uma maneira de me divertir e retomar essa festa que já tinham passado muitos anos que o pessoal não fazia. Então, achei melhor nós assumirmos a responsabilidade de fazê-la. Divirto-me muito. Meus filhos me ajudam. Temos bastante trabalho, mas nada se compara ao prazer que temos em comprar boi - no mínimo dois bois para dar comida para o pessoal – garantir o batuque, comprar e fazer as bebidas para servir... Tudo é gratuito: a gengibirra, a cerveja, o refrigerante. Eu gosto dessas festas folclóricas que passou para festas culturais, eu gosto demais. Acostumei-me a morar aqui, no quilombo. Gosto demais desse lugar. Por sinal, tenho uma casa em Macapá que estou vendendo, fica no bairro Novo Horizonte. Quero mesmo é ficar aqui, perto dos meus filhos. (Professora Celestina).*

Essa professora, como pudemos acompanhar em seu relato, é uma pessoa feliz, realizada e possuidora de uma forte identidade negra; a docência para sua vida representou uma conquista de poder econômico e um reforço de sua negritude.

### **5.3 A importância da docência**

Ao questionarmos nossos entrevistados sobre o significado da docência para suas vidas, as declarações foram de bem estar frente à carreira, às conquistas com o exercício do magistério, uma reafirmação de que, mesmo sendo pouco o número de negros a alcançar a ascensão social através da educação, os professores entrevistados sentem-se reconhecidos pela sociedade amapaense, acreditam que seu trabalho foi relevante que, além de contribuir para a construção da história da educação do Amapá. Embora falem pouco da sua ascensão social, é evidente em alguns relatos que o bem estar se associa a docência lhes permitiu uma condição intelectual e financeira confortável.

*Ser professor foi o grande ensinamento de vida que eu recebi, e tive orgulho de passar para as pessoas, esse ensinamento que a própria vida nos dar. O grande prazer de ser professor de ter participado e ser incluído nessa responsabilidade até hoje, eu ainda quero ver esse país em melhores condições no que diz respeito à educação, eu ainda vivo a expectativa de ver o professor ser reconhecido com um salário que realmente lhe faz jus, e ainda eu de ver milhões de professores imbuídos nessa responsabilidade que é preparar o seu jovem pra*

*administrar a sua cidade, sua nação e etc. Eu não perco a esperança, nos já vimos tantos políticos comprometidos com a educação e que trem boas intenções, que têm isso que nós gostaríamos que todos os políticos tivessem, o compromisso com a educação, mas eu ainda vivo a expectativa de melhores dias de educação para o nosso país, porque é assim que a gente vai crescer.* **(Professor Manoel Sobral).**

*A vida traz conquistas, experiências, conhecimentos. Quando entrei no magistério, não tinha a dimensão que tenho hoje. Ser professor é ser educador, um ser responsável pela transformação, para a construção de um mundo melhor, já que nós estamos em uma fase de transição. Então, ser professor, ser educador é uma responsabilidade muito grande. Mesmo que no Brasil o professor não seja valorizado como no Japão ou em outros países, o professor sempre vai ter o seu lugar garantido na sociedade, na promoção. Sem educador nós não vamos muito longe. Se tivesse que iniciar tudo de novo, seria hoje, mais que ontem, um educador, sem perder as minhas raízes, vontade e meu brilho pelas coisas. A vontade de querer fazer, contribuir com a transformação.* **(Professor Sebastião Araújo).**

*Ser professora para mim foi muito importante. Eu trabalhei 29 anos e seis meses, sem contar com os anos de prefeitura, só do governo. Eu não sinto saudades de dar aulas por causa da saúde, ultimamente eu já estava com a pressão muito alta e já era ruim pra trabalhar, mas é bom trabalhar e quando a gente enxerga um aluno sente muita saudade. Filhos criados. Perdi duas filhas, a gente tem assim uns contratemplos, mas a minha velhice vou levando bem, eu ingressei nos grupos de terceira idade e participo, quando eu me aposentei eu já tinha esse trabalho da companhia de cosméticos onde eu trabalhava e não senti muito a aposentadoria, porque eu andava muito, viajava muito, já ingressava nos grupos de terceira idade e no grupo a gente participa, viaja, joga, [...] Eu não sinto muito porque eu não paro, viajo muito, passeio nas festinhas, já senti esse ano agora porque o meu marido adoeceu e veio a falecer e aí a gente se sente mais só, mas mesmo assim moro aqui com os filhos e quando eu quero largo eles aí e viajo, não deixa a doença me abater, [faço] hidroginástica, volêi adaptado porque se a gente não puxar começa a aparecer as doenças.* **(Professora Luiza Vítor).**

A fala dos professores é exemplo de que os entrevistados, pelo fato de serem aposentados do quadro de funcionários públicos do ex-Território Federal do Amapá, conseguiram ter uma vida melhor, do que a maioria das pessoas negras alcançam e a docência é vista por eles como uma bela profissão. Apesar disso, ainda se ressentem da valorização do profissional da docência, como destaca o professor Manoel Sobral, referindo-se genericamente à forma como os professores são tratados socialmente. Sobre a ascensão social, temos que:

Quando um indivíduo passa de uma ocupação de *status* baixo para uma ocupação de *status* mais alto – de classe média, por exemplo, - tal movimento tende a ser acompanhado de vários ganhos em termos

de oportunidades econômicas, educacionais e sociais, assim como de mudanças de valores, de atitudes e de horizonte cultural. Os reflexos se fazem sentir, no indivíduo e nos seus dependentes a curto e longo prazos. Nessas condições a mobilidade ascendente funciona como um mecanismo de promoção social. (PASTORE, 1979, p. 4).

#### Reflexões sobre a velhice...

*Agora, na velhice, que é uma preocupação de todo ser humano, de todo brasileiro, tenho a sensação de medo e não adianta esconder ou fugir dela, porque ela é presente. Sentimos medo porque o que é a radiografia do velho? Impotente, cheio de reumatismo, comprando remédio, dando trabalho e muitas vezes sendo um peso na vida de muita gente, um atropelo. Em alguns países como a Alemanha, as pessoas se reúnem na praça com os mais velhos. No Japão, os mais velhos mandam. Na Rússia, os mais velhos têm influência. Aqui no Brasil, entretanto, há uma discriminação muito grande com o velho, inclusive o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso disse que quarenta e cinco anos é o bastante, que já está bom demais. Tenho certeza que todos nós que não podemos carregar o esteio mais grosso na construção do mundo, podemos carregar uma perna-manca, uma ripa, e esta ripa vai contribuir na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, mais amável e mais humana. (Professor Sebastião).*

#### 5.4 Duas Histórias

Além de professores reconhecidos no estado do Amapá, são homens famosos por fazerem parte da produção cultural amapaense e professores, um deles é fundador de uma das maiores e mais antiga a escola de samba da cidade de Macapá, a escola de samba “Boêmios do laguinho”. Esta agremiação de carnaval em janeiro de 2014, completou 60 anos de existência em Janeiro de 2014 e o Professor Francisco Lino da Silva foi majestosamente homenageado não somente por ser fundador da escola, mas é o único do grupo que está vivo, foi professor durante 25 anos, lecionando técnicas comerciais, exerceu cargos administrativos em várias escolas. Além de ser compositor de mais de 35 enredos de samba da referida escola. Foi homenageado como enredo de sua escola no carnaval de 1985, Aos 79 anos esbanja alegria, é um homem nobre; o outro professor é um cantor famoso, reconhecido na cidade pelo seu trabalho artístico.

### 5.4.1 Professor Manoel Sobral de Souza

Nascido em 22 Dezembro de 1945, hoje o professor Manoel Sobral de Souza está com sessenta e oito anos e ainda embarga a voz ao lembrar sua infância ao compartilhar conosco a sua trajetória. Foi assim, com forte emoção, que nos meses de outubro e novembro de 2013 ele nos contou sobre a sua infância, sua saída da comunidade ribeirinha e a chegada da família na cidade de Macapá...

*Nasci em Macapá, mais precisamente as margens do rio Matapí, em um povoado chamado Poção, que praticamente só nós que fomos moradores de lá. Os meus familiares que nasceram lá - e que tem mais ou menos conhecimento - é quem navega naquele rio, é um pequeno vilarejo e foi lá que eu nasci, e tenho muito orgulho.*

*O meu pai era um dos donos da terra, que era de vários irmãos, o meu pai era herdeiro daquelas terras, meu pai era Raimundo de Souza Filho, e minha mãe Maria Nazaré Sobral de Souza, que nasceu no Carvão em um povoado perto do Mazagão entre o Mazagão Velho e o Mazagão Novo, ela nasceu lá é daí que vem às ramificações da família Sobral aqui em Macapá.*

*Mais ou menos assim que começou a nossa trajetória. Nós nascemos lá e minha mãe separada do meu pai quando eu tinha um ano e oito meses teve que se mudar para cá por problemas conjugais com o marido, e nós viemos em 1947 pra cá, e eu estava na época com um ano e oito meses e ela vinha grávida do meu irmão mais novo chamado Raimundo Thiago Sobral de Souza, nós viemos morar aqui em Macapá trazidos pelo saudoso irmão da minha mãe chamado Tomé Augusto Sobral de Souza que nós trouxe, na verdade nós somos uns dos pioneiros aqui chegados com a separação do meu pai com a minha mãe.*

A narrativa da história de vida do professor Manoel Sobral é emblemática, emblemática porque é uma história da estruturação de uma família negra que se confunde com o período da construção da cidade de Macapá para assumir o status de capital do Território, e emblemática porque está circunscrita nesse contexto da educação para a ascensão social da população negra amapaense. Ele associa a história dele à construção da cidade, se sente testemunha dessa construção e do crescimento de Macapá.

*Por assim dizer, eu cresci nesta cidade! Quando nós chegamos eu não me lembro, logicamente, por ter um ano e oito meses, mas devia estar sendo construído naquela época o Mercado Central, banheiro público, aquelas construções já para o bairro do trem e logicamente pra quem mora no centro a praça do Barão do rio Branco e outras*

*praças, outras construções estavam sendo erguidas lá no centro, e por conta disso podemos dizer que vimos nascer e crescer a cidade de Macapá.*

Professor Sobral é oriundo de família extremamente pobre e não nuclear, foi criança nascida de mãe quilombola em comunidade ribeirinha no rio Matapi - Município de Macapá. Veio pra cidade com a mãe que fugia do marido, segundo ele a causa foi “*por problemas conjugais com o marido*”. E na cidade eles enfrentam as maiores adversidades, Prof. Sobral relembra:

*A nossa infância foi uma dificuldade enorme, minha mãe chegando aqui grávida de sete meses, nós chegamos em agosto e meu irmão nasceu em outubro, e você há de avaliar a dificuldade que todos nós passamos principalmente a nossa mãe que foi uma heroína, que eu não me canso de dizer que ela foi o braço direito em tudo na nossa formação.*

*Não sei de onde vinha tanto conhecimento que ela passava, e dentre toda essa gama de conhecimento que ela nós passava, estava incluído a educação como um pilar para se desenvolver, porque ninguém vai a lugar nenhum sem realmente ter educação. E eu sempre ouço dizer e continuo repetindo, que o caminho mais curto para a ascensão de qualquer pessoa é a educação, então, diante desse sacrifício que nós passamos não era fácil para minha mãe, que nós criou lavando roupa para fora, e eu com sete anos fui com o meu irmão que era mais novo que eu, e que tinha cinco e era tão franzino que não carregava mais de dois tijolos, o sacrifício não era só da minha mãe, mas também nosso porque cedo nós partimos para trabalhar.*

*Cedo fomos para a luta também, e dentre essa luta constante que a gente passava estava trabalho e a educação que a minha mãe falava que era protuberante, era fundamental, e era paralelo ao trabalho que eu desenvolvia, porque eu capinava quintal, eu cavava poço, ajudava pedreiro, carpinteiro, eu ainda pequeno e paralelo a isso tinha a educação, tinha que ir a escola.*

Foi na cidade que se estruturava para ser a capital do recém criado Território Federal do Amapá, que essa mulher negra, analfabeta nascida no quilombo do Carvão - em Mazagão/AP, criou seus cinco (05) filhos sem o apoio financeiro ou emocional da figura paterna que ficara pra trás, pai que ficou na margem da memória de um ‘Poção no Matapi’.

Sua mãe, Maria de Nazaré Sobral de Souza, não tinha nenhuma chance de enfrentar a política oficial de, inclusive com a divisão racial do trabalho no Território Federal do Amapá entre na década de 40 a segregação racial ocorria. “Os negros atuavam nos serviços gerais, principalmente, (SANTOS, 1998), o que levava a população negra para o subemprego e a baixa remuneração por serviços domésticos

recusados pela elite branca local. A Sra. Nazaré Sobral criou seus filhos trabalhando de lavadeira, lavava 'pra fora', (somente anos depois tornou-se lavadeira do Ginásio de Macapá, e assim foi incorporada para o serviço público e aposentou como merendeira funcionária pública do ex-Território) e a sua precária condição de vida também fez com que seus filhos cedo conhecessem a lida do trabalho que foi obrigação também para eles ainda na infância, ele recorda que *“e eu com sete anos fui com o meu irmão que era mais novo que eu, e que tinha cinco e era tão franzino que não carregava mais de dois tijolos.”*

Entretanto, e apesar de toda a dificuldade pela qual ela passava - as mesmas dificuldades de todas as mulheres que na Amazônia do século XX buscaram uma vida digna longe do poder patriarcal, longe daquilo que a sociedade machista chama de “o conforto de um lar”, mas que atitudes como a dela revelam situações pouco ou nada confortáveis para algumas dessas mulheres e, por que não dizer, ainda mais desconfortável para uma mulher preta.” As ofertas de emprego no mercado de trabalho continuaram restringindo a participação da mulher negra.” (CARNEIRO, 2002)

É essa figura feminina, figura que povoa a memória do Professor Sobral como *“o braço direito em tudo da nossa formação”* e que também é a pessoa que ele reconhece como detentora de conhecimentos, enfim, é sua mãe que incentiva os filhos a estudarem:

*Não sei de onde vinha tanto conhecimento que ela passava, e dentre toda essa gama de conhecimento que ela nós passava, estava incluído a educação como um pilar para se desenvolver, porque ninguém vai a lugar nenhum sem realmente ter educação.*

E é sua mãe quem faz os filhos aliarem trabalho e estudo desde a infância, faz eles aliarem a sobrevivência no agora com um projeto de futuro, sobre isso ele recorda:

*Cedo fomos para a luta também, e dentre essa luta constante que a gente passava estava trabalho e a educação que a minha mãe falava que era protuberante, era fundamental, e era paralelo ao trabalho que eu desenvolvia, porque eu capinava quintal, eu cavava poço, ajudava pedreiro, carpinteiro, eu ainda pequeno, e paralelo a isso tinha a educação, tinha que ir à escola.*

E talvez seja o sonho de construção de futuro que fixe suas professoras como amigas afetuosas. Na memória do Professor Manoel Sobral de Souza a memória das primeiras séries na escola é afetiva, e é com muito carinho que ele nos falou dessas lembranças:

*Lembro da minha primeira professora, lembro da minha primeira saída de casa para ir à escola, a minha professora se chamava Terezita Braga era uma moça na época muito bonita que depois se casou com um jurista daqui de Macapá chamado João Teles. Logo em seguida eu tive uma professora que serviu de marco para a minha vida profissional como professor chamada Nélia Lima, ela foi a minha professora na segunda série primária na época. Então eu sempre me espelhei nessa professora. Quando eu fazia os meus discursos, quando tinha que me referir a uma professora o marco era a professora Nélia. Nessa fase da minha educação, ela teve uma importância muito grande porque além de minha professora era uma grande amiga, nós nos tornamos amigos depois, e ela serviu de marco para isso. Foi mais ou menos assim que eu comecei estudando no Alexandre Vaz Tavares.*

Aos nove anos (em 1954) o professor Sobral ‘foi colocado’ no educandário do orfanato São José, ele conta que “depois já aos nove anos é que eu fui colocado para estudar em um orfanato chamado, Orfanato São José, que era um empreendimento do PIME” [Pontifício Instituto de Missões Estrangeiras]. A troca de escola aconteceu motivação é social, ele relata:

*Foi pela necessidade! Que minha mãe tinha de ter menos uma boca em casa para alimentar, seria mais ou menos essa a razão, porque nós tínhamos (naquele colégio) tudo, inclusive esta formação religiosa e mais o catedrático, e ela não tinha para dar pra gente, e lá nós aprimoramos isso aí, e serviu.*

Novamente percebemos a estratégia familiar de garantir a sobrevivência imediata aliada a um projeto de futuro através da educação. No orfanato ele tinha alimentação, e especulamos que também assistência de saúde, ofertada gratuitamente pelos missionários do PIME, e tinha também um projeto de educação que envolvia, inclusive, a formação religiosa:

*O PIME teve uma importância na educação, na formação da nossa juventude, naquela época teve uma importância muito grande o quintal dos padres, este colégio que eu fui aos nove anos e de lá vim com catorze, então eu vejo nesse colégio o alicerce da minha formação religiosa e formação inclusive da minha personalidade.*

O orfanato foi um projeto idealizado pelo padre italiano Simão Corridori para abrigar filhos de famílias carentes que residiam na região. Em 23 de julho de 1949, a edição 228 do jornal “Amapá” publicou os Estatutos do Orfanato “São José”, que ficava na Ilha de Santana em uma extensa área de terras da Prelazia de Macapá, lugar onde antes havia funcionado a Casa dos Padres da Sagrada Família<sup>13</sup>.

Em março de 1950 o orfanato “São José” começa a funcionar com 04 prédios que abrigavam 18 órfãos desamparados, e não demorou para esse número se multiplicasse e chegasse a 41 crianças em 1952, e a 45 crianças em dezembro de 1954<sup>14</sup>. Manoel Sobral de Souza estava entre essas 45 crianças que viveram em sistema de internato no orfanato. Sobre esse período ele relatou:

*Eu me dou muito satisfeito e feliz em dizer que sou homem hoje temente Deus, por conta daquele espaço e tempo que passei lá naquele colégio aprendendo muitas coisas, inclusive a minha formação religiosa vem dali dos ensinamentos me passado pelo irmão Francisco, padre Simão Corridori, padre Mario Fossati, padre Ângelo Biraghi, padre Ângelo Negri. Então essas pessoas que foram diretoras que estiveram direto participando da nossa educação, naquela época tiveram uma importância muito grande no que diz respeito a minha formação religiosa e de caráter.*

“Em 24 de Novembro de 1952, o Orfanato São José foi matriculado na Divisão de Educação do Território Federal do Amapá, registrando-se no Conselho Nacional do Serviço Social, sob o número 3.806 desse dia.” (MEMORIAL SANTAN. Em todo

---

<sup>13</sup> O relato do Professor Manoel Sobral de Souza, nos levou ao conhecimento da existência deste Orfanato e Educandário, destinado ao abrigo e educação de crianças carentes na Ilha de Santana, distrito de Macapá. Procuramos maiores informações sobre a história deste orfanato para este trabalho. A documentação sobre o mesmo existe segundo a pessoa que nos atendeu nos arquivos da diocese de Macapá, mas havia necessidade de um documento da universidade para obter acesso aos tais documentos e fotos. Essa instituição funcionou por uma década, de 1950 até 1962, em uma ilha, chamada “Ilha de Santana”, até os dias de hoje a chegada até este lugar só é possível através de pequenos barcos a motor. É um ponto turístico do estado com belas praias de águas do rio Amazonas. Quando foi a propriedade foi dissolvida, passou a ser um imóvel alienado pela prelazia de Macapá. Em 1 de Maio de 1962, o bispo de Macapá na época Dom Aristides Piróvano, arrenda a última casa (um barracão), juntamente com o terreno para o barqueiro Amador Primavera da Silva, apagando assim, a trajetória de uma das primeiras entidades de ensino da ilha de Santana. Todas estas informações, obtivemos na fase final da tessitura de entrevistas e textualização deste trabalho;

<sup>14</sup> Fonte: memorial –stn.bogspost.com.br; consultado em 10 de janeiro de 2014.



momento ele ressalta a importância da convivência com os Padres para a sua formação.

*[...] eu tenho como uma lembrança muito forte a personalidade de um homem chamado irmão Francisco<sup>15</sup>, era um homem de quase dois metros de altura, grande tanto pra cima quanto para os lados e de uma força admirável, um homem super trabalhador e que me passava a responsabilidade de comandar uma equipe para trabalhar. Ele me chamava “Manoel papa manga”, dizia: - “olha Manoel essa equipe vai trabalhar com você”, essas foram as primeiras responsabilidades que ele me passou, e por isso eu tenho o irmão Francisco no rol de uma das pessoas mais importantes na minha formação, inclusive como amigo.*

*[...] são essas pessoas importantíssimas na vida da gente fica eternamente agradecido por tudo que fizeram, ele no que diz respeito principalmente no que diz a formação moral, isso vale muito pra mim, já deixei de fazer milhões de coisas erradas, se bem que na vida a gente faz coisas erradas, mas eu deixei de fazer muitas coisas erradas pelo fato dessa minha formação lá, que me tornou um homem temente a Deus.*

Mas ao mesmo tempo em que enaltece a formação recebida, o professor Sobral não era órfão, e em seu discurso também ressalta a distância que essa situação criou entre ele e seus entes familiares. Embora ele não acredite que essa situação o tenha afastado afetivamente de sua família<sup>16</sup>, ele conta que a distância não permitia visitas em fins de semana e a convivência familiar se restringia às festas de Natal e Ano Novo.

*Nós ficamos internados, nesses meus anos internado eu estudava em regime de internado mesmo. Vinha nos finais de ano e passava aqui o restinho do ano por volta de dezembro e voltava janeiro e fevereiro de volta pra lá.*

---

<sup>15</sup> Francisco Mazzoleni.

<sup>16</sup> Em conversa na tarde de 11 de janeiro de 2014, enquanto realizávamos fotografias para esta pesquisa, indaguei sobre as visitas anuais à casa de sua mãe e se essa distância temporal o afastou emocionalmente de sua mãe e de seus irmãos, Manoel Sobral foi enfático ao negar tal afastamento, disse que não visitava sua família em fins de semana porque a ilha de Santana era distante do núcleo urbano de Macapá, e que não haviam estradas que pudessem encurtar o tempo de viagem. Disse ainda que sua mãe e uma irmã o visitaram no orfanato algumas poucas vezes nesses cinco anos de internato.

E deixa escapar que essa distância talvez fosse criada propositalmente, pois ele reconhece que o lugar tinha uma diretriz para formação de religiosos, diz que “o orfanato era na ilha de Santana, e por lá passaram tantas pessoas, eles também utilizavam o colégio para trabalhar a formação de sacerdote” e confirma dizendo:

*Porque a preocupação era na formação de homens que pudessem vir a servir a igreja como um padre, não tenho a lembrança de algum deles que se tornou um padre, mas tinha também essa finalidade, eles trabalhavam isso, tinha um rapaz chamado Eupídio, que foi até comandante de algum batalhão da aeronáutica ou marinha, e tantos outros que por lá passaram, diga-se de passagem, que por conta dessa formação religiosa que eles trabalhavam também. Os valores que eles ressaltavam e colocavam, e a gente absorvia para carregar isso ao longo da vida.*

A formação para a vida do sacerdócio que vinha como diretriz no educandário orfanato “São José”, resultou na sólida formação de profissionais que viriam a ocupar lugar de destaque na sociedade amapaense. Não é evidente se para a decepção por não seguirem a vida sacerdotal, ou para o orgulho dos missionários do PIME, por saberem que formaram cidadãos importantes para o Território Federal do Amapá, mas o certo é que o professor Sobral lembra que “por lá passou o Messias que era do Banco do Brasil, Wilson funcionário do banco também, Ricardo Smith que hoje é engenheiro civil, Aroldo Pinto Pereira que é empresário da H Pinto, e tantas outras pessoas assim importantes”. Mas é essa diretriz de formação de padres no Educandário Orfanato São José que foi decisiva para que ele retornasse para a casa de sua mãe em 1959.

*[...] eu sei porque achei que devia vir, achei que deveria procurar outras coisas! A questão dessa coisa religiosa vir mudar a sua vida para ser um seguidor da igreja. Eu achava que devia ter muita preocupação deles no que diz respeito a isso e eu não tinha essa tendência. Numa dessas voltas para a cidade eu disse a minha mãe que não queria mais voltar para lá.*

Lembrando do tempo de orfanato, professor Sobral conta que algumas dessas crianças internas no educandário eram negras:

*Negro como eu, [tinha] o Pereira, que foi um grande jogador de futebol, o nosso Sabazão... Só parando, assim, para eu ir lembrando os nomes. Mas tinham muitos negros, Sandoval e tantos outros que*

*fogem agora à memória, porque é aquela história que eu nunca parei para ver na minha sala de aula.*

A percepção da presença de negros no orfanato não era uma preocupação nessa fase, mas considerando que o objetivo era o de abrigar filhos de famílias carentes, é provável que a maioria dos internos fossem filhos das famílias negras.

Aliás parece que a percepção da presença negra no ambiente escolar não perpassava na formação de turmas nas escolas amapaenses, falando de seus colegas de turma, Manoel Sobral acrescenta:

*Por exemplo, quando eu fazia técnico em contabilidade eu não sei precisar quem eram os negros da turma, quando eu fiz o ginásio na escola industrial de 1962 a 1965.... Só rebuscando para ver quem eram os negros da minha turma, então eu só rebuscando com mais tempo para gente ver.*

Para dar continuidade em seus estudos, ele volta ao núcleo urbano de Macapá aos 14 anos, e vai fazer o curso noturno da Escola Paroquial Padre Dário para poder trabalhar e ajudar nas despesas de casa durante o dia.

*[...] então quando eu vim de lá eu vim pela 4ª série e pronto para fazer o chamado exame de admissão que era uma espécie de vestibular para você entrar no ginásio para fazer 5ª a 8ª, por exemplo fazer 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série do ginásio.*

*Já quando eu voltei eu trabalhava de dia e ia estudar a noite na escola paroquial Padre Dario, tinha essa escola que funcionava de dia e a noite era uma espécie de supletivo uma coisa assim...*

*[...] eu fiz essa etapa na minha vida nesse estudo à noite, e logo em seguida eu fui fazer um curso preparatório para o exame de admissão, e nesse curso preparatório para exame de admissão que eu tenho uma figura marcante o professor Nestlelino Valente que foi meu professor na época me preparando pro exame e depois professor também no curso técnico de contabilidade. Eu fiz o chamado exame de admissão e ingressei na escola industrial de Macapá que na época era a escola industrial, a escola teve outros nomes foi Ginásio de Macapá, e na época a gente estudava interno também lá e eram só homens os alunos, tinha a chamada formação profissional dentro do colégio, e minha formação era artes gráficas que quando eu terminei esse curso no ginásio eu sai com conhecimento em tipografia, porque lá eles faziam rodízio e tinha mecânica, sapataria, fundição, diversas atividades profissionais que eles faziam, e você passava e onde se adaptasse no decorrer dos quatro anos que a gente passava lá você se especializava, era um leque enorme de profissões, a verdade é que quando eu terminei o curso de tipografia eu fui chamado pra trabalhar na imprensa oficial como tipografo, e me serviu muito porque fiquei*

*trabalhando na imprensa e logo em seguida eu fui chamado como revisor, nesse período eu morava com a minha mãe.*

Na Escola Industrial o professor Manoel Sobral teve a oportunidade de aprender uma profissão: gráfico, profissão que lhe colocou no mercado formal de trabalho. Foi lá que também aprendeu a tocar surdo e com isso se aproximou da banda escolar, e foi a convivência com o Maestro Oscar Santos que lhe despertou o gosto pela música, carreira artística que lhe deu visibilidade em Macapá.

*Eu fui com 15 anos, em 1962, e em 1962 o mestre Oscar Santos estava fundando a chamada “Banda Oscar Santos” - que é reconhecida no mundo todo pelo trabalho, composições que ele fez e que a banda tocou. Então eu estava formando, mas para você ingressar na banda era preciso que tivesse a aquiescência da família, do meu responsável, e o meu responsável era minha mãe, e ela disse que não dava autorização porque ela não queria que eu fosse músico por conta de um tio chamado Dário que tocava clarinete, e ele sempre carregava este instrumento com ele, nessas viagens e tocadas dele com meu pai, e meu pai nessa história tomava cachaça, umas histórias assim, e disse: “você vai pra lá pra ser músico pra beber feito seu tio, pra beber feito seu pai, eu não quero que você entre nisso aí”.*

E se ele teve todo o apoio da mãe para seguir em seus estudos, a carreira musical já não teria esse apoio. Para sua mãe o “ser artista” significava o ingresso na vida boêmia e a possível perdição no alcoolismo. Uma visão socialmente estabelecida com o trabalho de artista. Geralmente as famílias apoiam seus filhos em investir em carreiras artísticas por não perceberem uma carreira promissora de ganhos financeiros e ascensão social, associam a algo meio boêmio, marginal. Mesmo não ingressando oficialmente na banda, ele conta que:

*[...] e a minha vontade era aprender tocar saxofone, mas como ela não deixou claro eu não insisti. Mas como a música esteve e continua estando na minha vida eu fui pra lá e batia o surdo na banda, na banda da escola Oscar Santos que naquela época estava dando os primeiros passos e eram os alunos que participavam, encenavam e dali saíram tantos músicos como Martinho, Espíndola e tantos outros que formaram a banda naquela época, e eu não tendo como tocar algum instrumento.... É aquela história, “quem não pode tocar violão nem pistom, toca surdo”, e eu ia e tocava surdo.*

A música foi para ele como um universo paralelo, como um universo de desejo, e, ainda mais, um desejo proibido, mas um mundo que também lhe dava satisfação pessoal, ele queria a música, e esse querer lhe fez ser o homem que, não podendo saxofone, podia de tudo enquanto surdo. Dessa proximidade com a banda, ele formou seu primeiro grupo musical:

*[...] da formação dessa banda foram tirados alguns alunos, e formamos uma banda chamada “Industriais do Ritmo,” que foi a primeira banda que eu trabalhei e fui cantar que era formado com alunos na banda Industriais do Ritmo por conta do nome da escola.*

Começou como instrumentista dos “Industriais do Ritmo”, mas logo se tornou intérprete, e esse processo foi quase um acidente, ele conta que “*Eu já havia me apresentado em um clube lá do Atlético Latitude Zero e o pessoal do trem (bairro onde morava) já sabia que eu cantava, mas o pessoal da escola não sabia*”, e lembra que foi o medo que lhe tornou o cantor da escola.

*Eu sempre cantei, mas pra eles me descobrirem cantor foi mais ou menos assim: havia um chamado ‘samba’, que era chamado o trote, então os veteranos ‘davam o samba’ - que era uns tapinhas na cabeça [dos novatos] e que era o chamado trote. Eu não gostava de me misturar com os veteranos e então quando eles terminavam de tomar o banho deles, o banheiro era coletivo de todo mundo, era uma pia que ia de uma ponta a outra na parede e enchia de água e quem tomava banho no chuveiro tomava, quem utilizava a pia utilizava, e eu gostava de tomar banho só depois que eles saíam. E como eu tinha por hábito cantar no banheiro e lá não foi diferente, eles saíam e eu ia pra lá tomar o meu banho e cantava, como sempre cantei desde garoto na minha casa. A minha história de cantar em banheiro era conhecida em casa, a minha mãe ia pra lá e: “olha vão logo tomar banho que o cantor já está pra ir pra ir, se vocês demorarem muito ele vai e passa uma hora só cantando”, E eu tinha por hábito isso aí. Quando foi um dia eu vinha do ‘chamado’ arraial de São Jose e lá na porta lá estavam eles reunidos com um violão na porta do colégio e me chamaram: “ei calouro vem cá, tu que gosta muito de cantar no banheiro vai cantar aqui pra nós, se não vai pro samba”. Ai eu comecei a cantar, à custa de não pegar porrada, e a parti daí...*

Foi essa situação de medo de sofrer violência que levou o ‘cantor do banheiro’ (e o estudante arredo à convivência com os veteranos), para a sociabilidade com os colegas de ginásio e depois para os palcos amapaenses, depois desse fato ele conta que:

*[...] a gente sempre reunia lá na esquina no colégio mesmo, lá fora, e tocava uma música, e nessa época eu tive a oportunidade de conhecer e eu acho de ser uma das primeiras pessoas que teve a oportunidade de cantar acompanhado do grande violonista de Santarém, e a parti daí eu comecei a cantar,*

E como a música tem muita importância em sua vida, inclusive de sociabilidade e aceitação no grupo, daí em diante a sua carreira de cantor foi desenvolvendo como uma sequência de fatos naturais. Primeiro na escola

*Tinha uma programação que a escola desenvolvia com apresentações no palco, tinha no final de mês e cada mês uma serie apresentava, então as primeiras séries se organizavam um show, apresentação de teatro, qualquer coisa voltada a arte no palco, e ai eu já era chamado para cantar com o grupo do colégio, e cantávamos as musicas da época, Ângela Maria, Nelson Gonçalves, Silvinho, e tantos outros e logo depois tinha a jovem guarda = que estava se instalando -, então a gente cantava muito as músicas da jovem guarda, faziam parte do repertorio.*

E da escola para uma carreira pública, carreira menos 'profissional' (no sentido de ganha pão), e mais artística, como podemos perceber em sua narrativa. Ele diz:

*Já no que diz respeito a música quando eu terminei o curso em 1965, voltado pra arte de cantar eu fui cantar em um conjunto chamado Os Tropicais que era liderado por um grande trompetista conhecido como inspetor Antuno da guarda territorial, e eu cantei por muito tempo, depois eu fui cantar no Hernane Vitor e seu Conjunto que depois passou a ser Mocambos, e depois fundamos o grande grupo que nós trabalhamos a mais de vinte anos o chamado Café com Leite, que até um dia desses nós estávamos em plena atividade. Café com Leite foi pela mistura de brancos e negros, a formação inicial era de quatro casais, o Jaci com a esposa dele que são brancos, a Zenaide com o Chico que são brancos, o Pelé e a Fifita que são negros e eu com a Tavares negros, então o nome do grupo era por conta dessa mistura.*

Professor Sobral já trabalhava como gráfico e atuava na música quando o casamento, e a necessidade de um emprego melhor, lhe fez migrar os estudos do científico no Colégio Amapaense para a formação técnica em contabilidade.

*Eu terminei em 1965 o na escola industrial e fui para o colégio amapaense, ai estudei 1966, 1967 e achei de casar em 1968 e parei*

*de fazer o curso que eu estava fazendo, o curso científico, pra fazer o curso técnico em contabilidade. Eu já trabalhava na imprensa oficial, e comecei tudo de novo e fui fazer o curso técnico pelo fato de estar recentemente casado. Me casei com 23 anos, então eu fui fazer contabilidade. Nesse espaço de tempo, já casado, que eu fiz (de 1969 a 1971) o curso, ai nessa época já depois que nós formamos o grupo Café com Leite, mas eu larguei o científico para correr atrás de uma formação mais rápida pra ganhar dinheiro. Com a formação profissional a chance de melhorar de vida como sempre a educação, e não me dei mal não, porque sempre que eu terminava um curso eu melhorava cem por cento de vida.*

Essa melhoria de vida estava diretamente relacionada às condições materiais, e melhores salários viriam com a educação visando a profissionalização, ele evidencia isso em seu discurso:

*[...] quando terminei o ginásio logo em seguida eu fui chamado para trabalhar no governo e assinei contrato pra trabalhar como tipografo e depois lá da imprensa eu fui tipografo, revisor e eu escrevia era responsável pela revisão do diário oficial e responsável pela edição da página de esporte do chamado Jornal do Amapá, e quando saí de lá da imprensa oficial que terminei o curso técnico eu fui trabalhar em uma empresa privada chamada ICOMI, lá eu fui desenvolver a atividade de escriturário e no decorrer do tempo que eu passei lá que eu fiz o curso superior e fiz concurso para professor e voltei para trabalhar no governo e cada curso que eu terminava eu me dava muito bem, se alguém falar que estudar não dá resultado, mas pra mim sempre deu, a cada curso terminado as portas se abriam de uma forma extraordinária, eram empregos e oportunidades que se ofereciam tudo através da educação.*

E com o diploma universitário nas mãos, Manoel Sobral faz concurso para professor e passa a atuar na docência.

*Tudo começa quando eu sai dessa empresa privada. Eu já vinha à formação universitária, ai apareceu o concurso pra professor na minha área, eu sai em janeiro da empresa e comecei a trabalhar em primeiro de abril, daí a minha envolvimento enorme com a educação. É bom que se diga que a minha vontade era fazer direito, mas você sabe que na nossa idade que não tem muita noção exata das coisas você faz um bocado de história, eu ia pra Belém, na época o vestibular era só lá, e na primeira vez que eu fui fazer o vestibular eu estudava no curso de contabilidade e paralelamente para o vestibular e eu me sentia um homem preparado para o vestibular e não passei e foi uma maior decepção. No outro ano eu fui fazer de novo mas não levei a coisa muito a sério não estudei muito e já estava trabalhando estava ganhando bem e achava que era tudo e não era, depois veio ai a necessidade de fazer o curso superior pra vislumbrar*

*novos horizontes e a parti daí que eu fui fazer, apareceu à oportunidade de fazer aqui o meu curso superior, fiz o vestibular passei e fui trabalhar, eu sou licenciado em psicologia, organização e técnicas comerciais, tenho a licenciatura plena nessas disciplinas que eram voltadas só para o segundo grau, mas eu nunca entrei praticamente em uma sala de aula para dar aula.*

Sobre sua trajetória de professor, ele conta que iniciou na administração escolar.

*[...] eu fiz o concurso em 1978, assinei o contrato no dia primeiro de abril e conseqüentemente já havia começado o ano letivo e fiquei sem aula, e eu ficava enchendo o saco do diretor do departamento de educação para ele me mandar, você já sabe eu recém saído da faculdade com aquele conhecimento todo e querendo passar aquilo para as pessoas, ele: - “vai pra sua casa e aguarde aí, nós já distribuimos a carga horária pra todo mundo” e eu: - “mas eu quero trabalhar” eu estava acostumado em empresa privada nove horas durante o dia e ainda fazia hora extra, estava acostumado a sentar e trabalhar, até que um dia ele que era chamado Furlan disse: - “tu não queres trabalhar de vice diretor?” e eu disse: - “eu quero trabalhar, eu fiz o concurso pra trabalhar” então eu fui designado para ser vice diretor do colégio Alexandre Vaz Tavares, que na época era administrado pelo professor Santa Cruz Barbosa chagas e pra mim foi a maior satisfação porque foi a primeira escola que eu estudei e a primeira escola que comecei a trabalhar como profissional da educação e daí que vem a minha envolvimento com a educação porque a gente vem com aquele conhecimento todo, mas já vem imbuído com a sua responsabilidade como profissional da educação e daí que vem a minha grande preocupação com a educação, porque foi aí que eu fui senti, quando a gente faz a faculdade professores também passam por isso é obrigação nossa passar aos nossos alunos a importância da educação, em 1978 e 1979 eu trabalhei no Alexandre Vaz Tavares e depois fui como vice diretor pra escola que na época era Centro Interescolar que depois virou Centro Interescolar Graziela Reis de Souza e depois eu fui trabalhar com uma equipe que inclusive estudou comigo, me disseram: - “Sobral a nossa escola aqui é só de 2º grau vem para cá conosco vem somar, nós temos esse compromisso” eu fui e me dei muito bem, desenvolvemos um trabalho excelente, aquela altura desenvolvíamos um trabalho muito bom como escola profissionalizante, lá nós tínhamos o curso de eletrotécnica, construção civil e saúde, e de lá eu trabalhei no CCA, depois passei um tempo a disposição do gabinete do governador. Eu trabalhava no centro interescolar e professor Jose Figueiredo de Souza que era o diretor de departamento de ensino passava lá e queria me levar para dirigir uma escola lá na Fazendinha e eu coloquei varias dificuldades porque eu não queria mesmo era sair do centro interescolar porque a gente desenvolvia um trabalho muito legal com aquela turma que a gente vinha da faculdade bem imbuído das mesmas idéias e eu não queria sair de lá, passado um outro tempo ele me convidou pra trabalhar em uma outra escola lá em Santana e eu também não quis pelas mesmas coisas, sair de Macapá pra ir para Santana e Fazendinha é a mesma coisa, eu não quero, e quando foi um dia ele passou na minha sala no centro interescolar e disse: - “passa na minha*



*sala que eu quero falar contigo” ai eu bati na sala dele e entrei e disse: -” não sei o que é mas eu já aceitei”, e a parti daí eu fui trabalhar com crianças em uma escola de 1º grau do pré até a quarta série, diferente o trabalho e eu tinha dificuldade até de me comunicar com as crianças, eu já tava acostumado a trabalhar com o povo do 2º grau, eu ia para sala de aula conversa com eles e eu falava, falava e dizia: -” entenderam?” e eles balançavam a cabeça dizendo que não, e eu: -” agora sim” mais era a falta de ter convivido, eu fui conversei com uma supervisora e expliquei: - “eu estou com dificuldades de me comunicar com suas crianças” e ela me disse tão somente: -” fácil de resolver isso ai professor, é só baixar o nível” eu aprendi a me comunicar a me ajoelhar e ficar conversando com eles no mesmo nível, e pronto desenvolvi um trabalho, mudei muita coisa, criamos outras e depois fui dirigir a escola Edgar Lima e foi mais ou menos assim a minha trajetória e depois fui diretor do departamento de cultura da fundação de cultura do governo, dessa minha primeira trajetória como diretor eu passei quase 15 anos, saindo de uma função para outra, foram 14 anos e 8 meses de direção de escola, lógico aperfeiçoamento, você vai se identificando com aquele trabalho, fiz aperfeiçoamento para escola de 2º grau, mas foi ótimo e me vale até hoje, até hoje sou empolgado pela educação, porque eu vejo que a grande saída do nosso país no estado em que estamos é a educação, sem educação não vamos a lugar nenhum, a educação que tem a força e o poder de mudar, e eu vejo ai a responsabilidade, nenhum país cresce se não for através da educação, temos o exemplo do Japão que foi dizimado na segunda guerra mundial, e como foi que eles se ergueram? Imbuídos na necessidade da educação, então eu me tornei um apaixonado pela educação por conta de ver que ela é o pilar do desenvolvimento e se você não ver por esse prisma não vai a lugar nenhum, e hoje nós vivemos um momento triste da nossa educação e é extremamente necessário que nós educadores tenhamos essa consciência, eu sempre dizia: - “gente repousa nos nossos ombros a responsabilidade de preparar o nosso aluno para ele dar prosseguimento nas coisas que a gente desenvolve hoje, eles que vão ser diretores das escolas, os senadores, governadores, e a gente tem essa responsabilidade de prepará-los” cai na cabeça das pessoas a grande necessidade de se educar e eu partia logo do principio da família, se a família é a célula materna da sociedade logo trabalhava a família, chamávamos os pais, responsáveis e colocávamos:” gente nós e vocês temos a necessidade de preparar os nossos filhos para vida, e se prepara uma pessoa para vida só através da educação e vocês são responsáveis também” e chamávamos todos para serem educados, porque o povo tem muito disso de vamos quebrar o que é do governo, chamava as crianças e dizia isso aqui não é do governo, isso é nosso e foi comprado com o dinheiro dos pais de vocês, passávamos isso para as crianças, de que eles deveriam zelar por aquilo, e colocar a responsabilidade para cima de todo mundo, dizia-se da necessidade da família ser educada e partia do principio de que nós somos todos pobres, e o quê que nós vamos deixar para os nossos filhos? Um carro, uma casa, isso é o bastante? Não é! O importante é que nós tenhamos a consciência de que é a educação acima de tudo. Não adianta você trabalhar e deixar um patrimônio para o seu filho se ele não sabe administrar, e quando a gente não tem esse patrimônio pra deixar? Então o grande presente e patrimônio que você pode deixar para o seu filho é educação, e este patrimônio ninguém tira dele. Um*

*dia desse eu falava com você, que algumas coisas você não conseguia, mas enquanto você não conseguia essas coisas você ganhava um grande patrimônio que você têm, que é o conhecimento, e era assim que eu trabalhava na conscientização de cada um, na sua responsabilidade como professor, da responsabilidade como merendeira, como orientador educacional, todo mundo imbuído nisso. Eu gostava de ver a minha escola limpa, me perguntavam: “como é que você consegue manter a escola limpa?” e eu dizia: -” pergunte para os meus, pergunte aos nossos serventes como mantemos” porque eu fui criado sobre responsabilidades, se a escola estava suja a culpa era dos serventes? Mas por quê? Todo mundo está imbuído na mesma responsabilidade, é o conjunto, e eu conscientizava, porque educar é preparar os nossos jovens de hoje para conduzir. Eu me senti tão feliz quando eu fui nomeado para trabalhar no Alexandre, porque foi à primeira escola que eu estudei eu: “eu estou agora como vice diretor” depois que caiu a ficha.*

Em relação a discriminação racial, afirma que sempre ocorreu e sempre vai existir. O fato de ocupar cargos de importância dentro de uma escola tradicional não retira dele o fato de ser negro. Ficando bem o claro o senso comum que a sociedade racista brasileira costuma referendar: que nem todo lugar é para negro. “A marca desta história está em seus corpos, os acompanham em qualquer lugar. [...] haverá sempre alguém disposto a mostrar-lhe sem a maior cerimônia – é um negro!” (DEUS, 2008, P.28). Ele descreve um episódio sui generis, uma colega de trabalho arrependida de um comentário racista que fez na chegada do professor para ocupar o cargo de vice-diretor da escola.

*São muitos, eu tenho um episódio que me aconteceu quando eu saí do Alexandre Vaz Tavares e fui trabalhar no Centro Interescolar. Uma grande amiga minha no dia em que estavam fazendo uma festa de despedida, ela chegou e chorou, chorou, e eu perguntei: - “o que foi que houve minha comadre?” aí ela disse: - “eu estou chorando porque por muitos anos eu cometi um equívoco com você, e agora eu queria falar” e aí ela foi me contar que quando eu fui apresentado lá para vice diretor ela teceu um comentário:” eu pensei que vinham trazer para cá um vice diretor, e trouxeram um PRETO”, mas isso foi um comentário que ela teceu na época, e ao longo do tempo que eu passei lá e eu tinha uma preocupação também de dar importância para o professor e não só para o aluno para que ele se sentisse valorizado, no dia do professor eu fazia uma festa, reunia os professores, e então eles se tornaram meus amigos e ela se tornou uma grande amiga minha, e ela chorava por conta disso, e eu disse:” a minha amiga, isso é assim mesmo”, e tantas outras histórias assim de racismo. Teve uma moça que foi aluna no Centro Interescolar e depois veio trabalhar comigo como orientadora educacional ou outra coisa assim, eu sempre gostei das minhas coisas organizadas, e ela me dizia: - “o senhor exige tanto isso de mim, é por preconceito” na época ela era aluna, e eu dizia: -” a minha filha nem pensar, é porque eu gosto das coisas assim, de*

*disciplina” e depois ela veio trabalhar como orientadora comigo, e ela: - “logo na mão de quem que eu vim cair de novo, agora eu tenho que trabalhar com o senhor” e eu dizia: -” ô vamos ser amigos aqui”, mas ela sempre tinha que haver um afastamento pelo fato dela ser branquinha e eu ser negro, e tem muito disso conosco, sempre vai existir o racismo.[Grifo meu].*

Ao relatar sobre seus filhos referenda uma filha adotiva branca, que para ele de todos os seus filhos é a mais negra nas ações, na conscientização negra. Fala com muita emoção dessa filha. Transparece um amor paterno muito grande por todos os seus filhos e em especial a esta moça que chama “filha do coração”, Prof. Sobral e sua esposa na época, adotaram esta criança ainda recém nascida, e para ele a mesma sendo branca não difere em nada o amor, e a “negritude” dela no seio dessa família. Referenda um de seus filhos que é ativo militante do movimento negro amapaense.

*Eu casei com uma mulher negra e tenho filhos negros, sem esquecer que eu tenho uma filha de coração branca, que é mais negra que todo mundo. Não foi opção, não, eu vou casar com uma negra, é que as coisas realmente aconteceram. Do meu primeiro casamento eu tenho seis filhos e a minha primeira filha é branca que é adotiva, que não gosta de ser vista assim, e eu não vejo como adotiva, dei á ela o nome de Eurídice, que eu tenho orgulho, por conta de coisas que eu lia desse personagem chamado Eurídice, e vejo que ela foi uma dádiva que o nosso pai todo poderoso deu, pois nós em princípio, não tínhamos filhos e de repente caiu do céu essa filha, que serve de exemplo para os outros, ela que organiza festas, que lidera as coisas e eu sou muito feliz. Meus outros filhos são todos negros e o mais novo do primeiro casamento é totalmente apaixonado pelas questões da cultura negra, das danças, de tudo que se relaciona a história do negro ele é apaixonado e vive isso, é militante do movimento negro, militante de hip hop, o povo chama de Poca, que é Jorge Alberto Araújo de Souza.*

O Professor Sobral construiu uma carreira de reconhecimento na educação de Macapá, bem como carreira de cantor. Em 1981, Prof. Manoel Sobral foi ovacionado na cidade de Macapá. Defendendo canções de seus grandes amigos e compositores, as três músicas que interpretou foram vencedoras e ainda arrebatou o prêmio de melhor intérprete. Um marco na sua carreira de cantor, Macapá tem por tradição festival de música, e muitos nomes famosos que compõem o cenário artístico musical da cidade saíram dos festivais de música amapaense. Especificamente este festival de 1981 foi atípico pela obtenção de todas as premiações pela mesma pessoa. Publicado o grande feito em todos os jornais da cidade, na televisão, nos rádios, e o

senhor ganhou todos os prêmios do festival. Nos relata a sua trajetória em festivais e este seu momento especial, narra com muito orgulho este caminho de reconhecimento social.

*O festival foi coisa assim impressionante que aconteceu na vida, conheci muitas pessoas através de música, através de festival, foi no início da década de 70 que fui convidado para interpretar uma música chamada Noite da Rosa Rubra, que eu gravei inclusive, e era uma composição do Carlos Cordeiro Gomes com Renato Leal, e nesse mesmo ano defendi também uma música do Hernani Vitor Guedes, como eu estava meio afastado, recém casado eu casei em 25 de dezembro de 1968 terminando a década de 60, fiquei meio afastado da vida musical para cuidar da família, correr atrás de emprego e das coisas inerentes a família, participava de vez em quando da rádio difusora e cantava. No início da década de 70 eu fui chamado para interpretar as músicas, e então a do Hernani ficou em segundo lugar e a do Carlos cordeiro em quarto. Daí as pessoas foram me vendo, e justamente nessa época nós pegamos a programação do festival e constava uma programação para se apresenta. As doze músicas classificadas no festival em um evento no clube de Santana, e nós fomos apresentar estas músicas e nessa noite da apresentação eu conheci o Fernando Canto que na época era garoto, não tinha barba, não tinha aquele queixo bonito que só ele sabe ter, ele tinha uns 16 anos, então ele me chamou pra mostrar uma música que foi gravada pelo José Maria Santos, nós sentamos na calçada ele puxou o violão e começou a tocar e cantar a música, a parti desse encontro nós nos tornamos amigos. Outra grande amizade foi o Silvio Leopoldo, porque também ele me viu cantando, nós éramos grandes amigos do Interact clube, e ele: - "o Sobral um dia desses me apareceu jogando futebol" porque eu fui jogar no time de futebol dos veteranos do Amapá e a gente já era amigo através desse clube de serviço chamado Interact clube que era apoiado pelo Rotary Clube de Macapá, -" um dia desses o Sobral me aparece como jogador de futebol e agora me aparece como um grande intérprete de música, você vai cantar as minhas músicas no próximo festival!" Então eu passei a cantar as músicas do Silvio Leopoldo e as do Fernando Canto, e sempre nos festivais eu interpretava as músicas deles. Nesse festival já em 1981 aí que surge o nome do Café com Leite, que eu interpretei a música do Fernando que chama Currículum Vittae, interpretei a música "Marcas" do Silvio Leopoldo que em todos os festivais eu cantava as músicas dele e que ficou em segundo lugar, e cantei "Defendendo a MPB" que ficou em terceiro e cantamos juntos eu e o pessoal do "Café com Leite", então nesse festival eu ganhei primeiro, segundo, terceiro lugar e melhor intérprete, os jornais estamparam e têm isso por aí, e eu fico muito satisfeito. A minha participação nos festivais foi marcante, uma beleza, aquela expectativa, se ensaia, essa música que eu ganhei o primeiro lugar Currículum Vittae, foi censurada, a assessora na época corria brava, e quando liberaram a música o Fernando estava em Belém e ele: - "Sobral a minha música passou aí, Currículum Vittae, vamos inscrever e ganhar", na eliminatória eu cheguei lá botando quente na voz e interpretação, é uma música emocionante de cantar – liguei a ele e disse: "classifiquei a música, pode largar tudo aí, universidade e*

*vem pra cá”, ele largou lá tudo e nós realmente ganhamos, foi um sucesso enorme! Por conta disso, o Sílvio Leopoldo disse: “você não deu a mesma interpretação para a minha música como deu para a música de Fernando”. (rindo)*

E sobre a velhice, foi enfático, para ele a velhice lhe remete a tristeza. Esta palavra e sua profundidade. “Quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos.” (LARROSA, 2002, p. 21) Para ele “sentir” a velhice está sendo experiência conflituosa pela saúde que fragiliza e o caráter inexorável da velhice lhe transformando em um “outro homem”. Considera os amigos de longas décadas, a família, a carreira de professor e de cantor como o maior mérito que conquistou.

*É um estado de vida muito triste. O que acontece são os problemas que a velhice traz junto, principalmente de saúde. Eu continuo cantando de uma forma bem reduzida, continuo frequentando os lugares os eventos de forma bem mais reduzida, tenho 67 anos preste a completar 68 e com alguns problemas de saúde que a gente vai contornando, e que eles agora têm um significado bem mais acentuado, mas o bom disso tudo é que eu olho para traz e digo eu vivi a minha vida, e por conta disso ai tenho oito filhos maravilhosos, tenho amigos que construí há muitos anos atrás, e continuam meus amigos, tenho muitas amizades com mais de 40 anos! Com o Fernando são exatos 53 anos de amizade, com o Silvio foram quase 40 anos, até ele falecer, o Edson Correia que foi meu professor e depois foi meu amigo, também faleceu e tínhamos mais de 40 anos de amizade... e tantos e tantos outros, Lino que estudamos juntos, a Maria dos Anjos, o meu compadre Pelé com a minha comadre Fifita, o pessoal do “Café com Leite”, e o bom disso tudo mesmo é a família que constitui, eu passei parte da minha vida não separado da minha família, mas não vivendo morando com eles mas não deixei de acompanhar , e todos eles são meus amigos e não só filhos, e eu me orgulho muito disso ai, de ter uma roda enorme de amigos que são meus filhos e uma roda enorme de amigos que são meus amigos mesmo, que a gente mantém e depois eu tenho uma gama de netos, tenho 16 netos, e depois também têm os meus sobrinhos que eu acompanhei de perto na casa deles, quando estudavam em Belém, e ate hoje eu mantenho esse laço de amizade que é muito forte. Eu não sou de estar todo tempo na casa de meus parentes e amigos, mas eu sei o carinho que eu tenho por cada uma das pessoas que eu quero bem, e a recíproca eu sei que é verdadeira, eu recebo também esse carinho pelos meus filhos, amigos e parentes, principalmente dos meus sobrinhos com quem eu convivi muito de perto. Eu tive a oportunidade de passar para os meus sobrinhos coisas que a gente só passa com exemplo, “porque a historia do faz o que eu digo e não faz o que eu faço” isso não existe, o que nós passamos e haveremos*

*de passar, e os nossos educadores têm que saber disso é que nós educamos pelo nosso exemplo, não é dizer pra fazer isso e depois você ir e fazer o contrário, então é por esse carinho enorme, é por esse bem querer grande que existe entre a gente que eu me sinto feliz. O problema da velhice é que às vezes não pode nem pegar uma gripe, mas fora isso tudo valeu! E minha preocupação com a educação continua, eu de vez em quando sou chamado para dar uma palestra sempre voltada pra educação e sempre vou e não deixo de fazer e passar a minha informação, porque isso faz parte da minha vida, e não posso deixar de fazer.*

E continua descrevendo a importância de ter escolhido a profissão de professor e, que como professor e músico tornou-se um reconhecido. Percebeu em muitos momentos de sua ascensão social que frequentava lugares onde somente ele era negro, “viver em uma sociedade contrária à mobilidade social do negro e, mesmo assim, buscá-la, é para os negros, um processo de descobertas e, ao mesmo tempo, de definições.” (SANTOS, 2002, p.72)

*Ser professor foi o grande ensinamento de vida que eu recebi, e tive orgulho de passar para as pessoas, esse ensinamento que a própria vida nos dar. O grande prazer de ser professor de ter participado e ser incluído nessa responsabilidade até hoje, eu ainda quero ver esse país em melhores condições no que diz respeito à educação, eu ainda vivi a expectativa de ver o professor ser reconhecido com um salário que realmente lhe faz jus, e ainda eu de ver milhões de professores imbuídos nessa responsabilidade que é preparar o seu jovem pra administra a sua cidade, sua nação. Eu não perco a esperança, nos já vimos tantos políticos comprometidos com a educação e que tem boas intenções, que têm isso que nós gostaríamos que todos os políticos tivessem, o compromisso com a educação, mas eu ainda vivo a expectativa de melhores dias de educação para o nosso país, porque é assim que a gente vai crescer.*

*“Quem não deve não treme” é meu lema, me faz lembrar o meu saudoso amigo Ciriato que foi uma figura legendária na imprensa oficial na época que nos trabalhávamos lá, ele era aquele sujeito brigão, mulherengo tipo um malandro, e ele dizia quando recebia uma ligação: “o telefone é da polícia, “quem não deve não treme”, outa grande escola para mim foi a imprensa oficial, lá aprendi de tudo, até porque quando eu fui trabalhar eu trabalhei bem junto do professor José de Araújo que foi meu professor de tipografia, depois nós trabalhávamos juntos como revisor, ele como revisor oficial do Jornal do Amapá e eu revisor do Diário oficial, e nós nos tornamos muito amigos e ele ensinou muito de imprensa de um modo geral. A imprensa ensina muito, primeiro porque você está ali convivendo com a língua portuguesa, com o idioma diariamente, principalmente no fato de ser revisor, então aquilo lá foi uma escola para mim, e quando eu sai de lá que fui fazer um teste na empresa privada eu acertei todas as questões de português, mas por quê? Pela convivência com o idioma, eu era revisor e tinha a obrigação de saber o português correto, e isso nos ajuda muito no decorrer da nossa vida profissional.*

*Quando você abre a boca e fala as coisas de forma correta as pessoas passam a lhe respeitar, principalmente a questão da negritude, porque nós negros somos muito atingidos. As as pessoas antes de nos ver como negro ela precisa nos ver como intelectual, como conhecedor, eu sempre pedi aos meus filhos: “eu não quero que você seja o melhor da turma de vocês, mas eu quero que vocês estejam entre os melhores, para quando você abrir a sua boca é para discutir e dar informação com conhecimento de causa, ai as pessoas passam a lhe respeitar, pelo seu procedimento e modo de falar, e elas vão ter que respeitar mesmo, porque ai não está uma pessoa tola, está um conhecedor principalmente da sua língua” ninguém fala corretamente o nosso idioma, mas quando você fala de uma forma precisa as pessoas passam a te respeitar, e então foi assim que eu me fiz respeitar dentro da sociedade, e em muitas oportunidades, eu estive em eventos sociais onde só eu era negro. Eu me tornei amigo do doutor Edson Gomes que era minha referencia no curso técnico, foi meu professor de assuntos jurídicos, e um dia ele me viu cantando e me convidou pra fazer uma viagem com ele, através da música e do respeito que ele por mim como aluno, porque a disciplina dele era muito bonita, linda a explanação que ele fazia de direito, ele era promotor, então as aulas dele eu não precisava estudar, ficava muito atento as aulas dele, e eu tirava todas as notas máximas, e em toda prova na sala de aula, ele me mudava de lugar e dizia: “não você não vai sentar ai! Senta aqui”, Então, depois que nos tornamos amigos perguntei a ele: -” porque você me mandava eu sentar lá na sua mesa? Você pensava que eu não sabia?” e ele disse: - “não é porque o pessoal ia colar de ti”, ele também foi meu grande referencial, me levava pra esses eventos onde só eu era negro, frequentei muito a casa dos governadores pela penetração que ele tinha como político, como homem público e como homem da justiça, e em muitas oportunidades o NEGRO era só eu, inclusive no meio familiar dele são brancos. [grifo meu]*

Prossegue discorrendo sobre sua presença importante no “mundo dos brancos,” na maioria dos eventos que participava com frequência era a única pessoa negra presente. Destaca que o preconceito racial sempre vai existir, mas ele não permitiu que problema social lhe causasse danos emocionais. Seguiu o curso da sua vida naturalmente, mas sem deixar de perceber que pessoas negras como ele não faziam parte desse universo, o negro quando alcança uma posição privilegiada e de destaque social, percebe que infelizmente passa a ser “único” neste espaço social. Mesmo conseguindo a ascensão social, “não significa ficar livre de discriminações raciais, uma vez que esta se dá no Brasil, pela presença da pigmentação da pele, pelo tipo de cabelo e pelos traços corporais. Estas características, entretanto não vão desaparecer do indivíduo só porque ele galgou uma posição de destaque na sociedade.” (SANTOS, 2007, P.71)

*De certa forma, foi tranquilo, só depois é que eu fui me ligar, “só eu aqui”, e me acostumei. Eu frequentei a casa de praticamente todos os governadores, frequentavas os eventos lá era convidado para cantar, fiquei a disposição de um gabinete de um governador no governo do*

*Barcelos o primeiro na década de 70, eu frequentava a casa dele e cantava muito, às vezes eu ia a Belém resolver questões do governo. Eu tive muita sorte, porque a maioria das pessoas negras passa por problemas sérios de rejeição, e preconceito é sempre, comigo foi pouco, mas sempre se verifica, até em brincadeiras, no “Café com Leite”, por exemplo, tinha um colega nosso chamado Ricardo Brito, que era brincalhão e ele dizia: “lá vem a escola São Benedito e seu patrono”, eu era o São Benedito, e isso aí era uma espécie de brincadeira com maldade, e tantas outras, mas eu nunca liguei pra isso e não tive tantos problemas, porque têm pessoas que acumulam problemas sérios com rejeição racial e que às vezes fica até recalcado por conta disso, eu já viajei por muitos estados, sou um homem reconhecido na minha cidade, construí uma sólida carreira, viajo bastante e nunca me deixei abater pelo preconceito das pessoas, não fiquei recalcado e eu continuo sendo o Manoel Sobral de sempre.*

#### **5.4.2 Professor Francisco Lino da Silva**

A narrativa do Prof. “Lino” como é conhecido na cidade de Macapá, integra a sua carreira de docente e a escola de samba do qual é sócio fundador. Nas instituições escolares que o professor trabalhou, muitos alunos referiam-se a ele como o “professor Lino dos Boêmios do laguinho”. Sua descendência familiar é direta de negros escravizados bantos, justifica sua herança familiar com muito orgulho, vem de uma família nuclear, harmônica. Em seu relato ressalta não somente sua inserção na carreira docente, bem como a fundação da escola de samba no bairro que reside desde exatos 60 anos.

*Eu nasci em Macapá no dia 22 de março de 1935. Sou descendente de uma família humilde no Formigueiro, hoje chamado de Largo dos Inocentes, a minha avó se chamava Luzia Francisca da Silva, a Mãe Luzia uma das primeiras parteiras daqui do Amapá, e como naquela época não existia médicos era a parteira, as benzedeiras que as pessoas procuravam para se tratar. Eu considero que tive várias infâncias, uma delas foi até os sete, oito anos. A outra infância foi quando comecei a estudar particular com a dona Isabel Araujo,<sup>17</sup> e depois a parti de 1944 com a criação do território, vamos ter a primeira escola a ser fundada aqui em Macapá, que foi a escola Barão do Rio*

---

<sup>17</sup> Sua avó nasceu escrava em 1835, descendente de Bantos e faleceu com 109 anos em 24 de setembro de 1954. Foi a parteira mais importante da cidade de Macapá. Mãe Luzia como era chamada pelos amapaenses foi eternizada com o nome da Maternidade de Macapá, inaugurada em 13 de Setembro de 1953, recebeu a homenagem em vida e nem se envaideceu por isso; paneladopovo.blogspot.com.br; (consultado em 15 de março de 2014), A rua que o entrevistado mora no bairro do Laguinho tem o nome de sua avó.



*Branco. Meus pais eram Claudino Lino da Silva e Francisca Santana da Silva, também de Macapá, só que minha mãe era das Ilhas do Pará, meus avôs eram descendentes de escravos bantos oriundos do Mazagão velho, e o restante da minha família são todos daqui de Macapá. Naquela época (década de 40) era muito difícil as pessoas sobreviverem aqui através de empregos públicos ou mesmo particulares, até 1942 existia apenas a intendência, hoje em dia chama-se de prefeitura, a partir da criação do território que começou a se expandir Macapá como todos os municípios. Na minha infância eu fui estudar no curso primário do Barão do Rio Branco, o curso secundário no colégio Amapaense, e depois parei 14 anos, porque eu não tinha como me deslocar daqui para estudar fora. Então eu cursei no Barão a alfabetização 1ª a 5ª séries já no governo do Janary Nunes.*

Ressalta que além de estudar, trabalhava na olaria fabricando telhas, tijolos, ajudava o pai e nos finais de semana pescava e apanhava açai. Peixe assado ou frito é um dos acompanhamentos para se tomar açai do amazônida. O bairro do “formigueiro” foi um local de Macapá onde só moravam famílias negras, é referência na história do Amapá, porque no remanejamento que o primeiro governador fez ao retirar a população negra do centro da cidade para áreas na (época) mais afastadas do centro, estas famílias não aceitaram sair de suas casas, E a família do profo. Lino era uma dessas aguerridas famílias que são conhecidas até os dias atuais pela não aceitação do remanejamento. (MACIEL, 2001)

*Minha infância foi muito como toda infância de garoto levado, mas sempre ajudando a família. Eu comecei a trabalhar com doze anos carregando tijolos na olaria de Macapá, depois passei para a marmoraria, onde ajudava o meu pai, sábado e domingo íamos para o igarapé pegar peixes, apanhar açai, eu sempre ajudei, como todos os meus irmãos, inclusive o mais velho depois que ele faleceu em 1956, foi quem tomou as rédeas da família e quem ajudou a nos criar, meu irmão mais velho chamado Adalberto Santana da Silva, mas conhecido como Lilino. Morei no bairro dos Inocentes ali no Formigueiro, o deslocamento daqui para o Laquinho aconteceu quando o professor Ubiraci de Azevedo Picanço me convidou para vim visitar o bairro do Laguinho, e desde essa época eu me apaixonei pelo bairro, inclusive com dezoito anos eu vim morar para cá e estou até hoje, constitui família, aqui eu me casei, tive as minhas três filhas e continuo até hoje aqui, coincidentemente moro na rua que minha vó emprestou o nome que é avenida Mãe Luzia.*

*Minha infância foi feliz, naquela época não existia criminalidade, você saía às ruas totalmente despreocupado, você dormia de janela aberta, você saía para jogar a sua bola, sarau para se divertir sem o risco de sofrer qualquer agressão tanto física quanto mental. Eu lembro que naquela época meus pais sempre diziam – “você pode ir para onde quiser. Agora eu quero saber com quem você vai?” e uma das coisas que ficou gravado na minha memória até hoje, e eu repassei para as*

*minhas filhas foi de que a pessoa pode não ter nada, andar remendado, mas de cabeça erguida e que tenha caráter, essa é a palavra chave, o caráter da pessoa é o que vale mais na vida, e eu concluir depois que me formei e antes mesmo da minha formação que ele realmente estava certo, o caráter da pessoa é o que vale, os gênios as personalidades são diferentes cada um tem o seu é individual, cada um tem seu modo de viver, e até hoje eu guardo isso comigo e a lembrança da minha mãe, meus pais, foi uma infância pobre, mas feliz. Minha adolescência foi no colégio Amapaense, conheci pessoas, amigos que me tornaram uma pessoa mais sensível, mais amável, em termos de amizade apesar de eu não ter grandes amigos, mas até hoje os meus amigos do Colégio Amapaense são aqueles amigos sinceros que eu cultivo até hoje, inclusive daquela época eu, Azevedo, Edilson, Valter, muitos já se foram, mas a gente era uma família, por isso que aquele colégio durante muito tempo foi chamado de colégio padrão, onde se formava pessoas de caráter, inclusive quando saiam do colégio Amapaense com o científico ou clássico dificilmente eles não ingressavam em faculdade, aqueles que tinham condições de morar em Belém, o colégio Amapaense era um trampolim para que isso acontecesse, eu entrei lá no colégio Amapaense em 1954 a 1957 mais ou menos, eu tinha dezenove anos quando entrei no colégio, e vinte e dois anos quando eu terminei. Depois eu passei quatorze anos sem estudar porque não tinha como a gente deixar a família para seguir para Belém ou outro estado. Eu fui me casar só aos 35 anos em 1970. Eu fiquei quatorze anos sem escola, só trabalhando, com quatorze anos deixei a olaria eu comecei a trabalhar no antigo INSS que era o antigo IAPC que depois em 1966 passou para INPS e posteriormente INSS. Em 1977, 78, 79 e 80 nós concluímos o esquema dois através do Núcleo da universidade federal do Pará, onde tinha quatro, cinco grupos distintos, o nosso grupo era Direito e Legislação aplicada, Economia e Mercado e processamento de dados e tinha outros também que eram outros grupos, de filosofia, pedagogia, matemática, história, geografia, que era uma licenciatura plena, foram quatro anos e meio e até hoje é considerada plena. Então eu fiz o núcleo que terminou em 1980, aí quase todos fizeram o curso para o governo e ingressamos no governo como federal, e a única escola que oferecia essa disciplina especializada era o CCA, todos nós fizemos concurso para professor isso em 1982, 83, foi quando eu sai porque não podia acumular INSS e governo então pedi exoneração do INSS e fiquei só no governo federal para ser professor.*

Sobre sua trajetória de professor afirma que:

*Difícil, porque naquela época a maioria dos estudantes para ingressar no segundo grau eram mais pardos e brancos, dificilmente você via um negro, então eles achavam que professor tinha que ter a pele branca, cabelo liso ou louro, se trajar bem, e naquela época que a gente estava entrando éramos professores humildes, e era um desafio porque a gente estava saindo da faculdade, a gente não teve aquele tempo de ir para o interior, adquirir mais experiências para poder ensinar, mas como dizia uma professora Miraci Beleza a experiência vocês vão adquirir com o tempo, e isso aconteceu, começou no colégio Amapaense e sair de lá já aposentado, inclusive com o seu tio Sobral*

*a gente depois de tantos anos lecionando a gente ficou fora de aula, ele passou quase dez anos sendo diretor de escola, eu trabalhei com ele no CCA tanto como professor como fora, fui vice diretor e depois ele foi diretor no Edgar Lino e eu fui secretário dele, então essas amizades eram assim quando tinha a oportunidade de ficar junto, um era diretor e chamava o outro para trabalhar junto que já conhecia a maneira de trabalhar a maneira de ser, e até hoje a gente guarda essa lembrança, quando passam dois três anos a gente sempre procura se reunir, justamente para lembrar aquela nossa juventude, do nosso tempo de estudante e professores. Eu fui professor do Colégio Comercial do Amapá, primeiro de Direito e legislação e economia em mercado essas disciplinas no segundo grau, no primeiro grau eu dei direito comercial outra correlata ao comércio e indústria. Depois que eu me aposentei em 1990, 92, eu fiz o novo concurso para o estado passei e continuei lecionando no estado até mais ou menos 1995, 96, depois eu dei umas aulas na prefeitura e em seguida abandonei, porque a gente não se sente realizado sem está fazendo o que a gente gosta realmente, lecionar, fazer uma criança feliz, um dia desse eu fui fazer um depósito na caixa econômica e uma menina disse: - “professor quanto tempo, o senhor não se lembra de mim?” e eu disse: - “me desculpa, mas eu não estou lembrado” e ela: - “o senhor foi meu professor lá no CCA, e hoje eu sou gerente aqui na caixa” então é uma satisfação ver essas pessoas. O magistério um sacerdócio, não adianta você querer exercer a profissão de professor a fim de se realizar em termos monetários, você tem que exercer a profissão como um sacerdócio a fim de estudar, ensinar, transmitir educação e conceitos para a vida, porque hoje em dia a educação ultrapassa aquele plano de aula que você leva para os alunos, hoje em dia você tem que ter experiência de vida e passar isso para os seus alunos, você tem que ter cultura geral, qualquer assunto que o aluno levante você tem que responder e se não poder, mas diz que no outro dia responderá e que com certeza vai tocar no assunto e responder, mas podendo antecipar é muito melhor, ter cultura geral, ler, porque se não você não consegue.*

Ressalta que com a criação do Território Federal do Amapá tudo expandiu com a chegada do primeiro governador, principalmente a educação, segundo ele, antes da criação do território não existia uma política educacional e nem escolas.

*Na época da chegada primeiro governador aqui de Macapá, quando esta terra se torna território não existia política educacional. Lembro, naquela época não existia política educacional e então ele chegou e construiu logo duas escolas: a escola Barão do Rio Branco, e logo depois a escola industrial, que eu acho que foi um erro do governo em extinguir o estudo profissional, aquela escola formou tantos profissionais que hoje em dia exercem a atividade, inclusive eu tenho um primo Ezequiel que está trabalhando em Kouru na Guiana Francesa em fabricação de foguetes, e ele se formou lá na escola industrial, formou em desenho técnico, e muita gente se tornou bons profissionais, torneiro mecânico nós temos cinco ou seis que são donos de oficina, sapateiros, alfaiates e que hoje em dia não existe*

*mais uma escola para estas profissões.. Depois vieram outras escolas, colégio Amapaense que não tinha prédio próprio, o IETA (Instituto de Educação do Amapá) – escola normal - que foi a base aqui de todos os professores que se formaram e ainda até hoje, porque o prédio do antigo IETA é hoje o espaço para a Universidade Estadual, as professoras depois se atualizaram e fizeram o terceiro grau, porque hoje em dia não é mais admitido que o professor leccione desde o jardim até o último ano sem o terceiro grau.*

Discorre sobre o bairro e as pessoas importantes da maior manifestação cultural negra de Macapá. Destacando a força que o bairro tem a ser reconhecido de “Nação Negra.”

*Sim, uma dos motivos de minha vindas para cá justamente foi o senhor Ubiraci Picanço quando me trouxe, eles tinham um dominó, e ali nós ficávamos jogando, tomando pinga, e tinha o mestre Bené que ele veio de Belém como pedreiro e mestre de obra para a construção da residência governamental, fórum de Macapá, hospital geral de Macapá, Macapá hotel, Barão do Rio Branco, então veio essa preia de jovens de Belém para trabalhar aqui em Macapá porque não existia mestre de obra aqui, não tinha nada, tinha carpinteiro porque as casas eram a maioria de madeira, mas o resto era de barro, e o mestre Bené conheceu uma moça e se casou com ela a dona Luzia, e a gente saía no bloco de Sujo no carnaval, ai sentamos no pátio do Biluca e disse: - “vamos fazer um rancho uma escola de samba?” e no dia 2 de janeiro de 1954 agente fundou a escola de samba Boêmios do Laguinho, e no dia 2 de janeiro agora (2014) o Boêmios completou 60 anos. Naquela época eu tinha dezoito anos, o Martinho Ramos que era filho do seu Julião, seu Joaquim Ramos eu ficava ai nas festas, às vezes até eu dormia na casa deles, e fui pegando gosto pela cultura, folclore e me envolvi também com o marabaixo, o Martinho Ramos era um adepto ao marabaixo, e então me incentivou para que nós fizéssemos um estatuto para formação de um grupo de marabaixo, que hoje se chama Raimundo Landislau que foi um dos grandes poetas ladronista que Macapá já teve, ladrão é aquele que dá os versos de marabaixo, fora outros como Veluciano, João Bastos, e você vê que essas pessoas apesar de rudes tinham sensibilidade e eram pessoas inteligentes, porque esses ladrões são uma verdadeira poesia, e eles faziam isso com o maior amor, quando chegava o domingo de março eles vestiam o terno branco, a sua toalha o chapéu e a flor, e saíam, e o que mais a gente sente falta é daquela espontaneidade sem precisar de órgãos públicos para custear as festas de santo, e hoje em dia se não tiver o incentivo do governo não se faz carnaval, não se faz marabaixo, não se faz quadrilha, o meu pai quando foi festeiro da Santíssima Trindade passou um ano no garimpo para que isso acontecesse, mas fez a festa. Naquela época não existia preconceito de você dançar marabaixo, de você se integrar com os pretos, e hoje em dia não, se você tem um filho que é pardo e convida: - “meu filho vamos pro marabaixo” ele diz, marabaixo não! Acha melhor ir para a boate, e então isso foi quase desaparecendo, só não desapareceu por causa do incentivo do governo, e as pessoas alguns se beneficiam com isso,*

e hoje em dia você ver que quando tem algum encontro de tambores, são 80 grupos de marabaixo, mas eles não têm aquela paixão pela dança, ao não ser algumas poucas pessoas como a professora Piedade que abraçou a causa e que inclusive tem dois livros já lançado e fala com muita propriedade de nossa cultura, do nosso folclore que é bonito e que possa perpetuar e pedir que funcione esse museu da imagem e do som, porque a gente já perdeu tantas pessoas que podiam já esta gravado para posteridade verdadeiras jóias de músicas do marabaixo que se foram junto com seus ladronistas, o Landislau, o velho Julião, o Martinho, o Sacaca, o Davilão ainda está vivo, mas que não pode demorar muito tem que gravar, dona Zefa, Natalina, o pessoal da dona Gertrudes todos eles como o do velho Julião porque o da dona Gertrudes foram morar na favela e do velho Julião vieram morar no Laguinho, quando o governo desapropriou aquela área ali do fórum para que fizessem lá o fórum e as residências dos diretores, mas tinha que acontecer, **você ver que o progresso às vezes afasta as pessoas mais humildes, se uma pessoa quer fazer um prédio e precisa do terreno as pessoas vendem e vão mais para trás.** Quanto a minha infância, foi essa aqui no Laguinho novo desde os 18 anos e continuo até hoje, quanto à fundação da Boêmios, aconteceu no dia 2 de janeiro de 1954 no pátio da casa do Biluca uma “péia” de jovens, 13 pessoas resolveram fundar a escola de samba Boêmios do Laguinho, somos hoje uma das maiores agremiações do norte, você ver o bairro é tão pequeno e a escola é tão grande que a gente nós já passamos por três etapas, do barracão, aquilo que a gente fez com tanto esforço, todo mundo trabalhando era só na madeira primeiro barraco, depois fizemos a sede, naquela época o presidente Jaci e já ficou pequeno e depois de 30, 40 anos a gente teve que mudar, e estamos fazendo agora um novo prédio justamente para abrigar a quantidade de pessoas que hoje em dia são amantes do Boêmios do Laguinho, a gente estava com um projeto para inaugurar no aniversário da escola, mas não deu certo, várias travancas passadas, mas já recomeçamos e eu acho que com mais seis ou sete meses a gente estará entregando aos brincantes, à comunidade do bairro, a nova sede do Boêmios. Eu me sinto realizado por ser um dos fundadores, e desses 13 rapazes, já só tem dois, que é o Geraldo, que foi o primeiro marido da dona Biló pai do Joca, e eu, o último que morreu foi Cabecinha que era o irmão do Geraldo, inclusive nos 60 anos eu pedi para dar uma palavra e citei o nome de todos que morreram, porque não se pode ter uma sede ou agremiação sem se falar dos seus fundadores, as pessoas que realmente trabalharam para que isso tudo acontecesse, e eu sempre falo, que eu estou coletando dados para que a gente possa fazer um livro contando a história do Boêmios do Laguinho, e nos estamos cercados aqui pelo piratinha (outra escola de samba), tem ali o Solidariedade, no Jardim, a escola continua grande, como é grande o maracatu, como é grande os Piratas da Batucada, que são as primeiras e as que reúnem maiores condições de fazer carnaval e lutar pelo título, outras escolas se fossem se preparar, por exemplo, o Império do Povo de Santana eu sempre disse que no dia que a aquela escola se despertar, porque é um município grande, com população grande, basta gostar e colocar pessoas que goste da escola, porque não se faz carnaval, futebol, não se faz nada sem o apoio da comunidade, é essencial a comunidade, nós pegamos uma diretoria, um presidente passou oito anos aqui que não ligava para a comunidade, ele fazia o carnaval, e então eu me

achei no direito de chegar com ele e disse que se tem um estatuto, “vamos olhar o estatuto, e que vamos entrar na justiça para que isso aconteça, porque a parte social que é a principal você não faz” não adianta você ser sócio de uma agremiação se você não tem direitos, você só tem obrigação de pagar e ir lá para torcer? Não você tem o direito de ir a uma festa, levar sua família, você tem o direito de se divertir, e é para isso que a gente estava fazendo, inclusive a gente formou agora uma diretoria só de mulheres a Daiana e a Patrícia, para que as pessoas que estão atrás possam encaminhar, dar o rumo certo e que isso possa acontecer, mas é como eu digo a comunidade e todas as pessoas que nunca mais a gente vai colocar presidente nos Boêmios do Laginho em quanto eu for vivo pessoas que não goste da escola, a primeira coisa é o amor a escola, o amor a comunidade, você tem que cativar as pessoas e abrir a escola para que todo mundo possa participar, e a partir de agora esse ano fazer a eleição direta para que todo mundo possa escolher o seu presidente e através dele a sua diretoria. Eu já gostava desde o formigueiro, porque o meu pai era tocador de violão e eu já tinha uma noção de música, não consegui aprender a tocar violão porque tem que ter o dom e eu era mas para cantar às vezes, e em 1962 quando prefeitura e governo se uniram para fazer e organizar o carnaval de rua, e então um dos itens era samba enredo e nessa época o presidente da Boêmios era Otacílio Souza do Carmo e ele disse: - “quem é que vai fazer o samba enredo?” e naquela época tinha o Alcir Araujo, Nonato Leal, mas eles tinham outras escolas, e o Ubiraci disse: - “o Lino” e eu disse: - “como é que eu vou fazer?” e começou daí, e eu disse que ia tentar, e isso aí me custou caro, noites e noites de sono, primeira coisa pesquisar, aonde eu ia fazer a pesquisa, então eu fui com o Estácio Vidal Picanço a gente se dava bem e ele disse que tinha uns livros, Otávio Mendonça etc, e que podia fazer a pesquisa ali, e que se eu quisesse podia levar o livro e depois eu devolvia, mas ele disse: - “mas é para me devolver porque eu emprestei livros não sei para quem e até hoje não me devolveram”, e começou daí, fiz o 1º, 2º, 3º samba, aí em 1975 o tema era a fortaleza de Macapá, e ele me deu um livro que falava da fundação da fortaleza, o propósito para o qual ela foi criada, e foi um dos melhores sambas que eu já fiz e que agradou o público, o pessoal chamava de bom..bom.. bom, mas não era, era Fortaleza Atalaia do Norte, e daí começou, e eu sempre fui ligado também à seresta, naquela época com Válber, Zé Crioulo, Nonato, e agente sempre tirava um sábado um domingo para fazer serenatas na casa de pessoas que sempre convidavam a gente, Alcolumbre, Zagury, Macapá Hotel, e nós começamos daí e até hoje eu fiz 35 sambas enredo, deixei de fazer em 1991, porque a gente tem que dar oportunidade para as pessoas, se eu não parasse e tivesse dado oportunidade para outros compositores, até hoje não tinha aparecido Rosendo, Heraldo Almeida, Carlos Peru, o pessoal aqui do grupo Pilão, Juvenal, Fernando Canto, Manoel Bispo, são tantas as pessoas, são tantas expressões de pessoas lúcidas, o Fernando está concluindo o doutorado agora, e são pessoas que imigraram para cá e que até hoje são expressões, Osmar Júnior, que morou no Laginho. Basta dizer que no formigueiro ali onde eu nasci, vivi a minha infância, fizeram quatro prefeitos, Alceu Paulo Ramos, José Serra e Silva, Azevedo Costa, João Garento, três negros, e quando o Milhomem que é de lá se candidatou eu disse: - “eu vou votar em ti que talvez eu faça os cinco”, ele não conseguiu, mas se conformou.

*Eu sempre me identifiquei com escola de samba, porque eu fui o único que nunca deixei de sair na escola, e nunca deixei de amar a escola, as pessoas às vezes se compatibilizaram com outras que eram presidentes e se afastaram, e eu não, por quê? Porque eles vieram depois de mim, ele pode até não me dá cargo nenhum, mas eu não vou deixar de ajudar a minha escola, então eu estava todo tempo lá, eu fui até cozinheiro da escola, cozinhou no barraco da escola e não me rebaixava em nada, sempre ajudei e até hoje estou lá, e de vez em quando meto a mão no bolso. É parte da minha vida, minha história, no bairro “Nação Negra”, o maior bairro negro de Macapá. (grifos meus)*

Sobre a questão do racismo em Macapá com sua pessoa, afirma que aqui ele não sente tanto racismo, mas fora do estado já passou várias situações discriminatórias. O professor Francisco Lino segue afirmando que em Macapá como em todos os outros estados do Brasil o racismo é grande e praticado com muita naturalidade e até certa aceitação por parte das pessoas, porque quando alguém vê uma pessoa praticando atos de racismo não faz nada, é igual uma briga na rua, ninguém ajuda com medo de represálias. Segue narrando um episódio de racismo com sua pessoa na “sua terra” como gosta de referir-se à Macapá. Destaco que quando fala sobre o racismo, usa a palavra “preconceitozinhos”, entre a zanga e o sarcasmo.

*Não sinto tanto racismo aqui na minha terra, na minha cidade, porque a gente é conhecido, principalmente naquela época que a população era pequena, então era muito retraído mas de vez em quando a gente sentia. Eu vou te citar um caso, o tio Bira a gente era muito amigo, como o Leonai também, apesar de não ser totalmente branco, o tio Ubiraci a mãe dele era descendente de negra aqui do Macacoari, mas eles eram claros por causa do velho Joãozinho que era descendente de português dos olhos azuis, eu estou aqui no Laguinho, ali no bar do Pedro veio um carro e disse que era para eu entrar para ir lá com o “tio Bira”, e eu perguntei a onde ele estava, e ele disse que ele estava na residência do secretário seu Bena que era secretário de finanças nessa época, então eu vim em casa troquei a roupa e fui lá, quando eu cheguei lá estavam dois guardas na porta e disseram que eu não podia entrar, só se fosse convidado, “não dá para entrar”, repetiram os guardas, e nem se desse eu não ia mais entrar, e eu vim embora de pés de tão chateado que deixei o carro, e o “tio Bira” quando viu o motorista perguntou: - “cadê o Lino” e ele falou: - “ele esteve aqui, mas os guardas não deixaram ele entrar, porque eles tem uma recomendação de que eles não podem deixar entrar ninguém que não foi convidado. E o meu tio perguntou por que que não podia deixar entrar, e depois foi lá com o Bena e logo depois chegou o secretário Bena e mais uns cinco eu já estava no Bar Do Pedro de volta, então ele justifica: “a gente já soube o que aconteceu, e nós ficamos tão chateados e viemos te pedir desculpas e a gente vai ficar contigo aqui”. Este aconteceu foi naquela primeira casa que tem ali perto da escola*

*industrial, a casa do diretor. O “tio Bira” era o Ubiraci Picanço, ele não era meu parente, a gente que chamava assim para ele, porque ele era professor de Educação Física e a gente trabalhou junto e isso foi em 82, 83 por ai assim. Total preconceito, porque ali só tinham diretores, aqueles alto escalão do governo, e então professor eles não ligavam muito para professor e até hoje as pessoas falam que qualquer um pode ser professor, mas eles não sabem que o professor é a célula, sem o professor ele não é médico, ele não é engenheiro, e então é por ai e deviam dar mais valor aos professores, inclusive em termos salariais, eles não sabem o quanto é difícil fazer um plano de aula, o trabalho que dá corrigir prova, estudar bastante para repassar esse conhecimento, o trabalho que dá quando pega um aluno que não esta acompanhando a turma, então é uma árdua função, mas que a gente tem que cumprir, porque a gente gosta. Então é por isso que sempre conseguir conciliar o meu amor pelo magistério e pelo carnaval, porque a gente tem também o direito de se divertir e de gostar das coisas que a gente acha que vale a pena.*

Outra história sobre discriminação racial, acontecido fora de Macapá. Neste relato expõe que além da questão racial, veio junto o fato de ser da Amazônia.

*Algumas coisas fora daqui, aqui não, são alguns casos que a gente não dá importância, pelo menos tenta não dar muita importância, porque isso faz parte também da educação da pessoa que usa isso para atingir outras pessoas, tem tantas pessoas de pele escura que tem mais caráter do que vários doutores que não merecem estar entre nós, em termos de ética, moral e de caráter. Você chega em São Paulo e quando você está atrás de um endereço você vai perguntar um endereço e o cara te leva para outro endereço totalmente errado, no Rio de Janeiro é mais, assim, solidário, mas em São Paulo é diferente, não fala contigo mesmo, pode morar no mesmo prédio de apartamento. Meu irmão morou lá doze anos ele era enfermeiro e eu passava sempre em São Paulo quando eu ia fazer compras de carnaval na 25 de Março. Vou te contar uma. Isso foi em 1974, 75 o nosso tema falava sobre visconde ou descobrimento do Brasil e eu fui a São Paulo fazer as compras, comprei comecei a armazenar para vim embora, então a Alice ligou e disse: - “Lino compra onze perucas do tempo de dom João, aquelas perucas do século XVII” ai eu rodei, rodei, e encontrei em uma casa e entrei, lá na 25 de março, eu falei com o gerente e ele disse que não sabia se tinha onze, mas ia ver no depósito, e realmente parece que tinham só oito ou nove, então eu comprei todas que tinham na loja, perguntei quanto era, pedi para fazer a nota fiscal, ai vem um senhor branco e disse: - “gostaria de levar aquela peruca que esta ali no mostruário, eu queria umas três” responderam a ele que infelizmente não havia mais, e ele: - “tem, não tá ai no balcão” e reafirmam que já estavam todas compradas por mim, o vendedor me apontou, o homem olhou para mim e disse: - “você é de onde?” e eu repondo: - “eu sou do Amapá, Território Federal do Amapá, extremo norte do Brasil” e ele disse: - “ah! tá, sabe que eu não sabia que índio dançava carnaval,” então eu respondi calmamente: “dança! E engraçado aqui em São Paulo eu também não sabia que veado andava na rua”, mas para você ver como é. Pergunte se ele respondeu alguma coisa depois dessa minha ponderação.*



## Sobre a velhice...

*É uma sequência natural da vida, a gente tem que passar por isso, todos nós, por isso que eu digo que a gente deveria ser mais solidário, porque todo mundo nasce, vive e morre, e quando a gente é jovem a gente não dá tanta importância para isso, mas quando chega aos quarenta a gente já sabe que vai passar por um processo natural da vida, e a gente acaba se conformando, alguns menos outros mais, e isso aí não adianta você ter dinheiro, você ter a pele branca, você ser presidente, essa condição da velhice é sim é igual para todos, a maneira de senti-la que é diferente, e a gente já tem essa consciência que a cada ano que passa é um ano a menos que a gente vai viver, e eu hoje em dia estou conformado com o novo tempo, criei minhas filhas que são três, a Patrícia que é pedagoga, a Joca que é policial Civil e professora e a Priscila que é nutricionista, são as três e eu já tinha duas que são de outro relacionamento antes do meu casamento, que era a Lucia que faleceu e a Célia que é diretora de uma escola que tem lá para o Trem, eu tive cinco filhas, só mulheres, e agora que eu tenho dois netos, o Neto e o Patrick e uma neta que é a Lina, mas estou satisfeito, dever cumprido, está todo mundo encaminhado no mundo, todo mundo tem sua casa, emprego, como valeu a pena!! Eu fiz tudo que gostava de fazer e continuo fazendo, e a gente fica aí por conta do grande arquiteto do universo, e espero que ainda me dê mais algum tempo para eu ver os meus netos formados e dever cumprido. Eu perdi a minha esposa em 2008, faz cinco anos e a gente está tentando levar, não tão sozinho porque tenho as minhas filhas, meus dois genros que me adoram, viajamos, agora vou para Belém com a minha filha Josélia para fazer todos os procedimentos médicos, para continuar a fazer check up, mas a gente sente que não é mais o mesmo, gastrite, H pylore, de vez em quando tem que fazer exames, cardiologista o médico queria colocar marca-passos e eu não quis, eu disse que não estava sentindo nada. Eu sigo sempre feliz.*

## (IN) CONCLUSÕES

Em texto recente, Décio Gatti Júnior (2010, p.01) descreve vários relatos preocupantes sobre o desconhecimento histórico no processo de formação de estudantes, professores e acadêmicos sobre a temática dos direitos humanos e seus desdobramentos. Segundo o autor,

[...] esses acontecimentos, ainda que isolados, apontam para a existência de deficiências consideráveis no processo de formação de estudantes, professores e acadêmicos no que diz respeito ao conhecimento histórico de modo geral e sobre a questão dos direitos humanos de modo particular, o que diante da adesão do Brasil as declarações de direitos, em especial, a partir da aprovação da nova Constituição Federal de 1988, bem como, da legislação educacional subsequente, constitui problema grave que demonstra incompreensão de aspectos fundamentais para o exercício da cidadania e da própria profissão docente (GATTI JR, 2010: 01).

Nas minhas participações em mesa redonda, conferências, mini-cursos sobre a temática do racismo no Brasil, tenho percebido o pouco conhecimento histórico sobre a questão racial no Brasil e como ela vem sendo tratada nos currículos acadêmicos. Os questionamentos levantados, principalmente por parte dos estudantes do curso de história, remetem sempre a um repetido discurso de uma sociedade igualitária, respaldando tais questionamentos no senso comum do “direito de todos e para todos”, aqui cabe uma pergunta: os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros sem distinção de cor, sexo, origem ou condição social são respeitados? O que permanece e o que mudou na história do negro no Brasil?

Percebo que nesta passagem de século, tanto se tem falado de democracia, de igualdade, educação e saúde para todos, políticas de resgate de cidadania, enfim... são tantos discursos, muitos projetos e no entanto a marca da exclusão da população negra brasileira ainda perdura sob vários aspectos.

Uma pergunta ainda paira na cabeça de muitos brasileiros: o que é ser negro no Brasil hoje? Infelizmente ser negro neste país é de certa forma, carregar a imagem da marca indelével da desigualdade que foi construída sob a égide de princípios ideológicos ao longo da história do Brasil. A grande problemática está na forma como foi estabelecida a imagem do negro: raça inferior, lascivo, ruim, sem inteligência... São tantas elaborações bem determinadas historicamente que se tornam num sentido

cultural fixas. Como observa Sander Gilmar: “nós não vemos o mundo; somos instruídos pelas representações do mundo sobre nós para concebê-lo de um modo culturalmente aceitável.” (GILMAR, 1994: apud STEPAN: 1994: 77). As diferenças organizam-se a partir da forma de olhar o outro dentro do limite estabelecido como certo, óbvio, positivo. O argumento é traçado na perspectiva ideológica, perpassando pela tríade: raça, cor, classe. Assim, é socialmente reproduzido e sempre atualizado. Pessoas negras e mestiças são vistas, percebidas, categorizadas como inferiores, destinadas à exclusão e segregação na estrutura social. A partir do momento em que a sociedade civil legitima tais diferenças e representações, o discurso adquire teor de verdade, os modelos são introjetados e a imagem do negro oprimido perpetua-se sob uma ótica conservadora e desigual, respaldando convicções escravocratas arraigadas. (MACIEL, 2001: 5)

O papel dos intelectuais na educação é de criar bases para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais igualitária. Entretanto, o que muitas vezes encontramos nas escolas é o repetido discurso de uma estrutura social hierarquizada, classista e, em muitas vezes racista. Diante desta análise, podemos afirmar que o pensamento racista formulado desde o início do século XX, se faz presente na realidade escolar.

Nesse sentido afirma Nilma Gomes:

[...] a escola pode ser considerada como um dos principais agentes nesse processo. Todavia, se a escola não realiza um trabalho crítico e comprometido com os diversos segmentos raciais presentes no seu interior, se ela mesma não se preocupa e se interessa em realizar essa discussão, continuará atuando como uma instituição que reforça e reproduz o racismo presente na sociedade (1995: 30).

O combate ao racismo exige do conjunto da sociedade uma vigência ética do ambiente racista que envolve este cotidiano. E, também compreender o que seria o racismo. Henrique Cunha Júnior afirma que racismo:

[...] são formas de dominação criminosas, violentas, tal como o escravismo, baseado nas diferenças étnicas. Os racismos são criadores de estruturas simbólicas e de ações responsáveis pela exclusão dos direitos da cidadania de um grupo racial. O racismo brasileiro não tem a mesma cara e nem a mesma sistemática nos diferentes estados, nas diferentes cidades do mesmo estado, nos diferentes bairros de uma mesma cidade e nas diferentes classes

sociais e uma mesma localidade. Esse aspecto camaleão do racismo dificulta a identificação e compreensão dos mecanismos de ação. Os racismos criam suas próprias culturas, são culturas de negação e do extermínio dos racisados. O sistema de dominação naturaliza essas culturas.” (CUNHA, Jr, 1996, p. 149).

E assim, diante do fato que o racismo continua em vigor no nosso país, várias propostas estão sendo trabalhadas ao longo de muitos anos, como a implantação de políticas públicas ou políticas afirmativas para que ocorra um desmonte do processo ideológico do racismo no Brasil. Logo perceber o que é o racismo exige um maior esforço acadêmico por parte dos professores e suas ações em sala de aula.

Sem as árduas lutas dos movimentos negros no Brasil ao longo do processo histórico, nada ocorreria sem o entendimento básico do conceito de Direitos Humanos. A compreensão e a constatação ampla do significado dos direitos humanos pelos movimentos negros, levou tais movimentos a elaboração de diversas estratégias, em diversos níveis da cadeia nacional abrangendo a educação formal, para que enfim se proceda a democratização do acesso nesse país.

É uma das ideias que animam nosso tempo. Hoje país o inteiro discute políticas de inclusão social e de educação para a população negra, o ponto principal dessa discussão são as políticas afirmativas, que chamam a atenção da necessidade da sociedade para a necessidade de propor ações de inclusão no ensino superior com o sistema de cotas. Obviamente que tal proposta suscita muitas discórdias, afinal depois de séculos o negro deixa de certa forma de ser invisível para a sociedade brasileira.

Entretanto, a própria história nos mostra que não somente após séculos de luta, o negro conseguiu ser inserido no meio social, conseguindo sua ascensão e mobilidade social, muitos foram os negros que mesmo diante das grandes dificuldades apresentadas nos primeiros anos pós- abolição tornaram-se professores, “a sociedade produziu letrados negros dedicados ao ensino e ao magistério” (MÜLLER, 2006, p.162). Alfabetizando e atuando com muita competência a profissão, mesmo diante de tantos percalços para a sua formação escolar e, enfrentando cotidianamente o preconceito racial, ascender socialmente depende da educação em todos os setores profissionais, mas segundo Santos (2007, p. 89) :

[...] é pouco o número dos negros que tem alcançado a ascensão social através da educação. Entretanto, estes que precisam ser reconhecidos e conhecidos para que sirvam de incentivo a outros negros, e, também para fornecer dados para que a nossa sociedade avalie a dívida social que tem para com os negros brasileiros, pois estes também são cidadãos brasileiros e têm o direito de serem

tratados como tal. Em relação à melhoria da educação, esta deve vir acompanhada de mudanças no tratamento da questão racial. Sendo necessário que o ambiente educacional, em todos os níveis, saiba lutar e combater o racismo. (SANTOS, 2002, P. 89)

Concordando sem restrições com Gatti, para que enfim se proceda a democratização do país, faz-se necessário que a sociedade, o cidadão compreenda que:

[...] o processo de construção de uma sociedade de direitos é uma conquista que depende claramente de uma vontade íntima e racional e geral das pessoas em sociedade sendo que mesmo aquelas que não sofrem constrangimentos quanto ao exercício de seus direitos fundamentais devem estar vigilantes quanto à necessidade desses direitos serem respeitados em todo lugar. Se olharmos o mundo a nossa volta poderemos perceber o quanto ganhamos com a invenção dos direitos humanos, mas, também, o que ainda falta conquistar para que, pelo menos, as palavras redigidas nas diversas declarações de direitos ao longo desses quase duzentos anos encontrem possibilidades mais concretas de realização (GATTI, 2010: 9).

Em 2013 a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR-PR), completou 10 anos de existência em meio a realização da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – III CONAPIR<sup>18</sup>. A criação da secretaria (com status de ministério) para a promoção de políticas públicas de igualdade racial só pôde se tornar real 115 anos após o decreto da Lei Áurea e da abolição da escravatura, e isso aconteceu somente quando um operário chegou à presidência da República com promessas de mudanças estruturais na sociedade brasileira, ou seja, no início de 2003 e do primeiro ano de governo Lula.

Porém, quem acreditou que a criação de uma secretaria com status ministério iria provocar mudanças nas relações raciais e no seio da sociedade e, assim como num passe de mágica, garantir de imediato a cidadania da população negra brasileira, pode ter se enganado. A própria criação da secretaria não foi tão fácil e encontrou

---

<sup>18</sup> Importante ressaltar que a Presidente da República, Dilma Roussef, em seu discurso na abertura da III CONAPIR no Centro de Convenções Brasil 21, em Brasília, na noite de 5 de novembro de 2013, anunciou o envio ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei que reserva 20% das vagas de concursos públicos federais aos negros. Assinou o decreto que regulamenta o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, confirmou a criação de uma instância específica para tratar da questão da saúde da população negra no Ministério da Saúde e garantiu que, até março de 2014, todas as comunidades quilombolas do país receberão profissionais do Programa Mais Médicos. Fonte: [http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2013/11/dilma-assegura-conquistas-para-a-populacao-negra-na-abertura-da-iii-conapir](http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/11/dilma-assegura-conquistas-para-a-populacao-negra-na-abertura-da-iii-conapir) (consultada em 12 de janeiro de 2014)

resistência dentro do Partido dos Trabalhadores, e passados esses dez anos o movimento negro avaliou com certa cautela os avanços nas políticas públicas de promoção da igualdade e o sentimento entre seus militantes é de que ainda há muitos decênios futuros de intervenção na sociedade (e na política do país) para que essas intenções se concretizem e tornem o Brasil, de fato, um país afirmativo onde se vivencie as diferenças em condições de respeito e igualdade de oportunidades e de direitos.

A criação da SEPPIR é fruto de pelo menos quatro décadas de luta do movimento negro, ou seja, não foi uma proposta criada por um departamento acadêmico ou um determinado partido político e sim resultado da luta organizada do povo negro brasileiro em todas as unidades da federação, o movimento negro possui voz uníssona. Mas num país em que cotidianamente a população negra convive com os mais sórdidos mecanismos de exclusão racial<sup>19</sup>, é mais ou menos óbvio que as dificuldades para que as propostas elaboradas pela SEPPIR sejam efetivadas e aplicadas e, enfim, cheguem à outra ponta, ou seja, que afetem as condições de vida da população negra brasileira, sejam muitas.

Entretanto, apesar da dificuldade da percepção da aplicabilidade das políticas de inclusão social e de combate ao racismo pela população negra, por parte dos gestores e integrantes do governo a avaliação é extremamente positiva, Luiza Bairros, atual Ministra da Igualdade racial, disse que “Os avanços são bastante significativos nestes dez anos. Do ponto de vista da institucionalização da política de promoção da igualdade racial, a SEPPIR desencadeou no Brasil a possibilidade de criação de órgãos estaduais e municipais que são extremamente importantes para fazer chegar até as pessoas tudo aquilo que é pensado em termos de inclusão da população negra.” Ela avaliou a aprovação do estatuto como um passo extremamente importante, já que define em lei as obrigações do setor público nos três níveis de governo.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Ver mapa da violência

<sup>20</sup> Em entrevista ao programa Bom Dia Ministro do dia 21 de março de 2013, programa produzido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Fonte: [http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2013/03/ministra-faz-balanco-dos-dez-anos-da-seppir-e-destaca-aprovacao-de-estatuto-e-aco-es-afirmativas](http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/03/ministra-faz-balanco-dos-dez-anos-da-seppir-e-destaca-aprovacao-de-estatuto-e-aco-es-afirmativas) (consultado em 12 de janeiro de 2014)

A SEPPIR não tem orçamento para desenvolver ações, é uma secretaria de “articulação de políticas” para serem adotadas e implementadas por outras pastas ministeriais. A aplicação das políticas afirmativas dependem do pacto federativo e do envolvimento das administrações de estados e municípios, e muitas vezes nesse caminho que tais diretrizes políticas tem de percorrer entre aquilo que é escrito em Brasília e a população que reside nos mais remotos municípios é tão grande que elas nunca chegam na população.

Mas mesmo que os efeitos práticos da existência da SEPPIR não sejam tão perceptíveis para a maioria da população negra brasileira, somente a existência da SEPPIR, por si só, já é um enfrentamento explícito à ideologia difundida pela elite eurocêntrica que governava o país até os dois primeiros anos do século XXI, a ideologia de que no Brasil não existe racismo e que este país é o maior exemplo de democracia racial. Então é correto afirmar que quando o governo brasileiro criou a SEPPIR ele de imediato reconheceu que em seu território existem práticas racistas, e a mudança do paradigma na política racial brasileira é uma vitória incontestável da organização social afro-brasileira.

A questão importante é que no momento em que se criou a SEPPIR, a estrutura de governo reconheceu a existência do racismo, e com o reconhecimento também promoveu o debate sobre as desigualdades sociais por motivação baseadas em preconceito étnico e racial. E essas questões foram debatidas no Congresso Nacional, dentre outros momentos, destacamos dois exemplos:

1. Para a aprovação da LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010, também conhecida como o Estatuto da Igualdade Racial;
2. Quando se instalou o debate sobre a LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, que dispõe sobre cotas sociais que consideram o percentual da população negra de cada estado para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Em julho de 2009 o Democratas (DEM) iniciou campanha contra o sistema de cotas raciais ajuizando ação com pedido de declaração de inconstitucionalidade de atos que resultaram na instituição de cotas na Universidade de Brasília. A peleja se tornou um debate de política de Estado, e a então candidata à Presidência da República, Dilma Roussef, criticou a ação do DEM contra a política de cotas para

negros nas universidades, e se declarou totalmente favorável à reserva de vagas para estudantes negros e também para pobres<sup>21</sup>.



FOTO 6 Manifestação anti-cotas na USP, em 2012

Fonte: <http://agudosquilombo.wordpress.com/2012/11/27/depois-de-fiasco-eleitoral-governo-de-sao-paulo-estuda-cotas-raciais/>

As cotas, naquele momento, se tornaram uma das bandeiras de polarização entre os projetos políticos diferenciados que concorriam a presidência da República, e com esse caráter ganharam espaço na imprensa nacional.

Mas nesse debate, o que realmente ganhou espaço foi o conjunto de argumentos dos cidadãos que defendiam as cotas como mecanismo de inclusão, pois a versão de que as cotas acabariam com o critério de mérito, e sem o mérito se extinguiria também a 'excelência' das universidades brasileiras, já preenchia as páginas dos jornais impressos e o espaço público das transmissões, via concessão de comunicação, por meio de rádio e de televisão<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Ver em <http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2010/08/07/dilma-volta-a-criticar-o-dem-por-ter-recorrido-ao-stf-contra-cotas-para-negros-nas-universidades/>

<sup>22</sup> Sobre o processo de implantação da cotas nas universidades brasileiras, ver: DEUS, Z. A. *OS HERDEIROS DE ANANSE: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade* (tese de doutorado), Belém: PPGCS/ UFPA. 2008. Disponível em [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3060/1/Tese\\_HerdeirosAnanseMovimento.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3060/1/Tese_HerdeirosAnanseMovimento.pdf)





FOTO 7 Manifestação anti-cotas em Brasília, em 2012

Fonte: <http://agudosquilombo.wordpress.com/2012/11/27/depois-de-fiasco-eleitoral-governo-de-sao-paulo-estuda-cotas-raciais/>

A imprensa já difundia o medo à perda da excelência das universidades públicas desde 2002, oito anos antes do debate eleitoral de 2010, desde quando a UERJ implantou o sistema de reserva por meio de 45% de 20% para negros na seleção de seus estudantes, e junto com o debate da excelência de ensino, se difundia a ideia de que as cotas promoveriam o racismo neste “paraíso de democracia racial<sup>23</sup>”.

---

<sup>23</sup> Essa ideia ainda persiste nas páginas da imprensa, inclusive em blogs como o Blog do Instituto Millenium (Revista Exame) que em 2009 publicou os “Dez motivos para ser contra as cotas raciais”, Texto do Sociólogo Bernardo Lewgoy, a saber: “1. Cotas raciais sempre dividem negativamente as sociedades onde são implantadas, gerando o ódio racial e o ressentimento das pessoas que não entraram na Universidade, apesar de terem obtido nota maior ou igual do que os cotistas nas provas de vestibular. 2. Cotas raciais criam um terrível precedente ao admitir a discriminação racial para atingir objetivos políticos, gerando nas pessoas a sensação de que não serão mais julgadas pelo que são ou fazem, mas pela cor de sua pele ou origem étnica. 3. Cotas raciais foram importadas para esconder o real problema da baixa qualidade do ensino básico e dar poder dentro da Universidade a políticos que não têm nenhum compromisso com a qualidade do ensino e da pesquisa. 4. Cotas raciais corrompem as Universidades onde são aplicadas, aniquilando o valor do mérito acadêmico e criando pressões sem fim para discriminar as pessoas por sua “raça” em todos os níveis de ensino, do fundamental à universidade. 5. Cotas raciais levam a hipocrisia para dentro da sala de aula, pois estimulam o relaxamento nos padrões de avaliação, por parte de professores temerários de serem taxados de racistas, caso reprovem ou dêem notas baixas a alunos cotistas ou oriundos de minorias étnicas. 6. Cotas raciais sempre enfrentam o problema de como saber quem pertence ou não de alguém a um grupo racial Pelo sangue? Pela cor da pele? Como o Brasil é um país miscigenado, odiosos tribunais raciais acabam decidindo se alguém pertence ou não a uma “raça” e ocasionam tremendas injustiças, como mostrou o caso dos gêmeos da UnB. 7. Cotas raciais desestimulam não só o mérito acadêmico mas encorajam a separação do povo em grupos raciais rivais, destruindo possibilidades de real convívio humano entre pessoas diferentes. Você sabia que muitas pessoas contrárias às cotas raciais são filhas de pais de cores diferentes? Qual será o clima que essa proposta vai gerar num país em que a miscigenação

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi a primeira universidade pública de grande porte no Brasil a utilizar no seu vestibular um critério de cotas raciais e que leva em conta a origem do estudante no processo de seleção. A lei que obrigou a universidade a estabelecer cotas foi aprovada em 2001, inicialmente proposta pelo ex-governador Anthony Garotinho (PSB) e que previa a reserva de 50% das vagas para estudantes de escolas públicas. Depois, a Assembleia Legislativa criou uma reserva para negros e pardos de 40%. Para não comprometer 90% das vagas, decidiu-se incluir as cotas raciais na parcela destinada aos alunos de colégios públicos. Com isso, metade dos alunos do vestibular passou a entrar na universidade por um dos dois critérios de cotas, enquanto os demais entram apenas com base no desempenho acadêmico nas provas.

Na disputa eleitoral de 2010 esses debates novamente ganham força e os argumentos favoráveis passaram a ocupar espaço nas páginas da imprensa, e isso contribuiu, e muito, para a população brasileira ser informada sobre a existência da desigualdade racial.

*No embate político, aqueles que condenam as “cotas” que visam a favorecer a integração dos negros, a maioria das vezes, se valem de argumentos que contribuem para manter o status quo, pois silenciam e fecham os olhos para os dados estatísticos que confirmam a desigualdade social dos negros. Demonstram ter “boa vontade” em busca de soluções, mas arremetem para um futuro distante. É provável que pensem que medidas macroeconômicas possam resolver as desigualdades, sem atentarem que essas desigualdades foram acumuladas durante séculos.<sup>24</sup> (DEUS, pg. 252, 2008).*

Apesar dos avanços que provocaram uma mudança na opinião pública brasileira, a reação vinda da força política dessa mesma elite que se contrapõe à

---

*está dentro dos lares? 8. Cotas raciais geram preconceito contra pessoas decentes de todas as origens, que gostariam de ser julgadas pelo seu mérito e não pela cor da sua pele. Elas incentivam um clima sem fim de suspeitas de que o aluno negro – cotista ou não – não é competente nem como estudante e nem o será como futuro profissional. Você faria uma cirurgia com um médico cotista? 9. Cotas raciais entraram no Brasil pela porta dos fundos, num momento em que todas as pesquisas dos órgãos oficiais mostravam que seus supostos beneficiários, negros e pardos, vinham melhorando sua situação social e inserção na Universidade Pública. 10. Cotas raciais recuperam a idéia, refutada por toda a ciência moderna, de que a humanidade se divide em “raças”, oficializando aquilo que se quer combater”. (ver em <http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/instituto-millennium/2009/07/31/dez-motivos-para-ser-contra-as-cotas-raciais/>)*

<sup>24</sup> DEUS, Z. A. OS HERDEIROS DE ANANSE: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na Universidade (tese de doutorado), Belém: PPGCS/ UFPA. 2008. Pg. 252.

implantação de políticas públicas específicas para a população negra, continua a embarreirar a aplicação dos marcos legais de igualdade racial no Brasil, e, com isso, a efetivação de políticas que provoquem mudanças capazes de ser percebidas pelo cidadão.

Um dos maiores entraves enfrentados no combate ao racismo encontramos no Poder Judiciário, e a justiça brasileira ainda se comporta de forma conservadora quando o caso é de racismo. Fácil de comprovar essa afirmação é perceber que apesar de legalmente tratar-se de crime inafiançável, as estatísticas de condenação por racismo revelam números inexpressivos, e isso acontece porque ao longo dos processos o sistema judiciário transforma as denúncias por crime de racismo em injúria, ou simplesmente absolve os réus por falta de provas. (SANTOS, 2013)

Entretanto, o judiciário não é o único marco de resistência para a efetivação de ações de combate ao racismo, e na própria gestão do mesmo governo que criou a SEPPIR vemos uma silenciosa resistência em executar ações dessa natureza.

Na educação vamos encontrar um bom exemplo, de um lado temos a maioria dos professores a se esquivar da responsabilidade da abordagem de disciplinas valorizando a história e a cultura africana e afro-brasileira, e por outro, mesmo que o MEC tenha criado a SECAD em sua estrutura, esta secretaria não tem o controle sobre a presença do conteúdo no material didático produzido pelo ministério da educação e distribuído para as escolas públicas em todo o território nacional, e sem o empenho dos professores e nem a presença dos conteúdos nos livros didáticos, como vamos emplacar a Lei 10.639/03?

Esse “jogo de empurra” faz parte da face perversa do racismo à brasileira, é como um inimigo não identificado, mas que é poderoso e em silêncio institucionaliza o racismo e impede que as diretrizes da política afirmativa resulte em ações que possam vir a promover impactos de valorização positiva para a população negra<sup>25</sup>. E assim, nas próximas décadas que estão por vir a sociedade brasileira consiga reconhecer a incontestável contribuição do negro na história do Brasil e que as atuais leis implantadas sejam um marco libertador para um novo pensar nacional.

---

<sup>25</sup> [mapa da violência, pg 37] Disponível em : [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013\\_armas.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf)

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Correia Clébio. **Identidade e cidadania: a dinâmica do estar dentro e fora ao mesmo tempo**. In: Kulé-Kulé: visibilidades negras. CAVALCANTI, Bruno, SUASSUNA, Clara, BARROS, Raquel (orgs.). Maceió: EDUFAL, 2006.

AZEVEDO, Celia. Maria. Marinho. de. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites – séc. XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Imagens da África e da Revolução do Haiti no Abolicionismo dos Estados Unidos do Brasil. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 117: 7-146, 1996.

ANDREWS, Reid George. **Negros e Brancos em São Paulo 1988 -1988**. Tradução: Magda Ligia Coelho Prado. Bauru, SP: EDUSC. 1998

BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira**. São Paulo: Quilombo Hoje, 1998.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX. In: **História da Educação do Negro e outras histórias**. (org.): Jeruse Romão. Brasília: SECAD, 2005.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República de 1961 a 1967**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Magia e técnica, Arte e Política**. Obras escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 197-221.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAAR, E. H. **O que é história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003.

CANTO, Fernando Pimentel. **A água benta e o diabo**. Macapá: Fundação de Cultura do Estado do Amapá- FUNDECAP, 1998.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História** (volumes I). Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. Da abolição a senzala. São Paulo: Moderna, 1999.

CHOR MAIO, Marcos. **O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO**. História, Ciências e Saúde, v. 2. Jul/Ago. 1998, p. 375-413.

CISNERO, Isidro. **Nuevas formas de intolerância cultural**. Caracas, II Reunión de Calcso, Nov. 2000. Mimeo.

CONNELY, F. Michel & CLANDININ, Jean D. **Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Uberlândia/MG: Edufu, 2011.

CUNHA, Júnior Henrique. As estratégias de combate ao racismo, movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: USP, 1996.

DEUS, Zélia Amador de. **Os herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade**. 2008. 295 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Lembranças de uma molécula. Tradução de Suely Rolnik. In: **Mil Platôs, capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997. 63-81.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

-----, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989.

-----, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.  
FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil. História oral de vida**. Campinas, SP: Papyrus. 1997

FRY, Peter. **O que a cinderela negra tem a dizer sobre a política racial no Brasil**. **Revista USP**. Nº 28, (dez/jan/fev) 1995-1996.

GATTI, Júnior Décio. **A construção de uma sociedade de direitos: história, livro didático e cinema**. Mimeo, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13 ed. Rio de Janeiro: LCT, 2008.

GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e Filosofia Política**. Lisboa: Editora Presença, 1984.

GOMES, Nilma. Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale. **Estrutura, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, 1988.

LARROZA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de educação. ANPED, 2002, n 19.

MACIEL, Alexsara de Souza. **“Conversa amarra preto”: a trajetória da União dos Negros do Amapá: 1986-2000**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Campinas: Unicamp, 2001.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral – como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORAIS, Paulo Dias & ROSÁRIO, Ivoneide Santos. **Amapá: de capitania à território**. Macapá, 1999.

MORAIS, Paulo Dias. **Governadores do Amapá**. Macapá: Gráfica JM, 2005.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MÜLLER, Maria. Lúcia Rodrigues. Pretidão de Amor. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2006.

\_\_\_\_\_. **A cor da escola**. Imagens da Primeira República. Cuiabá: Entrelinhas, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Larkin Elisa. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTNEY, Lynn (orgs). **Tirando a máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

OLIVEIRA, Iolanda. Espaço docente, representações e trajetórias. In: OLIVEIRA, Iolanda (org.). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: Quartel; Niterói: EDUFF, 2006, p. 93-150.

PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. Queiroz, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ROMÃO, Jeruse. Educação, instrução e alfabetização de adultos negros no Teatro Experimental do Negro. In: ROMÃO, Jeruse.(org). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: SECAD, 2005.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**. Da autonomia territorial ao fim do Janarismo, 1943-1970. Macapá: Editora Gráfica O DIA, 1998.

SANTOS, Hélio. Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTNEY, Lynn (orgs). **Tirando a máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos Humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

SANTOS, Tereza. **Trajetórias de professores negros: a voz e a vida dos que trilharam**. (Coleção Educação e Relações Raciais, 2) Cuiabá: EdUFMT, 2007

SANTOS, Dorival. **O regime ditatorial no Amapá**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social. Campinas. SP, 2001.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, Antônio Carlos Arruda da. Questões legais e racismo na história do Brasil. In: MUNANGA, Kabengele. (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: USP: Estação Ciência, 1996.

SCHUMAHER, Shuma; VITAL BRASIL, Érico. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SKIDIMORE, E. Thomas. **Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Neusa. Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Grall, 1982.

THOMSON, Alistar, FRISCH, Michel, HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: **Usos e abusos da história oral**. FERREIRA, de Moraes Marieta, AMADO, Janaina (orgs). 8ª Ed, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_ **História oral e contemporaneidade**. História Oral, n 5. Junho de 2002, p. 9-29.

## ANEXOS

### ANEXO I FOTOGRAFIAS CEDIDAS PELOS ENTREVISTADOS E PESQUISADAS



FOTO 8 Professor Manoel Sobral no orfanato  
Fonte: Acervo pessoal do entrevistado.



FOTO 9 Professor Manoel Sobral na primeira banda na Escola Industrial  
Fonte: Acervo pessoal do entrevistado.



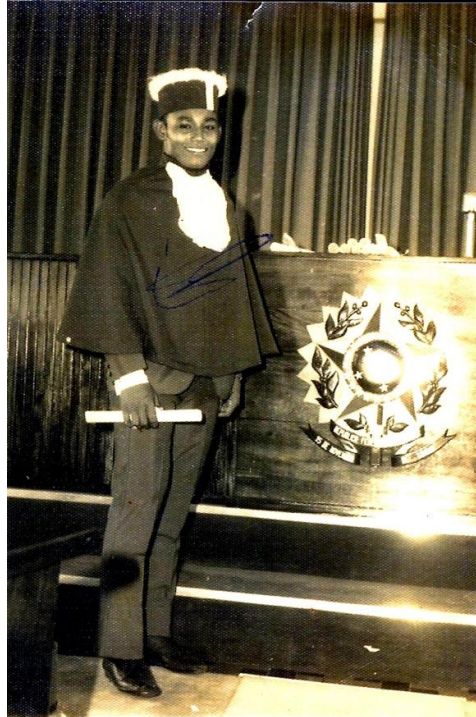


FOTO 10 Professor Manoel Sobral na formatura no curso técnico em contabilidade  
Fonte: Acervo pessoal do entrevistado.



FOTO 11 Professor Manoel Sobral no festival de música - 1981  
Fonte: Acervo pessoal do entrevistado.



FOTO 12 Professor Manoel Sobral e Fernando Canto (amigos há 53 anos) – 1981  
Fonte: Acervo pessoal do entrevistado.



FOTO 13 Professor Manoel Sobral\_ cartaz do show comemorativo aos 50 anos de carreira musical  
Fonte: blog porta retrato.



FOTO 14 Professor Manoel Sobral show de 50 anos de carreira musical  
Fonte: Blog Alcinéia Cavalcante.



FOTO 15 Professora Eurídice Silveira em família – 1950 (2ª à esquerda)  
Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.

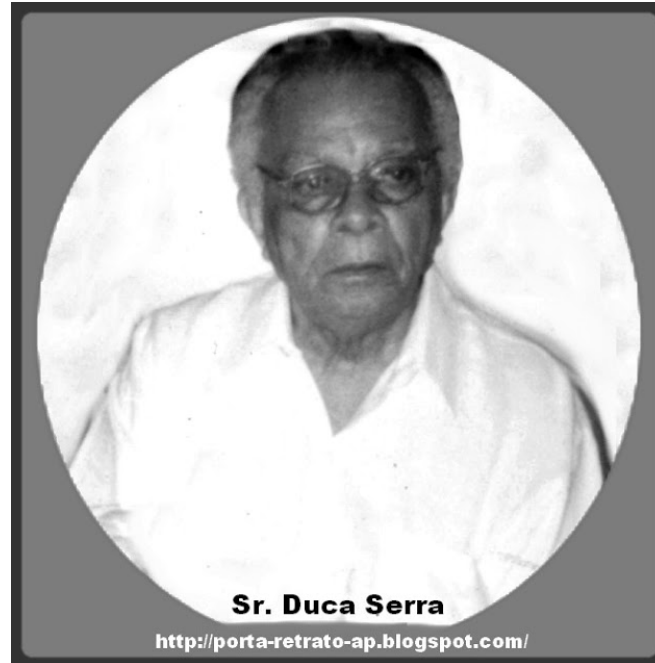


FOTO 16 Pai da Professora Eurídice Silveira (nome de rodovia em Macapá)  
 Fonte: Blog porta retrato.



FOTO 17 Professor Lino com 20 anos de idade  
 Fonte: Blog porta retrato.



FOTO 18 Professor Lino na escola de samba “Boêmios do Laginho”  
Fonte: Acervo pessoal do entrevistado.



FOTO 19 Professor Lino na escola de samba “Boêmios do Laginho” sendo  
homenageado como fundador – 02\_01\_2014  
Fonte: Acervo pessoal do entrevistado.



FOTO 20 Professora Luiza Vitor em frente da igreja São José - 1956  
Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.



FOTO 21 Professora Luiza Vitor no Colégio Amapaense - 1956  
Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.



FOTO 22 Professora Luiza Vitor no Ginásio de Macapá como professora - 1975  
Fonte: Acervo pessoal da entrevistada.